

FREDERICO GUILHERME BELTRÃO ROSA MARINHO CARVALHO

JOINVILLE E SÃO LUÍS: INDIVÍDUO E AUTORIA EM TEMPOS MEDIEVAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Rio, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas (orientador)

PPGH-UNIRIO

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miriam Cabral Coser (co-orientadora)

PPGH-UNIRIO

---

Prof. Dr. Felipe Charbel Teixeira (avaliador)

PPGHIS-UFRJ

---

Prof. Dr. Edmar Checon de Freitas

PPGH-UFF

*Isto deve ter uma razão determinada, e esta razão consiste em que o artista não tem tempo nem lugar para observar a si mesmo enquanto no estado apaixonado da criação. O artista não é capaz de observar sua própria mentalidade enquanto trabalha, assim como não é capaz de olhar-se por cima enquanto escreve.*

*Stefan Zweig*

## **Agradecimentos**

*À Priscila Videira, que me tornou claro o conceito de alteridade.*

*A Pedro Caldas, meu guia pelos meandros da criação científica*

*À Miriam Coser, que fincou meus pés no medievo*

*A Paulo André, um eterno mentor*

*A Felipe Charbel, por mostrar o quão amplo é o escopo da literatura*

*À Claudia Beltrão, por me ensinar a navegar em mares turbulentos.*

*E a todos os professores e colegas que me acompanharam, ao longo destes dois anos.*

*“We will meet again”*

**Resumo:**

Segundo Aaron Gourevitch, a visão de mundo do medievo é pautada em um organicismo, onde cada um é parte de um corpo social e possui um papel a cumprir. Por isto mesmo, não há zonas ambíguas na ética, e todos os modelos representativos expõem a luta entre o bem e o mal. O papel que cada um possui é o que o separa dos outros, e o bom cumprimento, ou não, deste papel é o que definirá o indivíduo. Por isto mesmo a *ética*, era pautada em virtudes, muito bem definidas, como a virtude da *prudência*, amplamente difundida nas narrativas de espelhos de príncipe. Nesta dissertação, analisaremos a *Vie de Saint Louis*, de Jean de Joinville, obra em que narra a vida do rei francês Luís IX, o futuro São Luís, obra notável por sua excepcionalidade dentro do léxico literário medieval. Excepcionalidade esta que não é dada pela imagem criada do Rei-Santo, mas sim, pela forma com que Joinville organizou e escreveu sua obra, que aponta para uma concepção de indivíduo própria do medievo. No caso específico desta dissertação, tratar de São Luís como um indivíduo e não apenas como um modelo, nos ajudará a compreender, pela construção que Joinville faz da figura do rei, o porquê desta obra ser única e sem paralelos no medievo. Poderemos, se possível, compreender o que levou Joinville a escrever desta maneira e a sua forma de pensar. Desta forma, estudar a obra de Joinville, permitirá uma compreensão maior acerca das formas de pensar na Idade Média, e pode nos ajudar a entender as mudanças futuras que levarão ao conceito moderno de indivíduo.

## **Abstract**

According to Aaron Gourevitch, the world view of medieval times was organically based, where each one was part of a social body and had a role to perform. For this reason, there were no ambiguity on ethics, and all representative models exposed the fight between good and evil. The role each one possessed is what separated them from the others, and the good observance, or not, of that role is what defined the individual. Accordingly, the ethics were based on virtues, very clearly defined, such as the virtue of prudence, broadly diffused on the mirror of princes narratives. On this dissertation, we'll analyze the *Vie de Saint Louis*, by Jean de Joinville, the work in which he narrates the life of french king Louis IX, known posteriorly as Saint Louis, a work notable for its exceptionality inside the medieval literary lexicon. This exceptionality isn't given by the created image of the saint-king, but by the way Joinville organized and wrote his work, which indicates a concept of the individual akin to the Middle Ages. On this dissertation's specific case, analyzing Saint Louis as an individual, and not as a role model for kings, will help us understand, by Joinville's literary creation of the king, the reason why this book is unique and unparalleled in the Middle Ages. If possible, we will be able to comprehend what led Joinville to write the way he did and his way of thinking. Likewise, studying Joinville's work will allow for the greater comprehension of the medieval mentality, and can help us understand the future changes that will lead into the modern conception of the individual.

## **Índice**

<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b><i>Vie de Saint Louis</i>: um problema para a literatura medieval.....</b>	<b>16</b>
<b>Joinville: o <i>prud'homme</i>, suas facetas e sua obra.....</b>	<b>43</b>
<b>A Autoria em Ascensão.....</b>	<b>68</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>104</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>108</b>

## **Introdução:**

São Luís é uma das figuras mais importantes de seu tempo. Basta observarmos a extensa literatura produzida ainda no medievo sobre ele, dentre hagiografias e crônicas, cada uma delas louvando seus feitos, fosse por uma perspectiva política, fosse religiosa. Também pudera, foi o último rei europeu a partir em Cruzada, e também um dos poucos reis, e o único de França a ser canonizado<sup>1</sup>. Dentre suas ações destacam-se as campanhas empreendidas contra o rei de Inglaterra, Henrique III - cuja vitória francesa aumentou consideravelmente o poder real sobre seu próprio território<sup>2</sup> - a VII Cruzada, sua importante estadia na Terra Santa – na cidade de Acre, onde logrou organizar as defesas cristãs e garantir a segurança e existência destes reinos da Terra Santa, mostrando grande maestria política ao quase conseguir a devolução de Jerusalém por meio de negociações. -, seus decretos acerca da cidade e sua política frente à Igreja e à fé no seu regresso e, por fim, o martírio, na VIII, e última Cruzada.

Sua canonização se deu por diversos motivos, em um dos processos mais curtos até aquele momento. O martírio, a morte em nome de Deus, lhe rendeu a auréola<sup>3</sup>. Foi tão influente que se transformou no epíteto do século XII, o “Século de São Luís”. Na enxurrada de obras escritas sobre o Rei-Santo, desde sua morte até os dias de hoje, uma delas se destaca, a *Vie de Saint Louis*, de Jean de Joinville, um senhor de pouca importância na França, que também era senescal da Campanha.

Uma das obras literárias mais famosas da Idade Média, foi estudada à exaustão por historiadores como Jacques Le Goff, Jacques Monfrin, Daisy Delogu, entre outros. Uma obra complexa e multifacetada, a *Vie de Saint Louis* oferece, a historiadores e a qualquer um que tenha curiosidade acerca do período descrito, um amplo espectro de possibilidades de estudo. Em essência, é uma obra que trata da vida do Rei-Santo, sob a perspectiva dos seus exemplos, para que pudessem guiar o neto do rei, Luís X.

Um exemplo significa um modelo a ser seguido e Joinville, como outros cronistas e hagiógrafos, não faz diferente. Ele descreve São Luís como exemplo a ser seguido, e cria, portanto, uma imagem do Rei-Santo, tanto como rei, como de bom cristão<sup>4</sup>. Mas por

---

<sup>1</sup> LE GOFF, 1999.

<sup>2</sup> STRAYER, 1988.

<sup>3</sup> GUENÉE, 1981: 111-134

<sup>4</sup> Ou herói, se seguirmos a terminologia de Curtius (2013) e Le Goff (2010).

trás disto há algumas características desta obra que a elevam de uma mera crônica para um dos mais interessantes objetos de estudo.

Sendo assim, por mais que tenha um peso significativo para esta dissertação a criação do modelo de rei de São Luís, este não é o objeto central dela. Nosso propósito é estudar a obra em si, e não utilizá-la apenas como uma ferramenta para o conhecimento da figura de São Luís, ou de uma descrição do rei ideal. Outro ponto de importância consiste no fato de que cada obra possui um autor. Pode parecer uma informação por demais óbvia, mas isto implica que estudar a *Vie de Saint Louis*, toma-la por objeto, significa tomar seu autor, Jean de Joinville, como objeto de igual importância, o que exige uma postura hermenêutica em termos metodológicos.

Mas o que exatamente nos interessa aqui? Primeiramente, é impraticável, para um historiador, tentar se remover do tempo para olhar a História de forma absolutamente imparcial. O passado está sempre sob o jugo do presente, logo, é uma preocupação do presente que nos fez despertar o interesse sobre a *Vie de Saint Louis*. Esta questão, muito em voga, é a da concepção e da importância do *Indivíduo*, definido como algo autoconsciente e capaz de ser estudado como objeto. O *eu* como objeto já está enraizado de tal forma que corremos o risco de torna-lo automatizado, ou mesmo uma ideologia, e a partir daí ignorar outras possíveis concepções acerca de indivíduo e individualidade, especialmente em sociedades onde o *eu*, a unidade singular, somem frente à coletividade.

Não nos parece claro, à primeira vista, o local e a importância do indivíduo, como conceito, na sociedade medieval. Vemos, em tempos posteriores, Montaigne escrever seus *Ensaio*s através da auto-observação, e o existencialismo de Kierkegaard pôr a miséria e a angústia de *ser* humano em evidência. A psicanálise pôs o estudo de comportamentos e sentimentos como uma prioridade, assim como a sociologia deu um molde científico ao estudo do funcionamento das sociedades. Longe de querer separar indivíduo e sociedade, dentre os séculos XVI e XIX se forma nossa atual concepção de individualidade.

Comumente não se considera este tipo de pensamento individual na Idade Média. Podemos ver, por exemplo, no trabalho de Phillipe Ariés, *História Social da Criança e da Família*, que era uma sociedade onde havia pouco espaço para o desenvolvimento individual para além do que se espera do lugar que a pessoa ocupa. Mas acredito que não devemos eliminar a existência de uma concepção acerca do indivíduo, mesmo que esta

esteja sempre (ou quase sempre) subsumida a um grupo determinado. E, ao ler a *Vie de Saint Louis*, percebemos que é possível, sim, falarmos em indivíduo na Idade Média. Só não podemos, certamente, confundi-lo com o que ocorre na modernidade.

Na obra de Joinville, vemos uma narrativa baseada naquilo que o senescal viu e ouviu acerca do Rei-Santo. Até aí, pouco se difere de uma crônica normal. Mas, a forma com que Joinville escreve vai além do que esperamos de um escritor medieval. O senescal não só descreve estritamente aquilo que presenciou ou veio a saber. Ele se coloca na trama, não apenas emitindo sua opinião sobre o observado, mas descrevendo suas reações a certos momentos, expondo aquilo que acha de São Luís e de diversas outras personagens, descreve as emoções do rei e suas próprias e demonstra, às vezes, suas próprias decisões autorais, não por questões racionais, mas por razões emocionais, como demonstraremos ao longo desta dissertação.

É justamente isto que, ao nosso ver, torna a obra de Joinville tão única. Não podemos afirmar, com certeza, que Joinville havia feito isto de forma intencional. Possivelmente, foi apenas a forma com que escreveu, sua forma narrativa, e a maneira com que lembrou dos eventos. Joinville era muito próximo de São Luís, e esta proximidade pode ser a causa de tamanho envolvimento emocional. Assim sendo, podemos, através da escrita de Joinville, descobrir alguns aspectos da individualidade na Idade Média, ou mesmo, tentar decifrar o que era o *Indivíduo* em tempos medievais, ou o seu lugar em uma sociedade que prezava por definições coletivas.

É importante frisar que o termo aqui é decifrar, e não *definir*. Uma definição implica em uma responsabilidade intelectual grande demais dada a complexidade desta questão. Estamos pisando em um território perigoso, visto que o conceito de *Indivíduo* é algo definido na Modernidade. Tentar defini-lo em termos medievais pode se configurar em um banquete de anacronismos, o que deve levar o leitor a, neste exato momento, se questionar acerca da validade desta dissertação.

Podemos pensar no seguinte termo. Estamos apenas utilizando um nome, uma palavra, que nos é compreensível, para decifrar algo cuja idealização faria sentido apenas na cabeça de uma pessoa no medievo. Mas ainda assim este termo não é suficiente, visto que a carga de signos contida em uma palavra pode fazer aflorar nossas próprias

preconcepções<sup>5</sup>, nos levando novamente a anacronismos. O mais correto a fazer seria pensarmos, como pretendemos fazer neste trabalho, em um Indivíduo não como conceito, mas simplesmente como uma pessoa tomada individualmente, fora de um lugar determinado, e assim, através de Joinville, podemos observar a manifestação deste indivíduo na literatura. Podemos, em última instância, perceber como o homem medieval retratava a si mesmo e aos outros. Podemos compreender seus afetos e aquilo que o motivava, e também sua história para além de uma construção exemplar ou contra-exemplar.

Dominique Iogna-Prat, ao analisar o caso de Guibert de Nogent<sup>6</sup>, e Aaron Gourevitch, ao analisar o caso de Opicínio de Canistris<sup>7</sup>, optam por este caminho. Nenhum deles busca encontrar o Indivíduo que conhecemos na Idade Média, apesar de Gourevitch prefigura-lo em tempos medievais, em sua obra *La Naissance d'Individu au Moyen Âge*. Seguindo este caminho, acreditamos que possamos compreender melhor a concepção moderna de indivíduo e individualidade se observarmos o que existia antes, neste período por vezes tão incompreendido da História humana.

Mas há uma limitação. Limitação esta que é, na verdade, o único meio que temos de compreender manifestações individuais na Idade Média, que é a da obra. Devemos nos ater somente à *Vie de Saint Louis*, e não devemos perder de vista que o que é expresso nela, assim como nas obras de Guibert de Nogent e Opicínio de Canistris, é exclusivo ao autor. Só será possível encontrar respostas acerca desta questão dentro de Joinville, pois queremos encontrar respostas relativas a ele e à sua visão de São Luís.

Este é o primeiro, e principal, objetivo desta dissertação. O segundo objetivo é determinado pelo primeiro – e vice-versa – que é, justamente, encontrar as condições que fizeram Joinville a escrever desta forma, em essência, reconstruir aspectos da figura de Joinville e como estes se manifestam na obra. Pelo caminho da hermenêutica isto é possível, lembrando Collingwood, citado por Gadamer, de que a função deste método é, para além de uma correta interpretação, ser capaz de encontrar aquilo no texto que o autor jamais imaginou que estaria dizendo.

---

<sup>5</sup> Para melhor esclarecimento desta questão, sugiro a leitura do *Tratado Geral da Semiótica*, de Umberto Eco.

<sup>6</sup> IOGNA-PRAT, 2004.

<sup>7</sup> GOUREVITCH, 2006.

Devemos, então, aprofundar os aspectos teórico-metodológicos, apresentados anteriormente. Trabalhamos, aqui, no âmbito da hermenêutica, ou seja, no campo da interpretação textual. Interpretar significa, de forma simples quase reducionista, revelar aquilo que o texto diz. Mas isto pode cair, e isto é uma crítica passível a qualquer metodologia hermenêutica, num relativismo abusivo, e à conclusão de que não é possível ter uma resposta em definitivo

O problema da hermenêutica, na História, é trabalhado de forma brilhante por Reinhart Koselleck, em seu texto *História e Hermenêutica*<sup>8</sup>, resultado de sua aula em homenagem à Hans Georg Gadamer. Koselleck retoma o conceito de *dasein*, de Martin Heidegger, que norteia a sua exposição acerca da obra de Gadamer e como ela pode ser utilizada pela historiografia, chegando à conclusão de que qualquer interpretação está inevitavelmente vinculada à História, sendo impossível uma Hermenêutica a-histórica.

Uma forma de se pensar esta questão metodológica, sem a qual este trabalho seria inviabilizado, é a proposta por Hans Robert Jauss em seu artigo *The Alterity and Modernity of Medieval Literature*. Neste, ele parte do pressuposto de que a literatura medieval é mal vista aos olhos modernos, por exemplo, caindo em desuso no cânon universitário na época em que escrevia<sup>9</sup>, por problemas de compreensão relativos ao que é apresentado nos textos do medievo. Sua proposta é um caminho que elaborou posteriormente, em análise notável, em sua obra *Pour Une Hermeneutique Litteraire*.<sup>10</sup> O caminho da alteridade é esta proposta, caminho que permite a assimilação de textos medievais a partir do estudo do ambiente em que foram escritos, em essência, uma busca pelas chaves de leitura próprias do medievo.

Isto condiz com a perspectiva de Koselleck acerca do papel da História para a Hermenêutica, mas vai um pouco além. Torna necessária uma avaliação do próprio autor, e não exclusivamente do período. É uma articulação destes dois que gera o texto originalmente e, sem estes dois âmbitos, não seria possível, ou seria no mínimo muito mais difícil, analisar a *Vie de Saint Louis*, da forma proposta.

Para tal, identificamos três facetas na figura de Joinville, de cavaleiro, cristão e intelectual, que nos permitirá compreender melhor a forma com a qual escreveu a sua

---

<sup>8</sup> KOSELLECK, 2014: 91-110.

<sup>9</sup> JAUSS, 1979: 181

<sup>10</sup> JAUSS, 1982

obra. Isto pois Joinville é um autor, logo, é um ser histórico, com todas as implicações descritas acima. Sua obra fica atrelada a isso, e, por mais que possamos ir muito além do que é dito ali, e observarmos uma pintura maior do medievo, esta pintura sempre parte do pincel de Joinville. Suas palavras são essa janela. Aquilo que ele era é determinado duplamente, pelos dados históricos e por seus escritos.

Nossa compreensão acerca da figura de São Luís também é influenciada por isso. Não podemos perder de vista que, no caso da *Vie de Saint Louis*, o rei-santo é uma personagem de um enredo – no caso o protagonista – mas, por mais que Joinville tenha proposto escrever sobre a vida do rei, não estamos tratando de historiografia, muito menos de uma disciplina histórica. É uma vida contada pelos olhos do senescal. Talvez nunca saberemos ao certo como era São Luís, e como ele agia de verdade. Mas certamente temos o modelo de bem-agir, aos olhos de Joinville.

Este modelo, criado por Joinville, não emana apenas dele. Evidentemente, a forma como o descreve está diretamente ligada à sua experiência, mas, ele não seria capaz de expressar algo que estivesse inteiramente fora de seu tempo. Joinville se insere no contexto convencionado como Idade Média Central, descrito e revisto incessantemente pela historiografia. Suas aspirações, seu pensamento, por mais únicos que possam parecer, são um resultado da época, que significou inúmeras mudanças no mundo medieval e para a História Ocidental. Parte central da vida de Joinville é, justamente, um dos aspectos definidores deste período, as Cruzadas, ou, melhor dizendo, o ato de partir em cruzada por si só. Apenas por este aspecto, a concepção de bom cavaleiro, e por consequência, de rei ideal, não poderia ser igual à de Chrétien de Troyès, ou da *Canção de Rolando*.

Sendo assim, a reconstrução da figura de Joinville pode abrir novas perspectivas acerca deste período, e também nos fazer compreender muito do que se passava na mente de um cavaleiro culto e cruzado do século XIII, observando as relações estabelecidas por Joinville dentro da obra com o tempo em que viveu. É um jogo interessante entre a interpretação textual e o trabalho de pesquisa histórico.

Da obra de Joinville, podemos extrair inúmeros aspectos da vida, dos modos de ser, do pensamento, da organização política, da religiosidade, etc. do século em que viveu Joinville e São Luís. Como então apenas uma obra pode nos dizer tudo isso? Pelo método. Justamente por esta interação entre a interpretação hermenêutica e o conhecimento e a

pesquisa historiográfica, proposta por Jauss<sup>11</sup> através de sua ideia de alteridade, ampliando a obra de Gadamer<sup>12</sup>. Desta forma, com nossa visão *post-factum*, podemos extrair, da *Vie de Saint Louis*, elementos e significados que o próprio Joinville não imaginaria ter dito.

Considerando estas escolhas metodológicas, esta dissertação está organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo, iremos analisar aquilo que torna a *Vie de Saint Louis* única dentro da literatura medieval, buscando responder questões como o problema do gênero da obra, como Joinville organiza a sua obra e a maneira com que constrói a imagem de São Luís, tanto como rei ideal quanto como homem santo.

A questão do gênero é importante pois, como veremos, há um longo debate acerca da classificação da obra de Joinville, sendo que o ponto mais contencioso é o debate biografia *versus* autobiografia, que buscaremos desconstruir, visto que classificar uma obra do medievo como do gênero biográfico pode constituir o anacronismo. Analisaremos outras duas opções, a de hagiografia e a de crônica, para podermos compreender melhor o propósito, as escolhas do autor e o recorte temático da obra. A organização e a construção da imagem de São Luís são igualmente importantes, pois foram estes dois aspectos que instigaram esta pesquisa acerca da figura de um indivíduo na Idade Média. A primeira indica como Joinville pensou para realizar o seu livro, a segunda, como ele construiu, a partir de suas ideias, experiência e daquilo que conhecia e tomava como ideal, a imagem de Rei-Santo para São Luís.

Para a criação da imagem do rei, temos, na virtude da *prudência*, o fio condutor. Esta virtude, em sua forma conceitual medieval, não só serve como algo que mede o valor do rei e de outras personagens, mas é um dos pilares pessoais do próprio Joinville, que também se julga e se mede por esta virtude. Sendo assim, podemos dizer que a virtude da *prudência* é a base para toda a criação da *Vie de Saint Louis*, e será algo importante em todos os capítulos desta dissertação. Não podemos perder de vista, também, que a criação de uma imagem a partir de uma virtude é, sim, uma forma de individuação, talvez a mais notável, não só na *Vie de Saint Louis*, como na literatura medieval como um todo<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> JAUSS, 1979: 181

<sup>12</sup> GADAMER, 2014: 111-119.

<sup>13</sup> LE GOFF, 1994: 9 – A busca por um modelo humano ideal talvez seja a razão para isso.

No segundo capítulo, analisaremos a figura de Joinville em si, primeiramente analisando a sua história de vida, quem era, quem eram seus antepassados, e o caminho que o levou à corte de Luís IX. Identificamos, ao longo da pesquisa, três aspectos da *persona* Joinville que foram determinantes na criação da *Vie de Saint Louis*. A primeira e mais em evidência é a do cavaleiro, visto que Joinville, como senhor, havia sido criado para este propósito, e jamais esconde suas ideias acerca do que um bom cavaleiro deve e não deve fazer. A *prudência* se expressa nesta faceta.

A segunda faceta é a do cristão, faceta bastante interessante, pois em diversos momentos da obra vemos Joinville, um leigo, opinando sobre questões religiosas e até mesmo discutindo com prelados e padres. Também possui uma visão bastante interessante da santidade de São Luís e do que é ser um bom cristão. Vale notar que Joinville antes de escrever seu célebre livro, havia escrito comentários acerca do *Credo*, mostrando não só grande devoção religiosa, mas uma curiosidade intelectual que passa despercebida acerca de sua figura.

E é justamente esta a última faceta, a do intelectual. Longe de querer defini-lo por seu intelecto ou sua passagem na faculdade (coisa que ele nunca fez), ou por qualquer grande contribuição filosófica, devemos lembrar que falar de Joinville como intelectual é diferente de falar sobre Guilherme de Occam como intelectual. Não trataremos do conceito de intelectual, como Jacques Le Goff o faz em intelectuais da Idade Média, mas sim da curiosidade de Joinville acerca das coisas do mundo e também sua grande carga de conhecimento. Podemos mapear a forma que Joinville pensava, ou ao menos nos aproximar, ao observar suas curiosidades intelectuais.

Após a análise destas facetas, iremos, no terceiro capítulo, analisar a forma como estas se manifestam na obra e como estas criam duas personagens individuais em São Luís e, principalmente, em Joinville, cuja vida pode ser conhecida através de sua autoria da obra, e por vida também nos referimos aos seus anseios, sua personalidade e aquilo que poderíamos até chamar de vida pessoal, com seus afetos, desafetos e sua tristeza ao lidar com a figura do rei, seu amigo, que perdeu em uma Cruzada que não havia apoiado.

Em todos os momentos estaremos, como já foi dito anteriormente, dentro dos limites desta obra. O que quer dizer, na prática, que tudo isto partirá da análise do texto, com suporte, evidentemente, de toda a bibliografia sobre o período e sobre os conceitos

referidos aqui. Iniciaremos, então, a exposição acerca do gênero e da excepcionalidade desta obra.

## Capítulo 1: *Vie de Saint Louis: Um problema para a literatura medieval*

No séc. XII, Suger, abade de Saint-Denis e um dos mais importantes e influentes religiosos de seu tempo, evoca uma noção de história muito forte e interessante para a legitimação da dinastia dos Capetos<sup>14</sup>. Associa-os a Carlos Martel e, para demonstrar esta conexão, fisicamente, de forma a fazer todos, do leigo ao teólogo escolástico, compreenderem, cria a necrópole real, trazendo todos os descendentes de Martel para a Abadia. Todos os reis de França, capetos ou não, iniciaram seu repouso final nas catacumbas belamente esculpidas da abadia<sup>15</sup>. Não se questionava mais a legitimidade após isto. Raul Glaber escreveu a História dos Francos, que demonstrava o valor deste povo que teve em seu rei, a partir do séc. XII, o *de facto* herdeiro do *imperium*<sup>16</sup>. E São Luis encomendou ao abade Guillaume de Nangis uma Crônica dos Reis Franceses. Longe de se afastar da História, de torna-la algo longínquo, apenas memorial, São Luís se inclui nesta crônica, e Nangis escreve a primeira *vita* do futuro Rei-Santo, alguns anos antes da morte dele, algo bastante incomum para a época. Ele já se inseria em um processo histórico, com um objetivo.

Tal foi o papel da crônica que, segundo Georges Duby<sup>17</sup>, suplanta o romance de cavalaria e a canção de gesta como principal meio de preservação da memória. A vida se complexificara, o sonho da cavalaria não mais era possível em sua plenitude. Os reinos tomavam uma estrutura e o rei, evidentemente, ganhou uma força que não havia sido vista na época imediatamente anterior. A crônica é, por consequência, o gênero privilegiado desta época. Conta histórias de reis, verdadeiros, e de seus povos. Glorificam modelos e modos de ser, algo que o romance cavaleiresco e a canção de gesta, que louvavam cavaleiros e seus feitos idílicos, realizavam no domínio do fantástico.

E havia uma outra mudança. Romances e Canções faziam parte de um léxico oral da literatura medieval, assim como as peças ecumênicas, que possuíam, para além de um valor de entretenimento, um valor educacional, em um mundo essencialmente iletrado. A crônica, de uma complexidade infinitamente maior, era feita para ser lida, além de

---

<sup>14</sup> DUBY, 1979

<sup>15</sup> LE GOFF, 1996

<sup>16</sup> DUBY, 1978: 137-163 E LE GOFF, 1996

<sup>17</sup> DUBY, 1978: 137-163

oralizada<sup>18</sup>. É um gênero puramente intelectual, destinado principalmente àqueles que sabiam ler e, principalmente, compreenderiam a mensagem contida nestes textos.

E acredito que seja da crônica que a Idade Média tirou seus maiores exemplos. Vale lembrar que em um mundo praticamente fechado, que seguia um tempo litúrgico, que agia em função da espera do juízo final, cada um possuía um papel muito específico, o que descamba na tópica do *exemplum*. E dentre estes, evidentemente, aquele que está no topo da sociedade figura com prestígio, os exemplos de rei, os *specula princeps*. Estes tomavam formas literárias das mais variadas, de tratados teológicos a crônicas e chegando até, em tempos futuros, em tratados políticos (Maquiavel sendo, talvez, o grande referencial), mas descrever e fornecer modelos da forma correta de um soberano agir não é uma criação do renascimento do séc. XII, tem suas origens em Sto. Agostinho<sup>19</sup>, e um grande desenvolvimento em Isidoro de Sevilha.

Com a desagregação feudal pós-Carlos Magno, e com a perda de importância dos reis frente aos senhores que lhe juravam fidelidade, a necessidade de definição de um rei ideal desaparece. Os ideais da cavalaria se sobrepõem a todo o resto, inclusive às ordens monaquistas que dominam a Europa do ano mil. Mas, conforme os reis começam a ressurgir como figuras centrais, especialmente a partir das Cruzadas<sup>20</sup>, começou a se perceber que estes não eram apenas os cavaleiros que estavam no coração das relações vassálicas. Sim, eram os primeiros dos *bellatores*, mas também eram ungidos. A unção os tornava diferentes. Em tempos carolíngios, o Imperador era quase um vicário de Deus. Em tempos da teocracia pontifícia, os reis se tornaram instrumentos da Igreja de Roma para se impor perante o Imperador, os senhores feudais e as ordens mendicantes, que negavam a pompa dos padres e bispos<sup>21</sup>. Mas em tempo, os reis tomaram vida própria. Seu papel deixa de ser apenas o de um defensor, se torna um de governante, e a lista de atribuições foi crescendo.

Possivelmente foi isto que levou João de Salisbury a fornecer o primeiro grande modelo de rei pós-agostiniano, no *Policraticus*. Mas veio da França o grande divisor de águas, Luís de Poissy, o Luís IX que, após sua morte de mártir, se tornou São Luís. Não é difícil entender sua importância. Pode-se até argumentar que, para a unificação francesa,

---

<sup>18</sup> É difícil, porém, imaginar uma crônica extensa sendo lida em uma praça pública.

<sup>19</sup> GUENÉE: 1981, 111-134

<sup>20</sup> Estas deram um significativo impulso na centralização dos reinos, já que coube aos reis a liderança de boa parte delas, especialmente da III Cruzada. Ver GROUSSET: 1998 e STRAYER: 1988.

<sup>21</sup> DUBY, 1978, 63-83/103-137

por exemplo, seu avô, Felipe Augusto e seu neto Felipe, O Belo, fizeram mais. Mas, se tratando de Idade Média, o temporal nem sempre importa mais do que o domínio do simbólico. Em um tempo em que o Imperador colecionava excomunhões, um rei que prega o ascetismo, se aproxima do povo como um protetor sábio, que é amigo da Igreja e das ordens mendicantes, patrocina obras edificantes e constrói catedrais como nenhum outro, luta contra qualquer tipo de heresia e pecado e, ainda por cima, reacende a chama cruzada apagada há muito, decerto se torna um padrão a seguir. Não fica difícil entender porque alguns historiadores como Jacques Le Goff<sup>22</sup>, Daisy Delogu<sup>23</sup>, Jean-Phillipe Genet<sup>24</sup> e Jacques Monfrin<sup>25</sup> consideram Luís IX o maior de todos os reis medievais.

Muito se escreveu sobre Luís IX desde que o rei estava vivo até os dias de hoje. O rei, em vida, possivelmente alinhado com as ideias de Suger, ordenou a escrita de uma Crônica dos reis de França, executada por Guillaume de Nangis. Neste trabalho, o abade escreveu sobre o próprio rei, que ainda reinava, conectando-o com seus antepassados e sendo a primeira obra “oficial”, por assim dizer produzida acerca do futuro rei-santo. O próprio Guillaume de Nangis, mais tarde, iria escrever uma hagiografia<sup>26</sup>, mas foi da pena de Guillaume de Saint-Pathus que surgiu a hagiografia canônica, que fixou Luís IX no imaginário dos santos. Guillaume de Chartres e Geffroy de Beaulieu também escreveram suas próprias hagiografias, e o número destas obras é notável, considerando que não se tratava de um religioso, mas de um rei. Talvez tenha sido justamente por isso que São Luís teve tamanha atenção. Ele permaneceria o único rei francês a ter conseguido a auréola.

Porém, enquanto estas obras edificantes se esforçavam por mostrar um homem ascético, preocupado com o seu povo e com a vontade de Deus e a defesa da Igreja, nem mesmo a crônica de Nangis expos muito o componente de realeza da figura de São Luís, fora aquilo considerado importante para sua santidade. O primeiro a fazer isto foi Joinville.

Jean de Joinville foi senescal da Campanha, e senhor de Joinville. Sua função de senescal o tornava bastante próximo de Teobaldo IV, conde da Campanha, e a proximidade deste com São Luís foi o que o levou ao encontro de Joinville. Como é

---

<sup>22</sup> LE GOFF, 1999.

<sup>23</sup> DELOGU, 2008, 22-56.

<sup>24</sup> GENET, 1998.

<sup>25</sup> MONFRIN, 1979.

<sup>26</sup> Para mais detalhes, ver LE GOFF, 1999.

possível ler na *Vie de Saint Louis*, o primeiro encontro com o rei foi algo que marcou profundamente o senescal, instigando, creio, sua lealdade à coroa. Joinville era um homem letrado e culto, pela sua posição certamente era também treinado nas artes da guerra, e, buscando imitar o seu pai, que acompanhou Luís VIII na Cruzada contra os albigenses<sup>27</sup>, fez parte do *entourage* de Luís IX que partiu para a Terra Santa. Durante esta, se aproximou bastante do rei, e compôs o grupo de conselheiros deste. Após o fracasso do empreendimento, ficou aprisionado junto do rei, momento definido por Jacques Monfrin<sup>28</sup> em que ele deixa de ser apenas um conselheiro, mas desenvolve uma profunda amizade pelo rei. É ideia de Joinville que, após ser libertado de Damietta, o rei fosse para o Acre, defender o último domínio cristão na Terra Santa. Joinville também o acompanhou, permanecendo lá por cinco anos junto do rei.

No regresso, havia se tornado o principal conselheiro de São Luís, e, nesta posição, foi contra, dado o fracasso da cruzada anterior e a saúde frágil do rei, o novo empreendimento cruzado proposto pelo rei. Ele sequer estava presente quando o rei montou a cruzada, evidentemente também não partiu para Túnis, onde o rei perdeu a vida, por estar já muito doente. Pela perda, amaldiçoou quem quer que tenha dado esta ideia ao rei<sup>29</sup>. Com a morte de seu amigo, afastou-se da corte e regressou à sua terra natal onde, após ter uma visão com o rei, consagrou-lhe uma capela. Décadas depois, o velho senescal entraria em cena mais uma vez, quando Jeanne de Navarre, esposa do rei Felipe, o Belo, pediu que Joinville, já octogenário, escrevesse um livro contando a vida de São Luís, para que servisse de exemplo para seu filho, o futuro rei Luís X, o Gordo.

Joinville aceita, e em cerca de quatro anos completou o *”Livro dos bons feitos e das boas palavras de nosso santo rei Luís IX”*, mais conhecida como *Vida*, ou *História de São Luís*. A escolha de Joinville nos parece bem óbvia. De acordo com Louis Carolus-Barré, que estudou a fundo todo o processo de canonização de São Luís<sup>30</sup>, o testemunho de Joinville foi uma peça-chave para a canonização, visto que ele acompanhou o rei na

---

<sup>27</sup> Ver MONFRIN: 2010.

<sup>28</sup> MONFRIN: 1981.

<sup>29</sup> Je entendi que touz ceulz firent peché mortel qui li loerent l’alee, pour ce que ou point que il estoit em France, tout le royaume estoit en bone pez en li meismes et a touz ses voisins, ne onques puis que il em parti l’estat du royaume ne fist que empirer... a la grant flebesce la ou son cors estoit, car il ne pooit souffrir ne le charier ne le chevaucher..

<sup>30</sup> Ver Barré, 1994.

Cruzada e em sua estadia no Acre, sendo a cruzada um dos principais argumentos para a transformação de Luís IX em São Luís.

A *História de São Luís* é certamente um desafio para qualquer historiador. Por vezes, estamos acostumados a criar nossas próprias camas de Procusto, e tentar adaptar e adequar nossos objetos de pesquisa em conceitos pré-definidos, e muitos devem ficar tentados a enquadrar a obra de Joinville em um ou outro determinados gêneros literários. Se é que consideram a *História de São Luís* literatura, visto que definitivamente não se encaixa no modelo pós-Montaigne de obra literária<sup>31</sup>. Não busco, aqui, definir o que é a literatura medieval. Podemos nos referir a inúmeros e exaustivos trabalhos desenvolvidos ao longo do séc. XX, de autores como Georges Duby, Michel Zynk, Ernst Robert Curtius, Erich Auerbach, Hans Robert Jauss, Aaron Gourevitch dentre outros que oferecem um chão firme pelo qual podemos trabalhar. Mas me interessa, justamente, a questão da definição do que é a obra de Joinville. O motivo é simples. A partir da pesquisa realizada ao longo do mestrado, e também durante a graduação, que gerou a monografia de título *O Espelho do Herói: uma análise da História de São Luís, de Jean de Joinville*, percebemos que esta obra não se trata de uma exposição ordinária da vida de um rei. Joinville, aparentemente, vai muito além disso. A primeira impressão, quando se já tem um conhecimento mais avançado acerca das modulações e das formas de representar da literatura medieval, é a de que a *Vie de Saint Louis* quebra com muitas das convenções esperadas de um texto medieval. E o ponto principal desta quebra é, segundo Daisy Delogu<sup>32</sup>, a forma com que Joinville trata a figura do rei. E, também, a forma com que se insere no enredo, sendo um narrador-personagem de peso. Mas será realmente necessário se trabalhar dentro de modelos, ou não seria melhor tratar a obra de Joinville justamente pela sua originalidade?

A forma narrativa de Joinville gerou um dos debates mais célebres dentro do campo de estudos da literatura medieval. Ao contrário de outros cronistas e hagiógrafos, Joinville não se limita a uma descrição dos atos considerados ideais do rei. Ele narra a vida cotidiana de Luís IX, da maneira como se veste à forma como come. Daquilo que acha engraçado, ao que o deixa irritado ou triste. Seu jeito de rezar, suas devoções, etc.

---

<sup>31</sup> Refiro-me aqui à excelente explanação de Luiz Costa Lima em *Limites da Voz*, em que demonstra a influência que a ideia de um indivíduo como dotado de uma vida interior, e o cultivo desta na literatura, a partir dos *Essais* de Montaigne, teve na definição da concepção moderna de literatura. Ver COSTA LIMA: 1993.

<sup>32</sup> DELOGU, 2008: 17-35.

Joinville nos fornece um São Luís que Jacques Le Goff<sup>33</sup> chama de ‘real’. É não só um espelho dos príncipes, mas também uma janela para a vida pessoal de Luís IX. Por este motivo, passou a se ver, na *Vie de Saint Louis*, uma *biografia*, do rei-santo.

Uma outra questão que se põe é : não só Joinville apresenta um São Luís ‘real’, não ligado somente à sua função, como também ele se põe dentro da narrativa. Joinville diz o que fez, diz o que pensou, aquilo que acha certo, aquilo que acha errado, chegando ao ponto de descrever o seu rompimento com o rei quando este decide partir mais uma vez em Cruzada<sup>34</sup>. O senescal também descreve como foi que realizou esta obra, o porque de suas seleções, deixando claro que aquilo que ele não presenciou pôde depreender de relatos, que ele reproduz em seu livro, às vezes até questionando a validade destes. Partindo de Aaron Gourevitch<sup>35</sup>, sabemos que a questão da autoria na Idade Média é irrelevante, ganhando notoriedade apenas no ambiente universitário, por questões corporativas, tendo conotação de autoridade, e mesmo assim limitada<sup>36</sup>. O sujeito que realiza a obra, e a forma com que realiza, é menos importante do que a mensagem que esta transmite. Se trabalhava com modelos e o que conhecemos por originalidade nem sempre era valorizado, o que tornava, em parte, desnecessária a identificação de um autor<sup>37</sup>. O que Joinville faz, porém, vai além de uma mera identificação de autoria. Ele se põe com *auctoritas* de seu próprio texto, mostrando como o construiu, e, ao se pôr como personagem conta também sua própria vida, o que pode ser ponderado como uma *autobiografia*. Retomaremos esta questão no último capítulo desta dissertação.

### 1.1 Biografia x Autobiografia

Inicialmente, então, vamos para a questão biografia x autobiografia. Por mais que seja uma questão central para certos autores, em especial Jacques Le Goff, e que tenha sido um dos motes desta pesquisa inicialmente, certas leituras, em especial de outras obras medievais, modificaram bastante a própria visão que havia sido formada em torno disto. Retomando o que foi dito há alguns parágrafos anteriores, a origem deste debate reside no fato de Joinville não apenas descrever um rei ideal ou um santo, mas a vida cotidiana de São Luís e aquilo que o rei pensava e sentia, para além de sua função, ao mesmo tempo

---

<sup>33</sup> LE GOFF, 1999: 419-441.

<sup>34</sup> JOINVILLE §730-738

<sup>35</sup> GOUREVITCH, *Les Catégories de la Culture Médiévale*.

<sup>36</sup> LE GOFF, 2006 p. 118

<sup>37</sup> As glosas pseudo-ciceronianas são um exemplo desta não-identificação ocorrendo até em meios intelectuais. WARD, 2006: 3-69

que o senescal se incluía na trama, ponderando sobre os fatos e contando sua própria história de vida. Se tornava clara então a pergunta, se a *Vie de Saint Louis* era uma biografia ou uma autobiografia. Mas há um problema claro nisso.

Por mais que os termos biografia e autobiografia, que significam uma obra que conta uma história de vida fossem lugar-comum desde a Antiguidade<sup>38</sup>, e que o medievo certamente conhecia bem, há uma falha argumentativa em considerar a obra de Joinville como uma escrita biográfica. O principal argumento é de que Joinville estava indo além do que se esperava da descrição de uma vida para poder descrever uma vida “interior” por assim dizer. E isto não é algo que acreditamos ser o caso na obra do senescal.

Luiz Costa Lima, em *Limites da Voz*<sup>39</sup>, afirma que a condição *sinae qua non*, para a verificação do gênero biográfico, que é constituído na modernidade, é uma escrita que narra a história de um indivíduo. E indivíduo entendido aqui não como um ente específico de um corpo social, mas como um ente que cultiva a vida interior, que cultiva os seus sentimentos e que os põe acima do seu papel na sociedade. Um indivíduo emancipado, verificado inicialmente nos *Essais*, de Montaigne. Partindo deste princípio, poderíamos ver, pela forma com que Joinville narra a vida do rei (e a sua), que ele poderia ter sido um precursor de Montaigne e que este tipo de indivíduo já estava presente no século XIII, o que justificaria a inclusão da *Vie de Saint Louis* dentro do gênero biografia. Mas buscar este indivíduo se configura em um erro histórico.

Uma das obras mais interessantes da literatura medieval é a *Vie de Guibert de Nogent, par lui-même*, uma autobiografia do abade Guibert de Nogent. Em tempos de *exempla* pareceria muita presunção um abade tomar-se como exemplo, então esta autobiografia pode ser uma anomalia que confirma o *status* do indivíduo dentro da biografia de São Luís por Joinville? Certamente que não, pois a obra de Nogent é perfeitamente compreensível dentro do contexto e do tempo na qual foi escrita, o que, em meu entendimento, derrubam a tentativa de enxergar uma biografia, entendida como gênero, no texto de Joinville. Assim Nogent define a *raison d'être* de sua obra:

“Lors donc, Dieu de bonté, qu'au sortir de ces excès, où m'a fait succomber mon orgueil mondain, je reviens à toi, si je n'en recueille pas d'autre fruit, du moins j'apprends par

---

<sup>38</sup> A Vida dos Doze Césares, de Suetônio, sendo um exemplo notável de uma biografia antiga.

<sup>39</sup> COSTA LIMA, 1993

intervalle à ne pas me méconnaître entièrement. Car comment pourrai-je m'élever à ta connaissance si je suis aveugle pour me connaître moi-même ?”<sup>40</sup>

O abade deixa claro que escreve sobre sua própria vida para se conhecer melhor e, ao se conhecer melhor, ele irá se elevar ao conhecimento de Deus, entenderá melhor a sua natureza. Pelo conhecimento de si ele quer chegar ao conhecimento de Deus. O posicionamento desta fala dentro do texto é interessante. Localiza-se ao final do primeiro capítulo, no qual o abade fala sobre o seu sentimento frente a Deus, como um ser pecador. Afirma que entende Deus não como misericordioso, mas como a misericórdia em si, por ser capaz de acolher e salvar até mesmo aquele que o ofende com os piores pecados. Mas Nogent não entende isto muito bem, mas acredita ser possível entender ao estudar sua própria vida, seus próprios pecados e, a partir do resultado destes entender o *modus operandi* divino.

Parece um tanto estranho tentar entender o *modus operandi* de Deus, mas não se pensarmos no ambiente intelectual em que escreveu o abade. Guibert de Nogent nasceu e viveu no limiar dos sécs. XI e XII. Beneditino, inicialmente estudou gramática a partir dos poetas clássicos presentes no cânone medieval, como Ovídio e Virgílio, antes de se tornar um estudante de Santo Anselmo. Teólogo, pela quantidade de referências que põe nas suas memórias, pela forma rebuscada de sua escrita<sup>41</sup>, e por demonstrar fluência nas formas de conhecimento teológicas, podemos depreender que era um homem extremamente culto, capaz de entender os caminhos da razão de seu tempo.

Mas que razão era esta? Estamos tratando, aqui, da escolástica das catedrais, que se inicia ao longo das tormentas do ano mil, ganhando demasiada força nos séculos subsequentes, que correspondem à época da teocracia pontifícia. Contra a heresia, havia a retórica e a argumentação, baseada em uma linha de pensamento que pregava o conhecimento das coisas como principal função de qualquer teologia. Isto porque, ao se conhecer o mundo, se conhece a forma com que Deus realizou a sua criação, essencialmente se descobrindo como Ele fez as coisas funcionarem. Assim sendo,

---

<sup>40</sup> NOGENT Premier Chapitre. “Portanto, Deus de bondade, que ao emanar de sua excelência, me faz sucumbir meu orgulho mundano, venho a ti, se não recorro a mais nenhum outro fruto, aprendi ao menos por intervalos que não me conheço inteiramente. Pois como poderei elevar-me à teu conhecimento se estou alheio ao conhecimento de mim mesmo.

<sup>41</sup> Mesmo para os padrões do latim medieval.

conhecer, é chegar mais próximo de Deus. A descrição de Georges Duby acerca desta “Idade da Razão” é magistral<sup>42</sup>.

Fica claro, então, a conexão de Nogent com o seu tempo. Como intelectual, e armado da afirmativa de que o homem foi feito à imagem de Deus, o funcionamento do homem é feito em suas sombras. Conhecer o homem é conhecer Deus, daí a importância das humanidades na formação das universidades medievais<sup>43</sup>. Assim sendo, porque não estudar a si mesmo, para compreender Deus? Decerto uma grande ousadia por parte do abade, mas perfeitamente compatível com o pensamento escolástico que tomava forma então, para depois tornar-se predominante.

Esta questão do conhecimento acaba por influenciar na concepção acerca do rei ideal. João de Salisbury, o famoso escritor inglês, escreveu, com o seu *Policraticus*, o espelho dos príncipes mais conhecido da Idade Média. Tratá-lo somente desta forma é injusto, visto que é uma obra que apresenta quase um resumo da forma de conhecer escolástica que se traduz, também, na concepção de rei ideal apresentada ali. Evidentemente, se o conhecimento das coisas é importante, um rei que não conhece é um rei falho. Ele deve saber ler, pois só assim, com a leitura das escrituras, pode distribuir a justiça. No tempo das catedrais, este rei “escolástico” certamente deveria ser predominante, ao menos no campo teórico. Talvez o próprio resgate da ideia de um *specula princeps* seja uma consequência da escolástica, que transforma o sonho da cavalaria em uma narrativa de rei ideal<sup>44</sup>.

Então, chegamos a um ponto crucial. Joinville, ao narrar a vida do rei em seus mínimos detalhes, não está querendo mostrar a personalidade de São Luís. Muito possivelmente, sua intenção era a de *reforçar* o modelo através dos atos cotidianos do rei-santo, e suas ponderações sobre si mesmo e sua relação com o rei talvez tenham a mesma função. Mas há um outro indício ainda mais pertinente para este recurso utilizado por Joinville, e desta vez, vem de fora da escolástica. O próprio Joinville era um cavaleiro, e como cavaleiro, era um apreciador de certos prazeres mundanos, como a música, a literatura, as justas, etc. No próximo capítulo veremos como aspectos da personalidade de Joinville influenciam na obra.

---

<sup>42</sup> DUBY, 1978: 137-162

<sup>43</sup> LE GOFF, 2006: 43-87.

<sup>44</sup> DUBY, 1979.

Pensando neste aspecto, e levando em consideração as mudanças que ocorrem na época em que Joinville escreve<sup>45</sup>, em que a forma teórica da teologia escolástica dão lugar a um louvor concreto, a um contato direto com Deus através de sua criação, e a expressão máxima desta religiosidade talvez seja a figura de São Francisco de Assis, que junta em si o ascetismo monástico com a alegria de uma juventude cavaleira. Este santo-herói<sup>46</sup>, pode ter sido de influência para o próprio Joinville, e a concepção que fazia de São Luís como santo. Portanto, seguindo essa linha, descrever aquilo que São Luís gostava de fazer em sua vida pessoal, seus gostos, etc. seria, também, demonstrar sua santidade, o seu comportamento santo, através de seu amor pelas coisas e pelo seu povo, ambas criações de Deus.

Estas são questões muito mais amplas, que dizem respeito ao próprio Joinville, e aquilo que o senescal viu e vivenciou, e será trabalhada com maior profundidade no capítulo subsequente. Mas, para o presente momento, podemos perceber o quanto os estudos literários podem nos levar à concepções errôneas. Percebemos a importância da “ponte hermenêutica” de Hans Robert Jauss, para o trabalho com o texto literário, especialmente o medieval, o que evita, decerto, este tipo de erro.

O indivíduo que aparece em Joinville é, portanto, substancialmente diferente daquele que aparece em Montaigne. Não é um indivíduo interiorizado, mas externo, por mais que as semelhanças sejam grandes, ao menos no campo da construção literária. Pouco vemos, no São Luís de Joinville, da lealdade infatigável, quase irracional em nossos termos, de um Rolando, ou do modelo para reis de João de Salisbury. É um indivíduo dinâmico, mas igualmente modelar. Ele se diferencia por suas ações, mas todas estas levam à afirmação de um modelo, seja de realeza, seja de santidade. Trabalharemos isto no último capítulo.

Assim sendo, definir a *História de São Luís* como sendo do gênero biografia (ou autobiografia) é um erro, mas não podemos nos esquecer de que tratamos sim, de um tipo de escrita biográfica, que nunca se perde, no rio que corre da Antiguidade à Modernidade, mas que só iria se emancipar séculos mais tarde.

---

<sup>45</sup> Recomendo a leitura de Georges Duby (1978) para tal. Em meados do séc. XIII, a primazia da escolástica como definidora não só da forma de conhecer mas da religiosidade começa a ser questionada e suplantada pela adoção de uma visão cortês de mundo que acaba por influir nas formas religiosas.

<sup>46</sup> Terminologia de Jacques Le Goff, em sua obra *Héros du Moyen Âge: Le Saint et le Roi*, 2010.

## 1.2 Hagiografia :

Uma outra consideração que pode ser feita, mas acredito, visto os trabalhos acadêmicos realizados na segunda metade do séc. XX - destacando o *São Luís*, de Le Goff – que esta já entrou em desuso<sup>47</sup>. Que é justamente considerar a obra de Joinville como uma *hagiografia*. Evidentemente que, considerando que a ênfase de Joinville é, ao menos num primeiro olhar, apenas na questão da realeza, e não necessariamente no santo<sup>48</sup>, ver a *Vie de Saint Louis*, como uma hagiografia já é um erro de precisão conceitual. Joinville narra a vida de um rei, que, por um acaso, é santo. Mas, o principal argumento de sustentação daqueles que consideram este livro uma *hagiografia*, segundo Delogu, provém do campo da estrutura textual, visto que Joinville possivelmente se baseou na estrutura narrativa de uma hagiografia para construir o seu texto. Veremos esta questão também ao longo deste capítulo.

Como demonstrei, no início deste capítulo, a importância da *crônica*, nesta época, trabalhamos com a hipótese de que, de fato, o texto de Joinville se trata de uma crônica, com características muito peculiares, talvez até mesmo anômalas para a época ou para um espelho de príncipe. Assim sendo, neste capítulo iremos apresentar os argumentos para tal, mostrando, também, as inadequações de se classificar a obra de Joinville como hagiografia, biografia ou autobiografia. Mas antes de prosseguirmos, devemos apresentar, de forma resumida, a organização narrativa e algumas características básicas da *Vie de Saint Louis*.

Afirmi, alguns parágrafos acima, que também não podemos considerar a obra de Joinville como uma hagiografia. Sim, o senescal da Campanha está tratando da vida de um santo, mas, por mais que a hagiografia seja uma forma peculiar da Idade Média de escrita biográfica, e de que, segundo Jacques Monfrin<sup>49</sup> e Daisy Delogu<sup>50</sup>, Joinville certamente teve como base as hagiografias escritas sobre São Luís, há diferenças muito grandes, não só em estrutura, mas também na intencionalidade de uma hagiografia para aquilo que Joinville possivelmente imaginou para sua obra. Em essência, a centralidade temática de uma hagiografia é a santidade, ou os atos santos de um indivíduo canonizado. Mesmo que Joinville frequentemente fale sobre este lado de São Luís, ele trata de um

---

<sup>47</sup> Daisy Delogu (DELOGU, 2008), por exemplo, sequer a considera viável em sua obra.

<sup>48</sup> Apesar deste aparecer com frequência, como veremos mais tarde.

<sup>49</sup> MONFRIN, 2010.

<sup>50</sup> DELOGU, 2008.

escopo mais amplo do que isso, ainda mais se levarmos em conta o fato desta obra ter sido escrita por um leigo e para outro leigo. Em resumo, considera-la uma hagiografia configura uma outra cama de Procusto.

Sendo assim, em termos de gênero, acreditamos que, para fins de classificação, que a obra de Joinville configura uma crônica, cuja questão central é a história de vida de São Luís, contada dentro das regras de um *speculum princeps*, cuja descrição veremos mais adiante. Certamente, como falamos alguns parágrafos acima, que São Luís não aparece mais apenas como rei, mas como uma pessoa que possui hábitos próprios, mas que estes hábitos e suas ações na sua posição oficial, definem um modelo que servirá de espelho para Luís X. Temos aqui, então, como uma questão central, a criação deste modelo de rei, pela criação da figura de São Luís na obra de Joinville. Vejamos, então, como o senescal da campanha organizou a sua obra.

## **2. A Organização de uma “Vida”:**

Joinville não divide seu livro em partes ou em capítulos, mas a edição utilizada para esta dissertação, possui uma divisão por parágrafos, feita pelo crítico literário Natallis de Wailly, que os dividiu e numerou, algo que facilita bastante a consulta ao livro. O senescal indica que está indo de um movimento para outro no próprio texto, indicando o que virá a seguir. Edições como a de Ethel Wedgwood, separam o texto em quatro partes. A primeira se refere às palavras santas de São Luís, a segunda ao crescimento e à sua ascensão ao trono, a terceira trata das Cruzadas e da estadia de São Luís no Acre e a quarta do seu regresso à França e do final de sua vida, além, logicamente, das considerações finais de Joinville. Ao ler a edição de Wailly, temos que não é bem assim que o livro funciona. Na realidade, o próprio Joinville, como citei alguns parágrafos acima, divide seu livro em duas partes, e por isso faço valer as palavras do senescal: *La première partie si devise comment il se gouverna tout son tens selonc Dieu et selonc l’Eglise et au profit de son regne. La seconde partie du livre si parle de ses granz chevaleries et de ses granz faiz d’armes*<sup>51</sup>.

Podemos até pensar, de início, que a primeira parte irá tratar de sua santidade, enquanto a segunda irá tratar de sua realeza, mas as palavras debutantes de Joinville

---

<sup>51</sup> JOINVILLE, P. 144 §2 tradução livre: A primeira parte consiste em como ele se guiava todo o seu tempo segundo Deus e segundo a Igreja, e pelo proveito de seu reino. A segunda parte do livro se refere a seus grandes atos cavaleirescos e seus grandes feitos de armas.

podem ser bastante enganosas quanto ao que se desenvolverá. A primeira parte a qual o senescal se refere é bastante curta, e logo se esvai na narrativa da subida de São Luís ao trono, enquanto a segunda parte ocupa, essencialmente, todo o restante do livro, à exceção de uma terceira, e última parte, cujo conteúdo não se encaixa em nenhuma das outras partes, pelo menos não ao que Joinville se refere como conteúdo delas.

Esta se refere, diretamente, à relação do senescal com o rei, não que isto não tenha aparecido nas outras partes, mas aparecia como um estofa para o que Joinville queria expressar sobre as boas palavras e os atos de São Luís. Nesta última, isto vem à tona com muita força, sobrepujando os outros aspectos. Algo compreensível, visto que se refere justamente ao rompimento da amizade dos dois, quando Joinville não concorda com a ida de São Luís a uma nova Cruzada. Toda a narrativa se modifica a partir daí, passando a se assemelhar mais a um lamento do que, efetivamente, à escrita de uma vida do rei. É, decerto, a parte mais bela do livro, e a que mais causa problemas de um ponto de vista historiográfico. Esta parte foi o grande gatilho desta pesquisa de mestrado, pois, ao lê-la pela primeira vez, e após várias releituras, não consegui deixar de ter a impressão de que todos os lugares-comum acerca da literatura medieval foram jogados para o ar pelo senescal. Se é que efetivamente existiram em primeiro lugar.

Devo alertar que não pretendo fazer uma reavaliação do que sabemos sobre a literatura medieval, mas simplesmente sobre o que estes escritores foram capazes de transmitir. Esta questão irá guiar os dois capítulos seguintes. Neste, ficaremos com aquilo que Joinville afirma ser o conteúdo de sua obra. Fica claro, porém, que mesmo que se possa perceber uma primeira parte bem pequena e uma segunda muito maior, ao longo da leitura estas duas acabam se introjetando, e, em minha análise, vejo o grande motivo disto como sendo a presença de dois modelos importantíssimos para o período, o do rei e o do santo. Como bem diz Daisy Delogu, estes dois não aparecem separadamente, é como se um completasse o outro na narrativa da *Histoire de Saint Louis*. Acredito que, para além de se completar, por vezes até mesmo entram em conflito aberto pois, como trabalhei em minha monografia, de título *O Espelho do Herói: uma análise da História de São Luís, de Jean de Joinville*, aquilo que transforma Luís IX em um rei ideal pode ser incompatível com aquilo que o torna um santo.

Isto cria uma configuração bastante interessante, onde o São Luís, rei ideal aparece o tempo todo na superfície, mas é sempre acompanhado pelo São Luís santo, que, vagando no subterrâneo, sempre presente, vêm à tona em diversos momentos, momentos

estes que se referem a decisões que lidam com a própria fé do rei, fazendo o rei desaparecer e o santo entrar gloriosamente em cena.

Outro aspecto interessante, e já mencionado, da organização e do conteúdo da obra é justamente a forma como Joinville obteve suas informações acerca de São Luís. Como falei no início deste capítulo, o momento em que esteve mais próximo do rei foi durante a Cruzada. Nos outros, em que não esteve presente, o senescal se utiliza de relatos, que ouviu antes, durante e depois de seu período com o rei, sendo que ele alerta para a possibilidade destes relatos não contarem toda a verdade e também é bastante seletivo, escolhendo aquilo que é relevante ou não para ser relatado. Isto também explica o porque, ao contrário de outras hagiografias e crônicas que, dada suas organizações cronológicas ou temáticas<sup>52</sup>, possuíam maior “equidade” na distribuição do conteúdo, enquanto Joinville claramente ocupa o seu livro na maior parte com o que viu, preterindo os outros momentos da vida do rei, em que não esteve presente, o que, ao meu ver, configura uma escolha pessoal.

### **O Rei do Séc. XIII:**

Um rei ideal para o século XIII certamente não o é para toda a Idade Média. E mesmo olhando para o mesmo século, é possível observar diferentes concepções de monarcas e soberanos ideais o que torna o estabelecimento de um padrão difícil. Um caminho possível de ser seguido é, porém, o da centralidade que estas descrições de reis ideais ganham, frente às mudanças iniciadas no séc. XII.

Ao estudar todas as subdivisões tradicionais do medievo, percebemos que o papel e a preeminência dos reis muda consideravelmente. No período carolíngio, os reis possuem um papel menor que o Imperador, que se torna uma figura quase divina, em conformidade com uma tentativa de resgate do modelo principesco romano<sup>53</sup>. Sendo assim, os reis flutuam em torno do imperador, principal defensor da cristandade, e o representante de Deus na Terra para assuntos terrenos. Os reis cuidavam de seus povos, mas em suas listas de atribuições, certamente não constava um poder semelhante ao de Carlos Magno, ou Carlos Martel, do pouco que se sabe, possivelmente tinham uma função semelhante à dos chefes de povos bárbaros, mas esta é uma questão muito complexa para ser discutida aqui.

---

<sup>52</sup> DELOGU, 2008

<sup>53</sup> DUBY, 1988.

Com a derrocada do Império Carolíngio e com a desagregação dos reinos em inúmeros feudos, os reis se tornam mais um símbolo do que um detentor efetivo de poder. Estes se localizavam no centro das relações vassálicas, mas pouco tinham de controle sobre seus vassallos, para além da ocasional obrigação feudal. Neste período, a cavalaria toma a preeminência, e não obstante o rei aparece como o primeiro cavaleiro, como podemos ver na *Canção de Rolando*. Este rei da guerra, primeiro *bellator*, depende das alianças com senhores para conseguir agir. Necessita ser cortês e impressionar por sua pompa e bravura, para que possa ser respeitado e ter o poder reconhecido. Certamente, isto ia de encontro com os mosteiros e seu ascetismo o que separava cada vez mais os reis de uma função religiosa, enquanto os imperadores afundavam cada vez mais no ostracismo.

Porém, uma série de acontecimentos que se inicia na virada do séc. XI para o XII começam a mudar este panorama. Primeiramente, o poderio da Igreja de Roma aumenta, frente aos mosteiros e aos senhores. As reformas do Concílio de Latrão, as Cruzadas, decretadas no Concílio de Clermont-Ferrand e o Cisma com os patriarcados orientais iniciam um novo período para a Igreja, e da teocracia pontifícia, um novo tipo de soberano aparece.

As reformas gregorianas mudaram a forma de agir da Igreja. Uma nova estrutura eclesiástica serviu para reduzir o poder de correntes divergentes e, principalmente, reduzir o poderio dos mosteiros, em sua maioria ligados à senhores feudais, cujas suntuosas doações mantinham as engrenagens monásticas rodando. E também instituiu a paz de Cristo, que delimitava a ação dos senhores na guerra, definindo a hora de guerrear. Para realizar isto, a Igreja necessitava de um novo sistema de transmissão de suas ideias e, mais uma vez, a arte teria o seu papel, como o teve em tempos carolíngios. Foi de Suger que veio as iniciativas artísticas e o investimento nas ordens que prezavam pelo conhecimento. As universidades desenvolvem sistemas de conhecer que impediam qualquer argumento contrário àquilo que se tornava parte do cânon, e, contra os poderes locais, se refugiaram junto ao papado, mas tem em suas atividades e saberes o mundo secular<sup>54</sup>.

Mas para que este projeto se concretizasse, era necessário que o papado tivesse os seus aliados terrenos. Certamente o Imperador não constava dentro das opções, então

---

<sup>54</sup> LE GOFF, 2006: 93-96

surge da França a alternativa – a ligação de Suger com os reis franceses. Com a melhoria das técnicas agrícolas, o aumento populacional, e o subsequente êxodo para as cidades, onde as atividades comerciais e as universidades ganhavam cada vez mais força, o poder senhorial e a antiga ordem feudal iam gradualmente perdendo forças, incapazes de controlar por completo as cidades. Surgiam novos homens, desligados de qualquer estamento, mas com riquezas comparáveis e até maiores que alguns nobres. E com a saída do campo, muitos senhores perderam a capacidade que tinham de extrair riquezas de suas terras. Abriu-se uma via para a centralização do poder, não nas mãos da Igreja, já sendo criticada de forma violenta por todos os tipos de heresia, que viam na riqueza e no poder temporal de bispos e do papa uma afronta aos preceitos originais do cristianismo. Os reis se tornavam esta opção de soberania, e estes tinham, na sua figura, um modelo de governo que atuaria como um intermédio entre todos os outros.

Isto porque estes passaram a ser ungidos, elevando-os frente aos outros nobres. Passaram a ser legitimados, escolhidos por Deus, para atuarem como um vigário de Deus na Terra, prerrogativa que antes pertencia somente ao Imperador. E foi o rei francês o primeiro a ser ungido. Sob a proteção secular destes que o edifício da Igreja em tempos de teocracia pontifícia seria erguido. Com o enfraquecimento dos senhores, o rei francês começou a acumular prerrogativas. Felipe Augusto centralizou a cobrança de impostos na França<sup>55</sup>, mas sua relação com a Igreja não era das melhores. Mesmo assim, os Capetos foram sacralizados. Por Suger, sua linhagem foi conectada à de Carlos Martel, cujo corpo foi transferido para Saint Denis, assim como todos os outros restos mortais de reis capetos, que formaram a necrópole real. Se definia, assim, aqueles que detinham a soberania e o porquê.

Os reis franceses também se tornaram os protetores da Igreja em seu território, algo que iria passar para outros reinos europeus, de uma forma ou de outra. E ser o protetor significa também espalhar a palavra de Deus. O tesouro real passou a patrocinar a construção de catedrais, que transmitiam os ensinamentos advindos da universidade, sob forma de arte. São Luís foi especialmente proficiente nesta área sendo que, segundo Le Goff, foi o rei francês que mais ergueu catedrais, como veremos mais adiante. A heresia também era um problema, e cabia, então, aos reis, eliminá-la. Luís VIII, pai de São Luís, eliminou a heresia cátara, na Cruzada Albigense. Seu filho iria reviver o espírito

---

<sup>55</sup> STRAYER, 1988.

cruzado, e iria encontrar seu martírio a caminho da Terra Santa. Não é de se espantar que os reis, nesse momento, se separaram da cavalaria.

Isto não quer dizer que deixaram de ser cavaleiros, pois ainda o eram e deveriam ser especialistas nas artes da guerra. Mas ganharam novas características que os separavam dos demais. Era necessário o governo e, em tempos de escolástica, logo começaram a surgir modelos de governo. Os *specula princeps*, dormentes desde os desenvolvimentos agostinianos ressurgem, buscando descrever, racionalmente, o bem-agir dos soberanos. Mas o que diziam estes modelos acerca da maneira correta de ser do soberano?

João de Salisbury, no *Policraticus*, descreve minuciosamente a forma correta com que o soberano deve agir. Se torna, segundo Bernard Guenée<sup>56</sup>, a principal fonte para espelhos posteriores. Devemos destacar, aqui, alguns pontos principais acerca da concepção de soberano que aparece no *Policraticus*.

Para descrever o soberano ideal, Salisbury utiliza exemplos bíblicos e da antiguidade, sendo que seus dois soberanos favoritos, por assim dizer, e os mais amplamente utilizados são o Rei Salomão e Augusto, de Roma. São considerados, pelo clérigo, exemplos de virtude, que lhe permitiram realizar grandes feitos para os seus respectivos povos. Apesar de existirem inúmeras virtudes, a principal, segundo Salisbury, que deve ser encontrada nos príncipes é *prudentia*, a prudência, juntamente com a moderação e a paciência<sup>57</sup>. Isto blinda os reis de qualquer influência negativa, e os permite agir com a clareza necessária, pois ele é o responsável pela distribuição da justiça. E o rei deve ser educado, pois só assim poderá ler e conhecer as leis:

“E é adicionado, ‘e ele deve lê-la’. É de pouco benefício possuir as leis em um bolso se não está fidedignamente guardada na alma. Portanto, é para ser lida todos os dias de sua vida. Daí é de uma clareza cristalina o quanto é necessário o conhecimento das letras para príncipes que são, então, ordenados a incorporar a lei de Deus em leituras diárias. E não é de surpreender que não descobrirás que clérigos são obrigados a ler a lei diariamente. Mas o príncipe deve fazê-lo, e todos os dias de sua vida; pois o dia em que não o faz, não lhe é um dia de vida, mas de morte.”<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> GUENÉE, 1981; 111-134

<sup>57</sup> Esta questão é central para esta dissertação, a retomaremos ainda neste capítulo.

<sup>58</sup> SALISBURY, J. cap. VI, tradução livre

Todas as vezes que Salisbury se refere às Leis, ele se refere à Lei divina, especialmente aquela contida no Deuteronômio. Assim sendo, o príncipe está inteiramente subordinado ao clero e deve ser o primeiro a observar estas leis.

“Deixe a mente do príncipe ler através do intermédio da língua dos clérigos, e qualquer que seja a excelência que vêm em suas vidas, deixe-o reverenciá-la como a lei do Senhor. Pois a vida e a linguagem dos clérigos são como um livro da vida perante a face das pessoas”<sup>59</sup>

Também, toda a sua soberania emana de Deus, e sua sucessão e a formação de sua linhagem ocorre como uma recompensa pelo seu êxito de governante. Aqueles que não obtêm êxito, perdem sua linhagem, enquanto os bons reis vêm seus filhos seguirem seu exemplo, até que um irá falhar nas suas funções e, portanto, a partir dali, um novo escolhido de Deus tomará seu lugar. Isto pode ser observado em algumas passagens:

“Deus glorifica aquele que encontrou com um coração semelhante ao Seu, e quando Ele o exalta para o topo do poder real, o promete realza duradoura pelos filhos que o sucederão (...) Não é evidente como num curto espaço de tempo o trono do primeiro entre os filhos de Deus foi revogado? Por conta de suas falhas, Saul, Jonas e os outros filhos do rei foram destruídos para que novos frutos pudessem ocupar o trono?”<sup>60</sup>

O êxito da aplicação das leis, e, por consequência, do soberano, depende da capacidade do soberano de conciliar a justiça com a misericórdia:

“Deve ser tomado como verdade que o príncipe, assim como é para todos os outros homens, não deve perseguir seu próprio interesse mas o interesse dos outros. (...) pois o amor por seus pares não o deve impedir de corrigi-los de seus erros com o remédio devido; ele reconhece os laços de carne e sangue para o fim de subjugar-los à regra do espírito.”<sup>61</sup>

Ou seja, o soberano deve saber discernir os momentos em que deve punir daquele que exige a misericórdia, para isso, deve agir, novamente, com prudência, como Augusto,

---

<sup>59</sup> SALISBURY, J. L. 4 cap. VI

<sup>60</sup> SALISBURY, J. L. 4, Caps. XI-XII, tradução livre

<sup>61</sup> SALISBURY, J. L. 4, Cap. VIII, tradução livre

ao recusar os avanços de Cleópatra, que nem mesmo César e Antônio foram capazes de resistir, e que foi devidamente punida, com sua morte.<sup>62</sup>

Podemos perceber, por esta breve exposição de João de Salisbury, que há um conceito chave, que guia qualquer concepção de soberano desta época, que é justamente o conceito de prudência, conceito que, em sua forma medieval, será descrito em sua completude por São Tomás de Aquino.

### 3. A Prudência e o Rei

Temos, até o momento, que a *Vie de Saint Louis* é uma crônica que forma um *speculum princeps*, e já expomos um modelo de rei, criado por João de Salisbury. Apesar da obra de Joinville não caracterizar uma biografia, no sentido de gênero, por não ter uma concepção de indivíduo interiorizada, há uma questão que pretendemos responder ao longo desta dissertação. Se Joinville vê em São Luís um modelo de rei ideal, isto já demonstra que para o senescal, Luís IX era diferente dos outros. De alguma forma ele se destacava e, para Joinville, até mesmo se punha acima de outros reis célebres, como Felipe Augusto, que apesar de seu poderio e de sua ação na Cruzada, estava um patamar abaixo e não poderia ser considerado ideal, por uma série de motivos.

Esta separação que Joinville faz indica uma diferenciação individual, baseada em certas qualidades que um soberano pode possuir e outro não. Um *speculum princeps* não supõe que o rei ideal já nasça pronto, com todas as características necessárias, o que tornaria uma obra dessas uma mera ferramenta de identificação. Mas é um guia, para que aquele que quer ser soberano saiba a forma correta de agir. A própria variedade de modelos desta natureza na Idade Média, não só de reis, mas de santos, indica que não havia somente uma forma correta de ser virtuoso, o que acaba com a noção de que não havia individualidade, e todos meramente se comportavam conforme a sua função, como é possível observar mesmo dentre os mais célebres medievalistas<sup>63</sup>.

Torno a afirmar que isto não quer dizer que existia uma noção do *eu*, como se vai observar séculos mais tarde, mas sim que havia uma concepção diferente de individualidade, que não é interiorizada, mas exteriorizada, como vimos em Guibert de

---

<sup>62</sup> SALISBURY, J. *Policraticus* l. 3

<sup>63</sup> Phillipe Ariés acaba por deixar esta impressão, em *A História Social da Criança e da Família*, e acredito que é algo passível de revisão.

Nogent. Um indivíduo enquanto age no mundo<sup>64</sup> e que é definido especificamente pela sua relação para com o ambiente e os outros. Assim sendo, o que define a santidade não necessariamente é a possessão de virtudes, mas o que se faz com elas e, principalmente, como estas influenciam o seu meio, e isto pode ser aplicado para o rei ideal também.

As virtudes são principalmente baseadas em atos, que expressam os benefícios de uma forma de agir dada uma circunstância específica, e daí temos a importância do gestual na Idade Média<sup>65</sup>. As palavras são vazias se não forem acompanhadas por atos, logo não é de se espantar que Joinville equipare as palavras e os atos de São Luís, que não apresenta nenhum tipo de demagogia, ao menos não na obra do senescal.

Dentre estas virtudes, da qual falamos até agora, cujo uso definem cada um, podemos destacar aquelas chamadas de quatro virtudes cardeais, a justiça, a temperança, a prudência e a fortaleza<sup>66</sup>. Destas, a principal é a prudência. De acordo com a descrição de Josef Pieper, em seu clássico *The Four Cardinal Virtues*, ser prudente é uma condição *sinae qua non*, para que se tenha outras virtudes. Ela é a origem e engloba todas as outras. Isto porque, segundo Pieper, a prudência é a *medida*, de todas as outras virtudes, pelo balanço proporcionado por ela. Para entender melhor, devemos voltar os olhos brevemente para a Antiguidade:

Robert W. Cape Jr., em seu artigo sobre Cícero<sup>67</sup>, parte da compilação *Prudence*, de Robert Hariman, traça a evolução do conceito de prudência na obra de Cícero. O orador romano buscou separar, ao longo de seus escritos, a prudência da sabedoria teórica, associando-a à *phronesis* Aristotélica. Prudência seria, *grosso modo*, a sabedoria prática, expressa principalmente na figura do orador, cujo papel é demonstrar, através dos discursos, o caminho certo a se agir. A retórica, então, é a expressão maior da prudência, que é removida cada vez mais do campo de virtude teórica para um saber prático. Cape afirma que isto será revivido aos moldes ciceronianos durante a renascença, especialmente nos escritos de Maquiavel e Guicciardini<sup>68</sup>. Mas exatamente o que restou

---

<sup>64</sup> Peço que não se confunda isso com o *ser executivo* de Ortega y Gasset. São ideias muito semelhantes, mas em Ortega é a experiência interior que mais conta, a partir dos estímulos externos. Na Idade Média, até o momento, não encontramos evidências de uma autoconsciência, ou de uma autorealização.

<sup>65</sup> LE GOFF, 1987.

<sup>66</sup> PIEPER, 1965

<sup>67</sup> CAPE JR., 2003, pp.35-66

<sup>68</sup> Como também nos mostra Felipe Charbel em *Timoneiros* (CHARBEL, 2010: 101-108).

de Cícero na Idade Média, para que Cape fale da influência ciceroniana em Tomás de Aquino?

Devemos entender a influência do cristianismo, antes da ciceroniana nas ideias de Tomás de Aquino e de outros pensadores medievais. Segundo Pieper, a prudência está diretamente ligada à ideia de *providência*. Isto quer dizer, na prática, que o homem prudente é capaz de encontrar o caminho correto aos olhos de Deus, atraindo para si a providência divina, tornando-se um iluminado, de certa forma<sup>69</sup>. Portanto, por esta perspectiva é uma virtude que aparenta estar ligada diretamente aos santos, e à própria concepção de santidade. Em minha monografia, de título *O Espelho do Herói: uma análise da História de São Luís de Jean de Joinville*, especulei que a existência da figura do santo e da figura do rei em São Luís caracterizava um conflito entre dois modelos que, numa primeira vista se opõem. Pelo conceito da prudência, porém, este conflito inexistente, especialmente se levarmos em conta as mudanças ocorridas no papel dos reis na Idade Média Central, de primeiros guerreiros para governantes, exposto algumas páginas acima.

Georges Duby, em *O Tempo das Catedrais*, diz que é neste momento que o rei passa a assumir funções administrativas, semelhantes ao de um bispo, enquanto estes assumem funções cada vez mais temporais e, em alguns casos, até mesmo de guerra, a ordem dos templários sendo um bom exemplo disso<sup>70</sup>. Há também uma aproximação dos reis com as ordens religiosas, através de um novo valor dado à educação dos príncipes, o que os fez, possivelmente, assimilarem componentes da doutrina cristã na prática do governo de um reino. Talvez não seja uma coincidência que os *specula princeps* tenham sido ressuscitados por um bispo, João de Salisbury, e no *Policraticus*, o conceito mais forte associado ao modelo de rei é o da prudência, acima de todos os outros, como mostramos no subitem anterior.

A função do rei vai se tornando cada vez mais sacralizada, e as atribuições necessárias para este ofício também. Mas certamente um rei que é corajoso ao ponto de levar seus cavaleiros à derrota, segue o cânon ao ponto de ser injusto, e age com tamanha intemperança que se torna incapaz de agir, não pode ser caracterizado como um rei ideal. Possuir apenas uma destas três virtudes cardeais não é suficiente para o bom reinado, nem possuir as três, se não as souber utilizar. E é justamente a prudência que dá a medida da

---

<sup>69</sup> PIEPER, 1965; 6-8.

<sup>70</sup> Ver GROUSSET, 1998.

bravura, a clareza na hora de distribuir a justiça, e a clareza quanto à regência da vida privada. Um rei que não é prudente não deve ser chamado de rei, e isto é unânime nos *specula princeps* mais célebres<sup>71</sup>, dentre os quais a *Vie de Saint Louis*.

Christian Lazzeri, em seu texto *Prudence, Ethique et Politique de Thomas D'Aquin à Machiavel*, descreve, com grande fluência, as ideias de Tomás de Aquino acerca do que é a prudência e do que é ser prudente, ideias que podem ter influenciado Joinville, ou que estavam presentes na mentalidade do séc. XIII. Retomando a exposição sobre a escolástica, presente no início deste capítulo, a prudência é associada, em Tomás de Aquino, ao conhecimento, que é tripartido em inteligência, sabedoria e ciência. Dentre estas, a prudência está mais ligada à sabedoria, pois esta apresenta um componente prático, que permite ao *prud'homme* agir da forma correta.

Esta forma correta de se agir consiste na finalidade de toda a ação humana que é o princípio do bem-viver, que, em última instância, leva à felicidade. Esta, por sua vez, eleva o espírito daquele que a atinge, formando os fundamentos da ética e da moral. Pela análise de Lazzeri da *Summa Theologica*, o prudente almeja sempre a felicidade, com todas as implicações para o espírito, e esta virtude é a que permite, com o auxílio das outras, atingir o ideal de felicidade. A prudência é, portanto, agir, e esta ação passa por várias fases, sendo que todas têm a ver com o intelecto. Dentre elas, destaco a deliberação, ou seja, a necessidade de se comunicar, saber ouvir, saber adquirir conhecimento para poder depois ponderar e se chegar a uma síntese, que será a forma correta de se agir.

O *prud'homme* também sabe reger tanto o seu corpo físico quanto as partes sensíveis e vegetativas de sua alma, pela parte racional, atingindo, assim, o controle das suas vontades. Desta forma, ele é capaz de atingir a beatitude, sendo a prudência não só prática, mas também moral, e compõe uma *ciência* aplicada à realidade. A prudência existe, em Tomás de Aquino, no campo teórico, mas só é completa se aplicada corretamente, após um processo deliberativo, que dará não só uma solução, mas uma forma de agir. Neste caso, destaco, para além da análise de Lazzeri, que na questão do regimento das vontades e da ciência moral prática, é função do rei aplicá-la ao bom funcionamento do corpo social.

---

<sup>71</sup> Ver DELOGU, 2008.

Cada pessoa, também, deve ser prudente, pois o funcionamento do corpo social não depende apenas da regência, mas da maneira com que cada um cumpre o seu papel dentro dele, algo que aparece na *Summa Theologica* como *solicitude*, que consiste na disposição para cumprir o seu dever. Porém, de fato, a prudência dos reis deve superar a dos seus súditos, pois enquanto estes últimos lidam apenas com aquilo que está ao seu imediato alcance, um soberano deve lidar com o reino como um todo, a relação deste com os outros, das relações de vassalagem, da distribuição da justiça, e com a guerra.

Em Tomás de Aquino aparece, como componente da prudência, algo que será retomado, na forma de prognóstico, em Maquiavel, que é chamada aqui de *providência*. A providência é o que permite o soberano ser capaz de conhecer as contingências, ou os futuros possíveis, para que ele possa agir corretamente, baseado em um horizonte de expectativas. Esta talvez consista na maior diferença entre João de Salisbury e Joinville, já que o contingenciamento é uma das maiores marcas de São Luís, como veremos no capítulo seguinte.

Para Tomás de Aquino, na análise de Lazzeri, não há a possibilidade do homem prudente não saber o caminho certo a ser seguido. Caso uma ação prudente resulte em um fracasso, ou isto será obra de algum fator externo impossível de ser previsto<sup>72</sup>, ou ser obra de uma falsa prudência, ou prudência da carne, que visa somente à autopreservação, a astúcia ou a fraude.

Em resumo, a prudência, para Tomás de Aquino, é a realização do conhecimento na vida prática e, em conformidade com o que Pieper escreve, engloba todas as outras virtudes, pois mesmo a bravura exige uma hora correta para ser aplicada. A ênfase que é dada para o conhecimento que o rei deve possuir – o “saber ler” – em João de Salisbury, é uma marca disso, e pode até mesmo ser precursora da exposição de Tomás de Aquino. É interessante notar que, segundo Cape, Santo Agostinho remove o componente prático da prudência, tornando-a apenas uma virtude do espírito, eliminando a retórica da prudência. Esta, decerto, só vai reaparecer em Maquiavel<sup>73</sup>, mas Tomás de Aquino joga

---

<sup>72</sup> Como, por exemplo, o episódio de Mansoorah, descrito por Joinville, em que Roberto de Artois, o irmão de São Luís, desrespeita uma ordem expressa do rei para deixar os Templários marcharem na frente. A confusão gerada pelo conde resulta na morte de um número bastante alto do exército disponível ao rei, sendo que este já estava profundamente debilitado, marcando o início da derrocada da Cruzada. JOINVILLE §218.

<sup>73</sup> Ver CHARBEL, 2010: 23-50.

a prudência em definitivo no campo da ação, sendo este conceito, possivelmente, o mais aceito no medievo. Mas há também a questão da *performance* prudente. Vejamos, então, o caso da *Vie de Saint Louis*, que apresenta uma pista relevante não só para isto, mas para melhor compreendermos o que é o indivíduo na Idade Média.

Uma das funções da oratória é, justamente, a função deliberativa, mas, na Idade Média, não temos um Senado, onde oradores brilhantes podem discutir com máximas retóricas a melhor solução para um impasse. Mesmo um rei como São Luís utiliza uma retórica bastante rudimentar, mesmo sendo um rei letrado, para se comunicar e para convencer. A arte do discurso aparentemente está perdida, então onde será possível observar a questão da *performance* prudente, como queria Cícero? Poderia ser justamente na identificação de um soberano ideal ou de um santo através de seus atos, mas isto não está dentro do caráter puramente especulativo da retórica dos discursos ciceronianos, sendo justamente esta a capacidade deliberativa que leva a atos prudentes. As decisões no medievo são tomadas unilateralmente, então onde estaria o espaço deliberativo?

Dom Duarte, no prefácio ao *Leal Conselheiro*, diz ser parte de suas tarefas ser um bom conselheiro, para que possa transmitir a sua experiência. João de Salisbury e Joinville deixam claro, também, que o soberano deve se rodear de um conselho composto de homens prudentes, ou seja, homens capazes de dar suporte ao soberano com conselhos valiosos. Será, então, que este ato de aconselhar – e de receber conselhos –, um ato claramente prudente, seja um remanescente da oratória deliberativa de Cícero?. E é justamente em um ato de aconselhamento que aparece, na *História de São Luís*, o modelo do soberano ideal, através das palavras do próprio São Luís, ao escrever um *specula princeps*, para o seu filho pouco antes de sua morte, reproduzido em partes por Joinville. Desta forma, Joinville não só está reforçando o seu discurso com o que foi falado pelo rei-santo, mas mostra a clareza de São Luís quanto às necessidades de seu cargo e à forma correta de se agir e, acima de tudo, mostra um grande ato prudente, que é a transmissão deste conhecimento na forma de um texto de *exempla* escrito para o seu filho. Vejamos algumas destas partes agora:

São Luís ensina a seu filho que se deve combater o pecado com vigor, em especial aquele que vem de dentro<sup>74</sup>, mas não lhe orienta quanto à presença dos infiéis e como

---

<sup>74</sup> Nulz ne soit pas si hardis devant toy que Il die parole qui atraie et esmeuve à pechié, ne qu'il mesdie d'autrui par derieres en detractions. (JOINVILLE, § 746)

combatê-los. Mas, lhe ensina que nunca deve fazer guerra contra um cristão, salvo se julgada necessária pelo seu conselho<sup>75</sup>, e este deve ser composto por homens prudentes e leais, os quais devem sempre rodear o rei, os quais devem sempre ser consultados<sup>76</sup>. Pode se inferir, a partir daí, que não há restrições para a guerra contra não-cristãos, as regras de conduta estando restritas aos ensinamentos ali presentes. Também se infere a importância de aconselhar e ser aconselhado, antes de tomar qualquer decisão, marca de um *prud'homme*. Acima de tudo, esta forma de agir é pela prudência. Esta fala do rei na narrativa de Joinville descreve, na sua essência, um *prud'homme*, um homem regido pela prudência.

Por exemplo, o conselho de se rodear de homens leais e prudentes, sejam religiosos ou não, é, como mencionei, um ato prudente por si só, caso seja seguido por seu filho. Sempre escutar seus confessores e conselheiros também. Aconselhá-lo a não cobrar impostos de forma indevida é prudente, assim como o interessante conselho quanto aos julgamentos, em que o rei ensina que caso alguém lhe acuse de algo, que se isente e deixe seu conselho realizar o seu próprio julgamento, pois são prudentes e saberão enxergar melhor a verdade<sup>77</sup>. Isto mostra um dos principais aspectos da prudência no medieval<sup>78</sup>, que é o reconhecimento de sua própria falibilidade que torna, por vezes, necessária, a ação de outros, que possam julgar de acordo uma situação.

O rei também pede a seu filho que pense e estude formas de tornar a existência de seus súditos pacífica e honesta, e que ele mantenha os costumes e a liberdade das cidades, o que também pode ser visto, ao meu ver, como domínio de outros senhores, que também são súditos do rei, como foram mantidas pelos seus predecessores<sup>79</sup>. Esta ideia de se estudar e entender as necessidades de seu povo indica uma das virtudes principais dos

---

<sup>75</sup> Gardez-toy de esmouvoir guerre, sans grant conseil, contre homme créstien. (JOINVILLE, § 752).

<sup>76</sup> Veille a avoir en ta compagnie dès gens prudomes et loyaux, soit religieuse soit séculiers, qui ni soient pas pleins de convoitise, et parle souvent avec eux. (JOINVILLE, §745)

<sup>77</sup> Et se aucuns a action encontre toy, ne le croi pás jeusques à tant que tu en saches la verité, car alors tes conseillers jugeront plus hardiment selon la verité, pour toi ou contre toi. (JOINVILLE, *Vie de Saint Louis*: §747)

<sup>78</sup> Como visto em Salisbury e Joinville.

<sup>79</sup> Tu dois mettre ton attention à ce que tes gens e tes sujets vivent sous toi em paix et em droiture. Surtout garde les bonnes villes et les communes de ton garde en l'estat et en la franchise ou ti devancier les ont gardées (JOINVILLE, *Vie de Saint Louis* : § 749)

reis, indicada por Guenée<sup>80</sup>, a *sapientia*. Esta inexistente sem a prudência, algo interessante de se contrapor a Cícero, para o qual a *sapientia* existe em paralelo à *prudencia*<sup>81</sup>.

Por fim, há uma ênfase muito grande dada ao lado religioso, com São Luís afirmando que se deve amar e honrar todos os homens da Santa Igreja, e que siga estritamente as decisões desta. O rei menciona seu avô, Filipe Augusto, que teve privilégios suspensos pela Igreja, mas não contestou, pois não queria entrar em conflito com esta<sup>82</sup>. Isto indica, também, um dos motivos para as Cruzadas, já que esta era uma função dos reis, dada originalmente por Urbano II no Concílio de Clermont-Ferrand, propósito que São Luís seguiu à risca, revivendo, assim, o espírito original das Cruzadas<sup>83</sup>. O rei também mostra a necessidade de se proteger a Igreja no caso de uma guerra, outro motivo para seu próprio esforço cruzado. Além da reverência que se faz a Deus, o filho também deve reverências a seus pais e antecessores, e que sempre tente manter e seguir os seus preceitos.

Por mais distante esta performance prudente esteja de Cícero, não deixa de ser um espaço deliberativo. Recorrer a um *speculum princeps*, a um conselho, ou simplesmente às ações de antepassados são, para Joinville e ao que tudo indica, para o próprio rei, formas que um soberano pode utilizar no processo deliberativo que leva ao ato prudente. Logo, ao meu ver, seria praticamente impossível descrever o que seria o ato prudente em si, para além do que foi dito até aqui. Cada situação, cada problema, cada momento e cada emergência pedem reações diferentes, pedem o uso de recursos diferentes no processo de tomada de decisão. O meio correto de se tomar uma decisão está posto, mas a realização parte daquele que age. Assim sendo, também se torna bastante complicado um consenso em relação ao que é o rei ideal, se o pilar da idealização é a virtude da prudência. Para o encontrar é necessário ter o conhecimento do que um determinado rei fez, e um julgamento acerca de suas virtudes ou, melhor dizendo, de como ele fez uso de suas virtudes, pois, como já foi dito páginas acima, a prudência determina o bem agir e o uso de todas as outras virtudes.

---

<sup>80</sup> GUENÉE, 1981, pp.111-134

<sup>81</sup> CAPE JR. 2003, pp.35-66

<sup>82</sup> JOINVILLE, *Vie de Saint Louis*: §750

<sup>83</sup> Para maior esclarecimento quanto a esta questão do propósito das cruzadas, sugiro a leitura de *A Epopéia das Cruzadas* de René Grousset (1998).

Cada rei ideal, portanto, é único, e cada *specula princeps*, que tem um rei específico como objeto, apresentará um rei único e ideal à sua própria maneira. Talvez tenha sido este o problema que levou ao debate biografia/autobiografia, na *Vie de Saint Louis*, pois, de fato, há um indivíduo sendo descrito ali, mas não o indivíduo moderno, interiorizado e consciente de si. Um outro problema em relação à *Vie de Saint Louis* aparece aqui, e diz respeito à impressão, motivadora desta dissertação, de que esta obra foi sem precedentes na Idade Média e também única.

E a origem dele está no fato de que a consideração acerca do gênero biográfico foi feita somente a ela. Não se considera o Carlos IV de Cristine de Pisan, escrita quase dois séculos mais tarde como uma obra de gênero biográfico, muito menos a *Vie du Prince Noir*,<sup>84</sup>. Porque então somente Joinville? Buscaremos responder isto ao longo desta dissertação mas, no momento, é suficiente afirmar que a resposta reside na própria escrita de Joinville. Talvez até mesmo na própria figura de Joinville, o que ele pensava, o que ele possivelmente leu, suas experiências e sua relação com o rei. Acreditamos que tudo isto está contido na *Vie de Saint Louis*, de uma forma ou de outra e, terminada a exposição deste capítulo, acerca da natureza da obra e da natureza deste indivíduo tão deceptivo, prosseguiremos com a desconstrução da escrita de Joinville, para podermos encontrar as chaves que lhe permitiram escrever algo desta peculiaridade.

No próximo capítulo, trabalharemos com a figura de Joinville, através das suas múltiplas facetas que levam, para utilizar a terminologia de João Adolfo Hansen, ao seu engenho. Desta forma, poderemos demonstrar a lógica da criação da *Vie de Saint Louis*, e o porquê de ser uma obra tão única. Após, no último capítulo, entraremos a fundo na questão da construção do indivíduo, através da escrita do senescal.

Para recapitular, até o momento, consideramos a *Vie de Saint Louis* uma crônica com função de *speculum princeps*, e é a criação da figura de São Luís, através da exposição de seus atos e falas virtuosas que encerra nele um indivíduo, mas um marcadamente diferente do moderno, pois tem sua individualidade definida pelo papel que cumpre e, principalmente, pela forma com que cumpre este papel, tendo as virtudes cardeais, em especial a prudência, um papel determinante. Nos capítulos subsequentes, também veremos como o próprio Joinville se apresenta como indivíduo, através do próprio ato de escrever e descrever a sua vida em relação ao rei.

---

<sup>84</sup> DELOGU, 2008: 11-56

## Capítulo 2: Joinville: o *prud'homme*, suas facetas e sua obra.

Partindo do que foi apresentado no capítulo anterior, temos que a obra de Joinville é uma crônica cuja tópica é a de um espelho de príncipe, e que a construção da figura do rei ideal tem, no seu cerne, a concepção de prudência de Joinville, e apontamos, inclusive, as possíveis origens para a interpretação do senescal. Tudo isto compõe o indivíduo exteriorizado, do qual falamos, e que acreditamos que gera a confusão acerca da classificação da *Vida de São Luís* como biografia ou autobiografia. Para melhor elucidarmos esta questão deste indivíduo devemos partir não necessariamente do próprio São Luís, mas do próprio Joinville, como autor, e o que torna a sua obra única.

Portanto, neste capítulo, trataremos da personagem-histórica Joinville, do Joinville autor, do Joinville como narrador em primeira pessoa e de como tudo isto é articulado na organização de sua obra. Começemos pelo que é possível ser dito da vida do senescal da Campanha:

### 1. A Vida de Joinville:

Como afirmamos no capítulo anterior, é difícil separar o indivíduo de sua função, quando se trata de Idade Média Central. Devemos, então, começar por isso. Joinville era um nobre, senhor da cidade a qual lhe era homônima, localizada próxima à Campanha. Sabe-se, pelo trabalho de Jacques Monfrin<sup>85</sup> e pela sua própria narrativa, que ele possuía um castelo e tinha um número razoável de cavaleiros como seus vassalos. É difícil determinar sua estatura entre os nobres de França, mas a casa de Joinville era aliada da coroa e já possuía um histórico com as Cruzadas<sup>86</sup>. Sabemos, também, que Joinville era vassalo do Conde Teobaldo IV, tendo sido educado em sua corte aonde atuou como senescal. Não eram de uma nobreza muito alta, mas também não eram muito baixos.

Joinville ocupava uma função específica, a de senescal, sendo que sua casa possuía este cargo de forma hereditária, como nos mostra a obra de H. François Delaborde, *Joinville et les seigneurs de Joinville*<sup>87</sup>. A responsabilidade de senescal, diferentemente dos *conétables*, era administrativa. Eles eram responsáveis pela administração financeira e jurídica de um domínio, semelhante aos *baillis*, do norte da

---

<sup>85</sup> MONFRIN, 2010: 11-132.

<sup>86</sup> O avô de Joinville acompanhou Felipe Augusto na III Cruzada, e o pai de Joinville acompanhou Luís VIII na Cruzada dos Albigenses. Ver: MONFRIN, 2010: 11-132 e JOINVILLE, § 135-137

<sup>87</sup> DELABORDE, 1894:

França e aos *stewards*, da Inglaterra. Sendo assim, eram nobres que deveriam ser não só letrados, mas também conhecedores dos meios de ação política e jurídica, pois possuíam uma função intelectual. A leitura era essencial, portanto, não nos espanta a habilidade de Joinville com a escrita. Mas isto não quer dizer, necessariamente, que eram nobres que não guerreavam. Isto seria diminuir a prerrogativa da guerra. Joinville era senescal, mas partiu para a Cruzada como guerreiro, acompanhado de seus cavaleiros, e, através da narrativa de alguns de seus feitos, era muito habilidoso e um excelente estrategista, como no momento em que arma um plano, com seus cavaleiros e seus pares, para impedir o ataque turco ao corpo de batalha do rei, após a catástrofe de Mansoorah.<sup>88</sup>

Não é nosso objetivo examinar ou apontar com exatidão a origem da casa de Joinville, mas certamente um esclarecimento sobre esta pode apontar a direção do modo de ser do senescal. No final do séc. XIX, François Delaborde inspirado por Natalis de Wailly, cujo estudo sobre a *Vie de Saint Louis* formou a base para tudo aquilo que foi escrito posteriormente sobre o senescal e o rei, incluindo a edição e organização mais usual da obra, realizou este trabalho genealógico. Evidentemente, por se tratar de um trabalho com 120 anos de idade, não nos fornece nenhum avanço em termos historiográficos, sendo bastante datado, mas, o exaustivo levantamento realizado pelo autor é bastante esclarecedor.

O já mencionado histórico da família de Joinville com as Cruzadas vai além da própria casa. A origem desta reside na casa de Brienne, que vai possuir um papel extremamente importante no levante, como mostra a historiografia das Cruzadas, especialmente René Grousset<sup>89</sup>, por serem senhores da Síria Franca. Esta casa, segundo Delaborde, se tornou muito poderosa na virada do século XI, na região da Borgonha. Juízos de valor à parte, Delaborde afirma que o bondoso Joinville nada tinha a ver com seus ancestrais, truculentos e sanguinários. Os Brienne entraram em conflito com o rei, ao tomarem e saquearem a Abadia de Montierender, com a ajuda de um cavaleiro chamado Étienne de Vaux. Este conflito levou ao reconhecimento da região como pertencente a esta família e, como agradecimento, os Brienne autorizaram Étienne a construir um castelo, que viria a ser o castelo de Joinville.

---

<sup>88</sup> Ver JOINVILLE: §240

<sup>89</sup> GROUSSET, 1998: 218-244.

Porém, a arquidiocese da região (Saint-Blin) não reconheceu o direito de senhorio de Étienne, que já acumulava riquezas devido a um acordo com a abadia de Montierender, temerosa de mais uma invasão dos Brienne. Mais um conflito foi gerado, resolvido apenas com o casamento deste com uma das irmãs de Engelbert de Brienne, que não havia desposado. Assim sendo, foi possível para Étienne, através da doação de terras, ter ali um senhorio legítimo, tornando-se, assim, senhor de Joinville.<sup>90</sup>

A virulência dos Joinville não parou por aí, e, segundo Delaborde, há evidências de que Étienne e seus filhos, especialmente seu herdeiro Geoffroy I de Joinville, aterrorizavam vilarejos, abadias, invadiam o território de outros senhores, dentre outras peripécias. No final do séc. XI, as ações da casa de Joinville atraíram a atenção do Conde da Campanha, vassalo do Rei de Navarra, que empreendeu uma série de campanhas contra os Joinville, subjugando-os. A pressão do papado também era grande, visto que Leão IX, que veio desta região e mantinha fortes relações com Montiéregarde, demandava que os senhores rebeldes reparassem o dano causado à Igreja. Isto foi acompanhado, segundo Delaborde, de uma mudança de postura por parte de Geoffroy I, que passou a tentar uma aproximação com a Igreja<sup>91</sup> e com os senhores maiores da região. Ao passar dos anos, o senhorio de Joinville passou a ser vassalo do Conde da Campanha, tendo a posição de senescal como hereditária.

Isto é evidente em Jean de Joinville. Muito ao contrário de seus antepassados, que deram origem à casa a qual pertence, é um cavaleiro que admira e respeita a Igreja e seus superiores, além de querer sempre, pela leitura de sua obra, ser um *prud'homme*. Reconhece, porém, suas origens, mencionando, por vezes, que Jean I de Brienne, governante dos protetorados franceses no levante, é seu parente distante, a quem admira muito por ser um excepcional cavaleiro e um verdadeiro *prud'homme*<sup>92</sup>. Joinville também nutre grande admiração pelo Conde Teobaldo IV da Campanha, homem responsável, muito possivelmente, pela sua educação e pelo seu encontro inicial com o rei. Além disso, diferentemente de seus antepassados, era um intelectual, com sede de conhecimento, como veremos mais tarde, tendo inclusive escrito um livro comentando sobre sua própria

---

<sup>90</sup> DELABORD, 1894: 3-7

<sup>91</sup> Inclusive renegando seu próprio pai, Étienne de Vaux, o fundador da casa. DELABORD, 1894: 21

<sup>92</sup> JOINVILLE: §120-142.

fê, difícilimo de se encontrar e que, infelizmente, não tivemos acesso ao longo desta pesquisa, chamado *Credo*.<sup>93</sup>

Seria necessário, talvez, um extenso trabalho para mapear as relações vassálicas que associavam a casa de Joinville ao condado da Campanha, ao reino de Navarra e ao próprio reino da França, o que certamente motivaria os empreendimentos cruzados da casa. Por este motivo, tentar esclarecer as motivações políticas ou, melhor dizendo, de vassalagem que levariam Joinville a acompanhar o rei, deveria ser o ponto-chave deste trabalho. Mas, certamente, podemos explorar as motivações intrínsecas.

Em sua obra, Joinville cria uma grande nuvem de incertezas sobre o que o levou à Cruzada em primeiro lugar. Fica claro que ele lamenta profundamente ter que deixar sua família e seu castelo, o que pode indicar incerteza<sup>94</sup> por parte dele, como se fosse algo que ele não acreditava, mas que estava sendo obrigado a fazer. Ao mesmo tempo, expressa o seu desejo de partir, pois foi isto que seus antepassados fizeram. A luta de seu pai contra os Albigenses ainda paira no ar, pois frequentemente faz menção à isso, especialmente quando fala de seus preparativos. Também cita seu avô como cruzado, à época de Felipe Augusto. Mesmo este rei sendo injusto, como o senescal faz questão de lembrar com certa frequência durante a obra, seu avô o seguiu à Terra Santa, regressando recoberto de glórias, já que esta Cruzada não recuperou Jerusalém, mas estabeleceu, em definitivo, os reinos cristãos no Levante<sup>95</sup>.

Mas, se nem Joinville consegue determinar o porque da sua partida, o que estava lhe motivando de verdade, podemos pensar em uma terceira hipótese. Antes de iniciar a narrativa de sua partida, Joinville narra as palavras do rei. Como expomos no primeiro capítulo, é nesta parte que ele dá ênfase aos ensinamentos de São Luís, muitas vezes em situações corriqueiras, mas que denotavam não só seu caráter de rei ideal, mas também de santo. É possível notar, em diversas passagens, a profunda admiração que nutria pelo rei, que sempre lhe dirigia palavras bondosas e com quem aprendeu muito. Levando em conta que o senescal o encontrou quando ainda era muito jovem, e que este encontro, lembrado décadas depois, marcou para sempre Joinville, ele pode ter partido em Cruzada por simples admiração por Luís IX.

---

<sup>93</sup> MONFRIN, 2010

<sup>94</sup> JOINVILLE § 122

<sup>95</sup> GROUSSET, 1998: 183-202

O rei representava algo no qual Joinville acreditava. Como senhor e senescal, Joinville era muito influenciado pelo ideal do *prud'homme*, repetido à exaustão por meio de incontáveis *exempla* em sua obra. Talvez São Luís tenha sido o que gerou este ideal em Joinville. E, levando em conta o ideal de cavalaria<sup>96</sup>, não seria impensável cogitar que o senescal largou tudo para partir em Cruzada simplesmente porque havia um rei que, mais uma vez, abraçara o ideal de Urbano II<sup>97</sup>, após um século e meio.

Nesta discussão sobre a motivação, podemos aprender muito sobre Joinville. Como intelectual, admirava o conhecimento e as virtudes, como cavaleiro, admirava o *prud'homme* e o ímpeto de São Luís ao partir em Cruzada e, como cristão, admirava o homem que reavivara o espírito de peregrinação das Cruzadas. Temos, então, três chaves para compreender Joinville e a sua vida, sua face intelectual, sua face cavalheiresca, e seu coração cristão. As três formam o autor.

## **2. As três facetas de Joinville:**

Veremos, agora, cada uma destas facetas de Joinville, que compõem o autor e a construção de sua obra. Lembramos, ao leitor, que esta separação só será feita por fins de facilitar a leitura e a compreensão pois não devemos, e nem podemos, em qualquer época da História, compartimentalizar o funcionamento da mente humana. Estas três facetas, em sua junção, compõem o autor Jean de Joinville, e, após expô-las, iremos analisar a articulação destas na criação da obra, pelo resultado final dela.

### **2.1 O Cavaleiro:**

Joinville era um *bellator* de uma família que possuía um longo histórico de guerra. Como mencionamos anteriormente, ela surgiu no meio de um conflito, e foi bastante violenta até se tornarem vassalos do conde da Campanha. Pouco se fala sobre o Joinville cavaleiro, até porque, em praticamente todos os estudos sobre a *Vie de Saint Louis*, a ênfase é dada no rei-santo, e não no senescal. Quando tratam do senescal, é mais pelos percursos que o levaram a ser tão próximo do rei, ou por uma análise fria da construção da obra. Podemos citar, por exemplo, o artigo *Mon Ami, le Saint-Roi*, de Jacques Le Goff e o primeiro capítulo da obra de Daisy Delogu, *Theorizing the Ideal Sovereign*.

---

<sup>96</sup> Ver a descrição de Duby, em DUBY, 1978: 41-62.

<sup>97</sup> Voltaremos, mais tarde, a esta questão de São Luís como renovador da ideia de Cruzada.

Uma boa parte da admiração que Joinville tinha pelo rei-santo é, acreditamos, na sua habilidade como guerreiro. Na época do senescal, a função do rei ainda era estreitamente vinculada à função da guerra, e a esta se adicionavam as funções políticas, em um mundo que cada vez mais se centralizava na figura real. Não é, então, de se espantar, que uma boa parte daquilo que tornava um rei ideal é justamente seu comportamento no campo de batalha.

Como estes modelos de rei também podem ser aplicados a qualquer senhor pois, como é sabido, pelas redes vassálicas, senhores menores possuíam obrigações semelhantes aos reis, o próprio Joinville tinha essas ideias de bom governo no seu próprio agir, ou, ao menos, tentava seguir estes preceitos. Esta preocupação é central para o senescal, que todo o tempo, especialmente durante a Cruzada, mede o valor de outros homens pelas suas proezas no campo de batalha. E dentre estas proezas, nem sempre estão as habilidades com as armas em si, ou as habilidades estratégicas.

A figura do cavaleiro, na Idade Média, foi tanto criticada quanto foi motivo de fascínio. A liberdade e o prestígio, trazidos pela guerra, e as emoções de uma vida na batalha foram, segundo Georges Duby, certamente motivadores para que clérigos pegassem em armas, e surgissem ordens como a dos Templários e o Hospital.<sup>98</sup> Mas, como mostramos no primeiro capítulo, o ideal da cavalaria, e a figura do cavaleiro foi gradualmente se modificando, conforme a Europa Ocidental se estabilizava e a função senhorial deixava de ter uma ênfase tão grande na guerra. Reiteramos que isto não quer dizer que a função de guerreiro se perdeu, mas as outras ganharam mais espaço e a primeira teve que dividir a atenção dos *bellatores* com as outras.

Na prática, isto significa que a bravura e o ímpeto, qualidades maiores de um cavaleiro de outrora, cedem espaço às quatro virtudes cardeais, de nome, prudência, justiça, bravura e temperança, sendo que o ímpeto, como virtude, cede à prudência, especialmente no tocante à figura dos reis, primeiro cavaleiro. A canção de gesta dá lugar ao *specula princeps*. Uma mostra notável disto, na *Vie de Saint Louis*, é o erro fatal de Roberto de Artois, que, ao buscar a glória em batalha, acaba por morrer e levar junto uma porção considerável do contingente cruzado. Comparando esta, com as ações dos cavaleiros bons, segundo Joinville, vemos que, no texto do senescal, esta mudança no ideal de cavalaria já havia sido realizada.

---

<sup>98</sup> DUBY, 1978: 83-95.

Enquanto o conde de Artois é um contra-exemplo de cavaleiro, não faltam bons exemplos. Vemos em São Luís alguns aspectos disso como, por exemplo, como ele decide esperar no Chipre para invadir o Egito com condições de tempo mais favoráveis e com o auxílio de mais tropas, como ele todo o tempo consulta seu conselho mais próximo e, em uma reviravolta, como ele decide ouvir um cavaleiro, que não fazia parte de seu conselho próximo, e adiar o seu retorno para casa. Isto acontece após a libertação do rei em Damietta, quando ele escuta Joinville, que até então não era muito próximo do rei, que sugeriu que São Luís, ao invés de regressir à França, partisse para o Acre, e garantisse os domínios cristãos lá. Esta atitude prudente, que nada tem a ver com o ato de guerrear, mostra o valor de São Luís como rei.<sup>99</sup>

Um outro exemplo é o de Joceran de Brancion, que Joinville afirma, categoricamente, ser um dos melhores cavaleiros a participar da Cruzada, vassalo do conde de Poitiers. Brancion lutou ao lado deste e, mesmo com tropas separadas, ajudou na defesa do exército quando este sofria ataques de todos os lados. Foi sua habilidade, sua prudência, e sua bravura que sempre vinha à tona na hora certa, que o levaram a ser estimado desta maneira por Joinville, algo que o senescal pouco faz, preferindo sempre se referir aos outros cavaleiros que estima como meros *prud'hommes*. Segue a narrativa do ocorrido:

"Após o corpo de batalha do conde de Poitiers, se encontrava o corpo de batalha de meu senhor Joceran de Brancion, que veio com o conde ao Egito, um dos melhores cavaleiros que se encontrava no exército. Ele organizou seus homens de maneira que todos seus cavaleiros estivessem a pé, e ele a cavalo, assim como seu filho, meu senhor Henri, e os filhos de meu senhor Joceran de Nanton, pois ainda eram crianças. Por várias vezes, os turcos desferiram ataques a seus homens. E todas as vezes que eles os avistavam, suas gentes esporavam os cavalos e surpreendiam os turcos por detrás, e assim os turcos deixaram seus homens serem atropelados por diversas vezes."<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> JOINVILLE §437.

<sup>100</sup> "Après la bataille le conte de Poitiers estoit la bataille mon seigneur Jocerant de Brançon, qui estoit venu avec le conte en Egypte, l'un des meilleurs chevaliers qui feust en l'ost. Sa gent avoit si aree que touz ces chevaliers estoient a pié, et il estoit a cheval, et son filz, mon signeur Henri, et le filz mon seigneur Jocerant de Nantum, et ceulz retint a cheval pour ce que il estoient enfant. Par pluseurs foiz li desconfirent les Turs sa gent. Toutes les foiz que il veoit sa gent desconfire, il feroit des esperons et prenoit les Turs par deriere; et ainsi lessoient les Turs sa gent par pluseurs foiz pour li courre sus." JOINVILLE § 275

Por mais que este trecho possa parecer uma simples narrativa de guerra, há algo aqui que faz Joinville chamar Brancion de um dos melhores cavaleiros. Começamos pela ação. Joceran de Brancion, vassalo do conde de Poitiers, via seu corpo de batalha e seus homens separados do corpo principal, do conde e também do rei. Isto ocorreu porque, após a falha trágica de Mansoorah, São Luís e seus principais conselheiros decidiram por separar as tropas e enfrentar as ondas de turcos de forma separada. Isto deu muito certo, já que os cruzados inclusive capturaram um campo dos turcos, o que deu um novo gás e uma centelha de esperança no sucesso da Cruzada. Mas, divididos e com menos homens, o rei dependia da lealdade e da bravura de seus homens para conseguir manter a conquista, rendendo episódios como esse.

Segundo Joinville, Brancion possuía apenas vinte cavaleiros para lidar com as sucessivas levas de turcos.<sup>101</sup> O senescal não menciona quantos turcos haviam, ou quantos outros homens de armas estavam sob comando de Brancion. Mas, com apenas vinte cavaleiros, era necessária uma superioridade tática para vencer o inimigo. A solução de Brancion, como mostra o trecho, é de uma ingenuidade brilhante. Faz os turcos acreditarem que aquele grupo em particular já havia perdido a principal arma de combate corpo-a-corpo desta época - a cavalaria - e partiam para o ataque. Subitamente, Brancion dava a ordem e seus homens corriam para os cavalos e imediatamente atacavam os turcos, que eram arrasados em cada onda.

Eventualmente, como podemos ver no parágrafo seguinte, eles são vencidos. Doze dos vinte cavaleiros são mortos, além de vários outros homens de arma, e o próprio Brancion é morto: *"Et lui même fut mis dans un si mauvais état que depuis il ne se tint jamais sur ses pieds, et qu'il mourut de cette blessure au service de Dieu."*<sup>102</sup>

A cena é dramática, Brancion é alvejado, Joinville não nos diz como, mas, mesmo assim, no pior dos estados, foi capaz de se manter em pé e continuar lutando, até morrer a serviço de Deus. Joinville então cimenta a figura de Brancion ao explicar a sua história, que dá ainda mais força a este cavaleiro em particular. No parágrafo seguinte àquele que narra a morte de Brancion, o senescal nos conta que antes de morrer, o bravo cavaleiro já havia participado de trinta e seis batalhas e combates em sua vida, o que lhe dava uma ampla experiência. O próprio Joinville já o havia conhecido, quando o ajudou a derrotar

---

<sup>101</sup> JOINVILLE §276

<sup>102</sup> Idem

alguns cavaleiros do Sacro-Império<sup>103</sup> que haviam saqueado a Igreja. Possivelmente Joinville estava se referindo a alguma heresia. Porém, estas lutas o haviam desgastado, por um motivo bastante complexo e que se relaciona com um amplo espectro do que acontecia nesta época no medievo. Segue o trecho:

"Quando isto foi feito, o homem prudente se ajoelhou diante do altar e implorou a Nosso Senhor em voz alta: "Senhor, eu lhe imploro que tenhas pena de mim e me retire destas guerras entre cristãos, onde já estive por tanto tempo, e me permita morrer em teu serviço, para que possa ter o seu reinado de paraíso.' E lhe conto este episódio, pois creio que Deus o atendeu, como tu podes ver pelo acontecido acima."<sup>104</sup>

Vemos claramente que o motivo do desgaste era de ter participado sempre de conflitos entre cristãos. Isto está diretamente associado às querelas que levaram à criação da Paz de Deus, que buscava justamente evitar estes conflitos entre cristãos. Disputas por terras entre senhores, querelas entre *bellatores* e *oratores*, etc. Isto está associado a uma concepção de Guerra Justa, mediada pela Igreja, e retomada de Santo Agostinho, mas nem isso e nem a Paz de Deus eram suficientes. A Guerra Santa, a Cruzada, podem bem ter sido o necessário para unir a cristandade contra um inimigo comum<sup>105</sup>. Por mais que esta perspectiva possa parecer reducionista, podemos ver que esta era uma preocupação da época, a partir do pedido que Joinville diz que Joceran de Brancion fez.

E é justamente este pedido que o torna um bom cavaleiro, um dos melhores. Sua motivação para lutar era grandiosa, pois, cansado de lutar entre seus pares, faz um pedido, atendido por Deus, para que pudesse estar a seu serviço e morrer enquanto o faz. Isto é uma marca de um cavaleiro cristão - bravo na hora da batalha, clemente a Deus, e prudente, pois saber o seu dever, como Brancion o sabia, é um ato de prudência<sup>106</sup>. Não sabemos se este episódio da vida deste cavaleiro é verdadeiro, ou se Joinville o inventou para provar o seu ponto, para tornar a morte de Brancion algo maior e que servisse de

---

<sup>103</sup> É interessante notar que Joinville utiliza o termo alemães. JOINVILLE §276

<sup>104</sup> "*Quant cet fu fait, le pseudomme s'agenoilla devant l'autel et cria a Nostre Seigneur a haute voix et dit 'Sire, je te pri que il te preingne pitié de moy, et m'oste de ces guerres entre crestiens la ou j'ai vescu grant piesce, et m'otroie que je puisse mourir en ton servise, par quoy je puisse avoir ton regne de paradis.' Et ces choses vous ai je ramenteu pour ce que je croi que Dieu le otroia, si comme vous pouez avoir veu ci devant.*" JOINVILLE §277

<sup>105</sup> ARMSTRONG, 2010: 49-75.

<sup>106</sup> PIEPER, 1965: 10-31

*exempla*. Mas podemos depreender, daqui, qual era a concepção do bom cavaleiro para Joinville.

A bravura e a obediência a Deus andam lado a lado. Em um outro trecho, Joinville fala da reação de Luís IX às exigências dos emires sarracenos. Durante a conturbada negociação para a soltura do rei e de seus homens, o sultão que sucedeu o velho Al-Kamil, acaba gerando a ira dos emires. Estes acreditavam que o resgate do rei poderia incorrer em uma catástrofe para eles, pois, durante o resgate de Frederico Barba-Ruiva, os cruzados aproveitaram a oportunidade para atacar, e mataram diversos muçulmanos, quebrando o acordo firmado.<sup>107</sup> Como resultado, acabam por matar o sultão, o que, segundo Joinville, iria impedir que algo desta natureza acontecesse, dando o recado para os cruzados também de que eles não hesitariam em matar o rei aprisionado.

Com os emires negociando a libertação, ficou clara a imensa hostilidade. Alguns queriam matar o rei e todos os outros, para que servissem de exemplo, outros estavam interessados nos ganhos do resgate, fosse a enorme quantia em dinheiro, fosse o retorno de Damietta para suas mãos. Por caminhos e descaminhos, os emires favoráveis à libertação acabam por se impôr, e renegociam os termos com Luís IX, oferecendo algumas garantias a ele.

Dentre suas garantias, estava que, se não cumprissem o acordo, não iriam cumprir a peregrinação obrigatória à Meca, pois não teriam mais direito, visto que não cumpririam algo que estava previsto no Corão, acerca da palavra e da honra. Joinville não dá detalhes sobre isso, apesar de mostrar certa familiaridade com o livro<sup>108</sup>. Luís IX deveria dar garantias semelhantes, de cunho religioso, para que o trato fosse feito. Acreditamos que isto tenha sido uma forma dos emires de injuriar o rei, pois deveriam saber de sua fé inabalável<sup>109</sup>. O rei, por sua vez, flerta com a ideia de dar estas garantias por juramento, para ao menos ter certeza de que seria liberto. Mas, e Joinville faz questão de frisar isso, ele não o faz, e ainda lança um desafio aos emires:

“O último ponto do juramento era tal que, se o rei não observasse o acordado com os emires, que fosse desonrado como o cristão que renega Deus e sua lei e que desprezasse Deus,

---

<sup>107</sup> JOINVILLE §365.

<sup>108</sup> Voltaremos a isso no próximo subitem. §362

<sup>109</sup> Como pode ser visto nos §366-367.

cuspiisse na cruz e pisasse. Quando o rei ouviu isso, lhe disse que, por Deus, ele certamente não faria este juramento.”<sup>110</sup>

Certamente, o rei sabia as consequências de negar um juramento desta natureza. Sua negação poderia significar a morte, para ele e para todos os seus homens. Mas, como o próprio Joinville afirma ao longo de seus escritos que renegar a sua própria religião é pior do que cometer cem pecados mortais<sup>111</sup>. São Luís assumiria o risco. Uma morte desta natureza, era uma morte gloriosa. Morreria em nome de Deus, e não iria abandonar os seus preceitos para apenas garantir a sobrevivência. Joinville nos mostra, assim, uma face magnânima de São Luís, que certamente foi levada em conta no processo de canonização.

O rei não tinha medo da morte, ainda mais se fosse uma morte gloriosa, em batalha, um dos pontos do léxico cavaleiresco. Mas a esta morte em batalha, o rei adiciona um elemento cristão, indicativo das mudanças que a concepção do cavaleiro e, por consequência, dos reis, passava neste momento. Ela vira o martírio, morrer lutando por Deus. E isto possui um peso muito forte na concepção de Joinville do cavaleiro ideal, e que ele mesmo tenta seguir<sup>112</sup>, como veremos mais adiante.

Ao mostrar a resistência de São Luís, também mostra a desonra dos emires, que, possivelmente com a intenção de humilhar o rei, acabaram por desrespeitar a própria religião. Mais uma para a lista negra dos emires que assassinam seu próprio sultão. A situação escala:

“Os emires enviaram mestre Nicole, que sabia sarraceno, e que disse as seguintes palavras: ‘Senhor, os emires estão bastante descontentes pois juraram tudo o que os havia pedido e que não juraste aquilo que eles lhe demandaram; e esteja certo que, se não lhe jurar, eles vão lhe cortar a cabeça e de todos os seus homens’. O rei respondeu que eles podem fazer suas vontades, pois ele preferiria morrer um bom cristão do que viver sob a cólera de Deus, de sua Mãe e de seus santos.”<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> “Le darenier point du serement fu tel que se il ne tenoit les couvenances aus amiraus, que il feust aussi honni comme le crestien qui renoie Dieu et sa loy, et qui en despit de Dieu crache sur la croiz et marche desus. Quant li roys oÿ ce, il dit que, se Dieu plet, cesti serement ne feroit il ja.” JOINVILLE §362-363.

<sup>111</sup> Nota: esta referência está no São Luís e o caso do ex-cristão – Verificar.

<sup>112</sup> O próprio Joinville, apesar de não ter encontrado o martírio, diversas vezes arrisca sua vida em batalha, e narra seus próprios feitos, mostrando também estar disposto a abrir mão de sua vida pela sua causa.

<sup>113</sup> “Les amiraus envoierente mestre Nichole, qui savoit le sarrazinois, au roy, qui dit au roy tiex paroles: ‘Sire, les amiraus ont grant despit de ce que il ont juré quanque vous requeistes, et vous ne voulez jurer ce

Aqui seu ponto é provado, não há nada que os emires pudessem fazer para convencê-lo do contrário. Por fim, acabam por não cortar a cabeça do rei e nem dos demais. As negociações passam para o patriarca de Jerusalém, mas nem este é capaz de mover o rei. Quando todas as tentativas falham, os emires cedem à resolução de São Luís, e passam a admirá-lo, por sua força. Em uma das mais belas passagens do livro, brincam com o rei, lhe oferecendo o sultanato do Egito. Joinville, estarecido com a atitude, fica ainda mais estarecido com a resposta que recebe dos emires sobre o porquê desta ironia. Trabalharemos esta passagem mais adiante.

Todas estas passagens mostram, pela própria seleção e exposição de Joinville, aquilo que acredita ser o ideal de cavalaria. Como mencionamos, ele mesmo se esforça para seguir este ideal, conscientemente ou não. Veremos agora, algumas das passagens da *Vie de Saint Louis* que se referem ao senescal, para compreendermos, com mais clareza, como isto influi na criação do seu texto, mais adiante.

## **2.2 O Cristão:**

Afirmar que existe uma faceta cristã em Joinville pode até parecer uma redundância, visto que o elemento cristão é indissociável do homem medieval, presente em todas as ações e em todas as partes da vida, fosse no calendário, fosse na mediação das relações sociais, fosse na própria guerra. Mas é justamente por isso que devemos afirmar a existência deste lado, pois é um elemento que influencia tudo na obra de Joinville, da seleção das palavras do rei às confissões que o senescal faz acerca da sua própria vida. Do modelo do rei e do subsequente modelo de santidade à seleção e ordenamento de eventos na sua obra.

Mas como se manifesta, então, este lado cristão já que, ambas as facetas apresentadas anteriormente sofrem com a sua influência? Se manifesta na questão da Cruzada e no fato de Joinville ser um cruzado. Não só o ato de cruzar era uma obrigação cavaleiresca, e uma questão pessoal para Joinville<sup>114</sup>, mas era um dever cristão. Para

---

que il vous requierent: et soiés certain que se vous ne le jurez, il vous feront la teste coper et a toute vostre gent'. Le roy respondi que il en pooient faire leur volonté, car il amoit miex mourir bon crestien que ce que il vesquist ou courrous Dieu et sa Mere et de ses saints." JOINVILLE §363.

<sup>114</sup> Lembrando que a família de Joinville possui um longo histórico com as Cruzadas, e que o senescal era a terceira geração a participar de um empreendimento desta natureza.

compreender isso, devemos olhar a origem da ideia de Cruzada e sua manifestação como Guerra Santa.

Quando Urbano II, no concílio de Clermont-Ferrand, clamou por uma Cruzada para recuperar a Terra Santa, não estava tratando apenas de um empreendimento militar, ele estava criando, ou recriando, o conceito de Guerra Santa<sup>115</sup>, que, em essência, vai além da função de uma Guerra comum, ou seja, um conflito mundano, e vira uma Guerra por Deus. No caso da Cruzada, era uma guerra para defender a ofensa causada a Deus, trazida pela presença dos muçulmanos na Terra Santa.

O conceito se amplia, e depois passa a ser utilizado para toda e qualquer guerra motivada pela religião na Europa, fosse a Reconquista da Península Ibérica, fosse as campanhas contra as heresias, como a Cruzada Albigense. Assim, para um indivíduo dos séculos XI-XIII, a Cruzada possuía um papel central no imaginário, ainda mais se o indivíduo em questão era um cavaleiro de uma família com fortes ligações a empreendimentos cruzados. Isto definia a vida de Joinville, que abandonou suas posses e sua família para se juntar a São Luís, tomando a cruz com o rei e os outros senhores, para retomar a Terra Santa e vingar Deus.

No caso específico das Cruzadas para o Levante, havia um componente ainda mais profundo que nos empreendimentos ocorridos na Europa. Como nos mostra René Grousset<sup>116</sup> e Karen Armstrong<sup>117</sup>, a guerra em si não era o componente mais importante, mas sim a peregrinação. A guerra era uma consequência disso, e, segundo a historiadora americana, havia até mesmo a ideia de que ao peregrinar para a Terra Santa, para reconquistá-la por meio de guerra, se invocaria o anti-cristo, acelerando a reunião dos homens com Cristo. Uma ideia de tamanha força e simbolismo patéticos foi um dos motivos que levou à desastrosa Cruzada de Pedro, o Eremita, que reuniu um bando de maltrapilhos e renegados para seguir ao Levante, deixando um rastro de destruição no caminho até serem massacrados em Bizâncio<sup>118</sup>.

Não é possível perceber mais esta ideia de invocar o anti-cristo em Joinville, mas a ideia de peregrinação ainda é bastante forte, até porque, em nenhum momento, o senescal se refere à Cruzada como uma guerra contra os infiéis, visto que é este seria o

---

<sup>115</sup> ARMSTRONG, 2010: 3-48.

<sup>116</sup> GROUSSET, 1998: 11-18.

<sup>117</sup> ARMSTRONG, 2010: 3-48

<sup>118</sup> GROUSSET, 1998: 19-21.

principal objetivo e motivo religioso. São Luís, ao partir para o Levante, reacendia uma chama há muito apagada. Nesta época, o “espírito” Cruzado já estava se apagando. Frederico II, o mais controverso dos monarcas europeus havia chegado mais próximo de reconquistar Jerusalém em definitivo, fazendo acordos com os muçulmanos. Cruzadas haviam sido feitas com motivos monetários, e os reinos cristãos no Levante mais se preocupavam com a sua sobrevivência do que com a reconquista de Jerusalém. Muitos, inclusive, mantinham relações amistosas com os países do Islã.

Ao reviver, ou ao menos tentar, o espírito original da Cruzada, Luís IX ganhou uma aura de bom cristão, de rei devoto, admirada profundamente por Joinville, que expõe a fé do rei a todos os momentos. Esta fé, segundo o senescal, salva o rei e os cruzados dos inúmeros perigos que enfrentam e, se não fosse pelos erros de outros cruzados, teria sido a principal arma que levaria os cruzados à vitória. Aqui já não fica difícil entender o porque de São Luís ter sido canonizado, após encontrar o martírio em Cruzada, o último suspiro de um sonho iniciado dois séculos antes. Com o monarca de Poissy, morreu junto o ideal de Cruzada.

Ao que tudo indica, Joinville possuía um grande interesse em teologia e nos assuntos e costumes da Igreja. François Delabord trata deste assunto em sua obra sobre os senhores de Joinville. Em termos teológicos, não é possível saber os interesses do senescal, mas seu interesse por assuntos da religião o levou a escrever um livro em que faz comentários sobre a liturgia, chamado *Credo*.<sup>119</sup> Levando em consideração seus comentários, e que os ritos eram realizados em latim, Joinville deveria possuir fluência nesta língua. Mas, ao escrever a *Vie de Saint Louis*, o faz em francês possivelmente por não estar lidando diretamente com assuntos da igreja.

Seu interesse por teologia pode ser visto de forma subjetiva em sua obra, especificamente, na defesa da prudência, como principal virtude de um soberano, mas também na seleção das palavras edificantes de São Luís, todas aparentando ser deveras relevantes para a religiosidade de seu século, dominado pela *Summa Theologica*, de Tomás de Aquino. Mas há ainda um componente de religiosidade popular, expressa nas suas superstições, nos sinais que vê a cada vez que um evento importante irá acontecer, e no fato de acreditar piamente na capacidade de São Luís de operar milagres através da fé,

---

<sup>119</sup> DELABORDE, 1894/MONFRIN, 2010.

algo que o remove consideravelmente da religiosidade operada nos meios universitários medievais, mais ligada à razão<sup>120</sup>.

Um dos exemplos disso é a sua narrativa acerca do fogo grego, e da reação de São Luís a este. Uma arma que inspirava temores mortais em todos aqueles que viam, era parcamente combatida com algumas engenhocas dos cruzados, que apenas conseguiam evitar mais mortes. Combater o fogo grego era impossível, e restava, segundo Joinville, a fé, como principal arma. E é justamente isto que narra, o momento em que São Luís se ajoelha e pede por uma intervenção divina para que seus homens possam sobreviver às investidas deste fogo que mais parecia ter saído da boca de um dragão do que da mão humana<sup>121</sup>:

“Todas as vezes que nosso santo rei ouvia dizer que nos atacavam com o fogo grego, ele saía de sua cama, e estendia as mãos para os céus, em direção a Nosso Senhor, e dizia, em lágrimas: “Senhor Deus, me proteja e a minha gente”. E creio que suas preces nos foram bem úteis dada a necessidade. À noite, cada vez que o fogo caía, ele nos enviava um de seus capelões, para saber em qual situação nos encontrávamos, e se o fogo havia causado qualquer dano. Um das vezes que nos atiraram, o fogo grego caiu ao lado do chat-château que guardava os homens de meu senhor de Courtenay, e tocou as margens do rio. Lá, havia um cavaleiro que chamavam de o Aubigeois: “Senhor, diga-me, se vós não tivésseis intervindo, seríamos todos cinzas, pois os sarracenos atiraram tanto de sua munição que era como uma água de fogo que tocava nossa guarnição...”<sup>122</sup>

Este trecho, por si só, pode ser usado como um exemplo do estilo de escrita de Joinville. Ele evita o discurso direto e narra um fato através de outros personagens ou como um observador. Ele narra boa parte da Cruzada desta maneira, aparentando a intenção de ser didático, para seu leitor principal, Luís X. E isto não é de se admirar em

---

<sup>120</sup> DUBY, 1979: 137-162.

<sup>121</sup> Joinville frequentemente realiza esta comparação – JOINVILLE, §206

<sup>122</sup> “Toutes les foiz que nostre saint roy ooit que il nous getoient le feu grejois, il s’en estoit en son lit et tendoit ses mains vers Nostre Seigneur et disoit en plourant: “Biau Sire ses prieres nous orent bien mestier au besoing. Le soir, toutes les foiz que le feu estoit cheu, il nous envoioit um de ses chamberlans pour savoir en quel point nous estions, et se le feu nous avoit fait point de doumage. L’une des foiz que il nous geterent, si chei encoste le chat chastel que les gens mon seigneur de Courtenay gardoient, et feri en la rive du flum. A tant es vous un chevalier qui avoit non l’Aubigoiz: ‘Sire, fist il a moy, se vous ne nous aidés, nous sommes touz ars ; car les Sarrazins on tant trait de leur pylés que il a aussi comme une grant haye qui vient ardant vers nostre chastel...” JOINVILLE §207-208

uma passagem tão importante, que trata justamente da fé inabalável de São Luís. E aqui, o elemento religioso se mistura e se confunde com o elemento mundano, de uma crônica cujo objetivo é criar um ideal de soberano. Por mais que possamos perceber a natureza milagrosa da ação de São Luís, e a subsequente intervenção divina, Joinville é capaz de não deixar este elemento milagroso se sobressair frente aos outros. Por mais que isto seja, ao olhar da época, um milagre, que inclusive é narrado como tal na hagiografia de Guillaume de Saint-Pathus<sup>123</sup>, é algo que compõe a ação real.

Vejam os porquê – Primeiramente, não há nenhuma imagem ou símbolo religioso em primeiro plano no cenário descrito por Joinville. Há um cenário de horror, um ataque com uma das armas mais temidas utilizadas pelos povos do Levante, que dilacerava os homens do rei. Esta investida flamejante não permite nenhuma defesa eficiente, os chamados *chat-château*, estruturas de guerra que carregavam água e uma mistura de óleos, protegiam os cavaleiros e soldados, mas não aguentavam uma quantidade muito grande de fogo, pois seu mecanismo de funcionamento prevê que seja capaz de apagar o fogo na mesma proporção em que ele é lançado, caso isto seja excedido, é reduzido a cinzas, com todos os homens dentro<sup>124</sup>.

É papel do rei, como cavaleiro, portanto, *bellator*, zelar pelo bem-estar de seus vassallos e súditos. Sendo assim, é diretamente responsável por sua defesa. Se a aparelhagem carregada pelos cruzados não é suficiente para protegê-los, o rei deve intervir. Mas São Luís, em repouso no momento em que o fato narrado ocorre, sequer se arma para ajudar seus subordinados. Fazê-lo seria inútil, portanto, recorre Àquele que oferece proteção a todos os cristãos, e do qual é um representante na Terra<sup>125</sup>. Ergue suas mãos aos céus e reza, implorando a Deus por sua intervenção.

Era o melhor que poderia ter feito. A águia de fogo, para utilizar a expressão do cavaleiro conhecido apenas pelo gentílico, erra completamente o alvo, algo que só pode ser explicado como uma intervenção divina. Pela forma com que Joinville expõe, porém, este milagre parece não importar muito, como se fosse óbvio que este seria o desdobramento previsto da situação. Isto pode parecer controverso, visto que no início

---

<sup>123</sup> SAINT-PATHUS, 1899.

<sup>124</sup> RUNCIMANN, 2003.

<sup>125</sup> Na mentalidade medieval, os reis, por serem legítimos representantes de Deus na Terra, possuíam, para atender e manter o bem-estar de seu povo, poderes sobrenaturais, como a taumaturgia, habilidade de curar escrófulas, tão estudada por Marc Bloch em *Os Reis Taumaturgos*.

deste subtítulo afirmamos o peso que a religião e a fé têm para Joinville e de como isto pesou em sua narrativa.

Mas esta intervenção não importar é apenas uma falsa impressão. Ela possui um peso enorme, mas o que está em questão aqui não é necessariamente que ela ocorreu, e sim o porquê ela ocorre. Em outro trecho, Joinville afirma que Deus iria eventualmente virar as costas para seus filhos, que estavam na Cruzada, devido às más ações tomadas por eles<sup>126</sup>, como o fez com os filhos de Israel, que caíram em pecado e logo o esqueceram. O senescal possivelmente se referia ao que foi feito por Roberto de Artois e à perda de fé generalizada que ocorre dada as doenças e os ataques cada vez mais violentos e efetivos dos homens do sultão. Mas Deus não abandona o rei, isto pelo simples fato dele ser justo e agir com prudência. Neste caso, o ato prudente foi reconhecer a impotência perante um inimigo, e pedir a intercessão divina para proteção. Porque Luís IX era um rei e um cristão excepcionalmente bom, seu pedido é atendido.

Logo, o que é de fato extraordinário neste trecho é a própria ação de São Luís, e não o resultado dela. Este vem apenas para confirmar a grandeza de Luís IX como rei, sendo que podemos estender isso até o fato dele ter reavivado o espírito de peregrinação das Cruzadas. Este ato de fé foi uma atitude exemplar de um rei, e desta forma Joinville associa a fé, a crença em Deus e em sua religião, um elemento intrínseco ao ideal exercício da soberania. É uma virtude dos reis, dentro da virtude maior da prudência, ser obediente à Deus e suas leis<sup>127</sup>.

Joinville também toma isto para si, num episódio que lida com um grupo de soldados que se comportaram de forma degradante enquanto Joinville e alguns cavaleiros velavam outro cavaleiro durante a vigília da Quaresma, chegando ao ponto de falar impropérios para o senescal. Pela narrativa, sua resposta a este episódio é de uma fina ironia.

“Na vigília da Quaresma, observei um acontecimento repulsivo que irei lhes narrar. Neste mesmo dia foi enterrado meu senhor Hugues de Landricourt, que estava com meu porta-bandeira. Conforme ele era velado em minha capela, seis de meus cavaleiros estavam apoiados em sacos cheios de cevada ; e como falavam alto em minha capela, atrapalhando a prece, lhes ordenei que se calassem, e lhes disse que era uma coisa indigna que cavaleiros e homens gentis tagarelas não cantassem na missa. Eles começaram a rir e a zombar de mim,

---

<sup>126</sup> JOINVILLE, §166

<sup>127</sup> PIEPER, 1965: 3-22/LAZZERI, 1995: 88-89

e me disseram que iriam se casar com a viúva. Lhes repreendi, e lhes disse que tais palavras não foram nem boas e nem bonitas e que se esqueciam da morte de seu companheiro. E Deus se vingou de tal forma que na manhã seguinte teve lugar a grande batalha da Quaresma, durante a qual foram mortos ou feridos mortalmente ; após isso aconteceu que as mulheres dos seis se casaram novamente.”<sup>128</sup>

A batalha da Quaresma, a qual Joinville se refere, havia sido narrada nos parágrafos imediatamente anteriores a esse. Na realidade, foi uma série de pequenas batalhas, travadas pelos cruzados, enquanto separados, tática utilizada após o fracasso na praça-forte de Mansoorah. O objetivo, ao que tudo indica, era repelir os ataques incessantes de turcos, sarracenos e mamelucos, mantendo os acampamentos, para que pudessem esperar reforços e mantimentos vindo de Damietta<sup>129</sup>. De início, esta tática foi bem sucedida, com a conquista, inclusive, de campos sarracenos, mostrando que ainda havia capacidade de reação por parte dos cruzados. Mas os ataques ficavam cada vez mais incessantes e mais violentos por parte, em especial, dos sarracenos, que se reagrupavam sob o comando dos emires<sup>130</sup>, culminando nesta batalha do dia da Quaresma, em 1250. Acabou por terminar com uma vitória cruzada, após a chegada de Carlos de Anjou, irmão do rei e futuro rei da Sicília<sup>131</sup>.

É interessante que, mais uma vez, Joinville narra algum dado curioso *post-factum*. Ele já havia falado sobre a vigília da Quaresma, antes da batalha, porque voltar a este episódio após a batalha? Uma resposta possível é para utilizar a batalha, ou um rebento dela, para exemplificar uma ideia, algo consoante com a natureza exemplar da obra. Há

---

<sup>128</sup> “La vegile de quaresme pernant vi une merveilles que je vous weil raconter. Car ce jour meismes fu mis en terre mon seigneur Hue de Landricourt, qui estoit avec moy a baniere. La ou il estoit en biere en ma chapelle, six de mes chevaliers estoient apuiez sus pluseurs saz pleins d’orge ; et pour ce ue il parloient haut en ma chapelle et que il faisoient noise au vileinne chose estoit de chebaliers et de gentilz homes qui parloient tandis que l’en chantoit la messe. Et il me commencierent a rire et me distrent en riant que il l remarioient sa femme. Et je les enchoisonnai et leur dis que tiex paroles n’estoient ne bones ne beles, et que tost avoient oublié leur compaignon. Et Dieu en fist tel vengeance que l’endemain fu la grant bataille du quaresme penant, dont il furent mort ou navrez a mort, par quoy il couvint leur femmes remarier toutes six.” JOINVILLE §297-298

<sup>129</sup> GROUSSET, 1998: 247-262

<sup>130</sup> Aparentemente, havia uma disputa de poder por parte dos emires e do sultão do Egito, mas, após a desordem causada pela morte do sultão anterior, já havia dado tempo das forças sarracenas se recuperarem. GROUSSET, 1998: 247-262

<sup>131</sup> JOINVILLE §296

dois aspectos importantes da religião cristã neste trecho. O primeiro, que dá o pano de fundo, é o feriado da Quaresma, e o segundo é a morte por si só. Não é necessário realizar uma preleção sobre a importância e o simbolismo da morte para o medievo e a cristandade medieval, muito já foi dito e trabalhado sobre isso, a nós, resta apenas o reforço de que a ideia de morte ocupava um lugar central na simbologia cristã, lugar que ocupa até hoje, apesar de ser muito mais sutil. O exemplo dos mártires – dentre os quais se inclui São Luís – é bem elucidativo.

Sendo assim, era um momento de extremo respeito e solenidade. Havia um cavaleiro morto, sendo velado em um importante feriado. Parece ser o momento ideal para um comentário extremamente religioso por parte de Joinville, e não para a zombaria dos seis cavaleiros. Estes riem, e se divertem às custas do morto. Não podemos afirmar com certeza, mas talvez a afirmativa de que estavam sentados em sacos repletos de cevada pode ser entendido como estavam todos bêbados, o que tornaria a presença e a atitude destes cavaleiros ainda mais imprópria. Para piorar, zombavam de um morto, caracterizando, aos olhos de Joinville, um profundo desrespeito, ainda mais quando afirmam que se casariam com a mulher do falecido, ignorando também a importância e sacralidade do matrimônio.

Evidentemente, Joinville não se mantém calado, e os repreende por isso, mas sem sucesso. A piada sobre a esposa do morto, feita logo após a repreensão de Joinville paira no ar, para a ira do senescal – que em nada se compara à ira de Deus. No dia seguinte, ocorre a batalha da Quaresma, e os seis são mortos. Com uma espetacular ironia, Joinville afirma, categoricamente que todas as seis esposas dos cavaleiros mortos se casaram novamente. Deus se divertia com maus cristãos, para deleite do pio Joinville.

Este trecho nos faz retornar, mais uma vez, à passagem de Joinville em que afirma que Deus daria as costas aos cruzados como deu aos filhos de Israel, quando deixaram de respeitá-Lo. Pela narrativa da Cruzada, temos a impressão de que foram estas pequenas atitudes tomadas pelos cruzados, sejam cavaleiros de peso como Roberto de Artois, ou estes seis zombadores, que acabaram levando à derrocada. Deus não os favorecia, ao mesmo tempo em que favorecia São Luís, e o próprio Joinville, que via suas preces serem atendidas com frequência.

Desta forma, Joinville busca demonstrar ao leitor a importância de ser penitente e de respeitar Deus, a Igreja, representada aqui pelo calendário litúrgico, e seus preceitos.

A punição, ao menos segundo o senescal, era severa, neste caso, tragicamente irônica. Assim, Joinville também adentra um pouco o campo da hagiografia, pois nestes episódios, em que deixa a sua fé transparecer, mostra o caráter santo de Luís IX, mesmo que seja no contraste com as pessoas comuns que, frequentemente, tem a sua fé abalada.

### 2.3 O Intelectual:

Apesar do aspecto que mais chama a atenção em Joinville e nos seus escritos ser o seu lado cavalheiresco, o componente intelectual é também de grande importância. Muita ênfase costuma ser dada ao cavaleiro e ao rei ideal, mas, ao analisar a obra do senescal, não foi possível deixar de perceber o peso e, também, as peculiaridades do pensamento de Joinville, por isso mesmo, destacamos este lado bastante perceptível do senescal.

Destarte, é necessário afirmar que dificilmente a *Vie de Saint Louis* poderia ser vista, tanto por nós historiadores, quanto por seus contemporâneos, como um tratado político acerca das atribuições de um rei ideal ou de um santo. Para o primeiro caso, temos o *Policraticus*, no caso específico estudado não devemos perder o horizonte da crônica. Joinville nos conta, e conta aos seus contemporâneos, uma história com um enredo não-ficcional. A realidade de sua obra deveria ser muito mais aparente, dado o seu propósito de *exempla* para um futuro rei. Sua função modelar, porém, não denota um tratado filosófico ou teológico, mas gera um tipo de conhecimento próprio e, de certa forma, prático.

Também não queremos passar a impressão ou fustigar a ideia de Joinville como um intelectual aos moldes da Universidade medieval. O descrito por Jacques Le Goff em *Os Intelectuais na Idade Média*, se refere a um tipo específico, a uma função, tipicamente citadina, ligada à Universidade e à produção de conhecimento. Aqui, no caso de Joinville, utilizamos o termo intelectual para denotar alguém com uma vida intelectual ativa, que não necessariamente toma o intelecto por seu ofício. Por isto mesmo frisamos a diferença da *Vie de Saint Louis* para, por exemplo, o *Policraticus*, mesmo que muitas ideias sejam semelhantes e que tenham, dentro de seus objetivos, a descrição de um modelo de rei ideal.

A diferença crucial desta para o *Policraticus*, é que enquanto a última é um exercício intelectual de João de Salisbury - que inclusive acreditamos ter sido de grande influência para Joinville – a primeira é uma expressão de modelos aplicados na realidade,

no caso, na figura de São Luís e do próprio Joinville. Mas isto não quer dizer que não há aspectos intelectuais, e, como mencionamos no primeiro capítulo, Joinville apresenta sua própria versão do rei ideal, e de diversas outras matérias que lhe cabiam. Por este motivo, torna-se necessária a exploração deste lado intelectual do senescal, pois por mais que isto não seja um tratado, possui traços de uma intelectualidade muito forte, e ideias relevantes acerca do mundo em que Joinville viveu. Também podemos depreender com mais clareza os interesses do senescal, e poderemos, para além de um lado cavalheiresco e cristão, compreender alguns aspectos de individualidade, que não só formam Joinville – e talvez o diferenciem mais dos outros – mas que contribuem para a peculiaridade de sua obra.

Não é possível afirmar com absoluta certeza, onde e como Joinville foi educado. Decerto, ele não frequentou uma universidade. Como herdeiro e futuro senhor, uma educação tão formal não constava, possivelmente, como uma prioridade<sup>132</sup>. As universidades eram voltadas, então, para as ciências do espírito e funcionava de forma substancialmente diferente de hoje, com um ensino voltado à deliberação e que ultrapassava os limites de cada disciplina. Para um futuro senhor, algo desta natureza não deveria ser muito interessante.

Mas, como senhor, deveria ser letrado e culto. O próprio João de Salisbury afirma a necessidade que os príncipes possuem de serem letrados, pois somente assim serão capazes de distribuir a justiça, pelo conhecimento da lei, que é escrita<sup>133</sup>. Assim sendo, Joinville possivelmente foi educado em cortes, em especial na do Conde da Campanha, onde foi treinado para se tornar senescal, uma atribuição essencialmente administrativa<sup>134</sup>. Afirmar com precisão as leituras realizadas por Joinville, aquilo que lhe interessava ou o que foi que aprendeu ao ser instruído é algo que, infelizmente, se perdeu com o tempo. Mas, o autor se expressa na sua obra, e é possível depreender da *Vie de Saint Louis*, aquilo que movia o pensamento do senescal

Talvez as duas figuras mais influentes na obra de Joinville sejam o já mencionado João de Salisbury e Cícero. O primeiro se expressa na própria exposição de Joinville acerca do rei ideal, sendo um modelo extremamente semelhante ao de Salisbury, como mostramos no primeiro capítulo. Identificar outros *specula princeps*, que tenham

---

<sup>132</sup> Jacques Le Goff, em *Os Intelectuais na Idade Média* e Georges Duby, em *O Tempo das Catedrais*, descrevem o perfil daqueles que frequentavam as universidades no século XIII.

<sup>133</sup> Inserir Salisbury.

<sup>134</sup> Ver a descrição no início deste capítulo.

influenciado Joinville é uma tarefa muito mais complicada e, talvez, desnecessária. Bernard Guenée<sup>135</sup> afirma que o *Policraticus* foi o mais influente modelo teórico da sua época, logo, se Joinville transmite um rei ideal semelhante, outras leituras que ele poderia ter feito também devem ter sido influenciadas pelo antigo Bispo de Chartres.

O segundo é mais complexo. Cícero não é mencionado diretamente por Joinville em nenhum momento. Aliás, poucos autores são citados abertamente por Joinville, algo comum em tempos que glosar e adicionar eram perfeitamente aceitáveis, e o autor nem sempre se identificava, ou se identificava como outro. O caso de Cícero é emblemático, pois, de acordo com John Ward, o tratado mais popular na Idade Média é um tratado pseudo-ciceroniano, o *Rhetorica ad Herennium*.<sup>136</sup> Mas, como já mencionamos no primeiro capítulo, Joinville talvez tenha sido influenciado por uma ideia de prudência mais prática, baseada no ato de aconselhar, o que pode apontar para uma influência ciceroniana ou, na pior das hipóteses, pseudo-ciceroniana.

Sua concepção de prudência e o modelo que apresenta de rei, em São Luís, possuem conexões com Salisbury e Cícero, sendo estas possivelmente as principais referências intelectuais de Joinville<sup>137</sup>. Mas não há somente estas influências. Há, inclusive, algumas peculiaridades na figura de Joinville, algo que diz muito sobre sua forma de ver o mundo.

Há uma curiosidade inerente ao senescal e, em diversos momentos em sua obra, Joinville mostra que frequentemente converte esta curiosidade em conhecimento, que faz questão de expor. O que mais impressiona, é o seu genuíno interesse pelo Islã, e pela cultura islâmica. Joinville fala sobre o simbolismo do Nilo para o Egito, da relação entre Beduínos, Sarracenos, Mamelucos e Turcos, fala sobre os ritos do Islã e aparenta conhecer bastante sobre a teologia muçulmana.

“É necessário que agora falemos do rio que vem ao Egito do Paraíso terrestre ; e eu vos conto estas coisas para me fazer entendido de certos feitos que se referem a meu sujeito. Este rio é diferente de todos os outros rios, pois os outros rios descem seus cursos, se lançando em pequenos rios e riachos. E no caso deste rio ele não se lança em nenhum ; pelo contrário, ele

---

<sup>135</sup> GUENÉE, 1981: 111-134.

<sup>136</sup> WARD, J. O. 2006: 3-17.

<sup>137</sup> Em um trabalho mais detalhado sobre as influências intelectuais de Joinville, seria possível estudar a fundo, também, a presença de Políbio e de São Tomás de Aquino. Mas, dados os objetivos do presente trabalho, preferimos sugerir esta presença à estuda-la a fundo, pois poderíamos nos desvirtuar muito do proposto.

se projeta sozinho, e chega por um único canal ao Egito, e após se divide em sete braços, que se expandem através do Egito.”<sup>138</sup>

Após esta descrição geográfica, Joinville se lança em uma descrição mística do Nilo e da sua importância para o povo que habita o Egito. Ele permite que todo o ano tenha água para os povos dali, água e terras férteis. Segundo o senescal, o rio tem origens em um local que pode bem ser o Paraíso na Terra, e associa as propriedades milagrosas do Nilo à ação direta de Deus, justificando as origens paradisíacas.

O mais importante aqui é, justamente, o sujeito ao qual Joinville se refere. Este não é ele mesmo, como uma primeira leitura pode sugerir, mas é, na realidade, a própria querela de São Luís no Egito. O Nilo terá, ao longo da obra de Joinville, uma importância marcante. Todo o teatro de guerra da Cruzada se passa no Nilo, geralmente em algum de seus braços. Um dos momentos cruciais da expedição é a travessia de um dos braços do rio, que daria acesso à praça-forte de Mansoorah, linha de defesa direta do Cairo. E é lá que ocorre o episódio de Roberto de Artois e termina o avanço do rei-santo nas terras do sultão.

Posteriormente o rio continua com seu protagonismo geográfico. O balé estabelecido entre os cruzados, em pouco número, e os grandes exércitos de turcos, sarracenos e mamelucos se dá entre uma margem e outra do rio, com os cruzados ganhando e perdendo espaço. O rio assiste à procissão de feridos e doentes que marchou de volta para Damietta, de qualquer jeito. E, para completar, o rio que vem do paraíso assiste a uma apoteótica batalha naval, que culmina com a captura de Luís IX, já nas proximidades de Damietta.

Assim sendo, Joinville, ao descrever o rio, está descrevendo o cenário onde a ação que descreve irá ocorrer. O senescal *encena* uma peça cujo palco é o Nilo, e utiliza isto com grande maestria na escrita, típica de alguém que possui certa intimidade com a literatura. Mas não é só isso, Joinville esbanja seu conhecimento, mesmo que seja cheio de misticismo e de lendas. Devemos nos lembrar que acurácia científica certamente não

---

<sup>138</sup>“Il nous couvient premierement parler du flum qui vient en Egypte et de Paradis terrestre; et ces choses vous ramentoif je pour vous fere entendant aucunes choses qui affierent a ma matiere. Ce fleuve est divers de toutes autres rivieres, car quant plus viennent les autres rivieres aval et plus y chieent de petites rivieres et de petiz ruissiaus, et en ce flun n’en chiet nulles ; ainçois avient ainsi que il vient tout en un Chanel jusques em Egypte, et lors gete de li sept branches qui s’espandent parmi Egypte.” JOINVILLE §187.

constava no vocabulário da época. Uma guerra em um rio que flui do paraíso. Um inferno desértico em algo com as águas puras e belas. É uma construção de inegável beleza.

Mas não é só através da construção literária que dá profundidade ao texto e deixa seu lado intelectual florescer melhor. Por vezes, interrompe a narrativa para narrar a história de algo ou alguém que é relevante naquele momento para sua obra. Já mostramos, no subitem anterior, sua descrição da vida e dos feitos de Joceran de Brancion. Isto não só aprofunda o escopo da obra, mas também mostra o nível de detalhamento que Joinville chegava, e o genuíno interesse por certos temas.

Um exemplo é sua narrativa sobre os beduínos após estes, de forma surpreendente, saquearem um acampamento sarraceno, o que beneficiou diretamente os cruzados. Joinville tenta explicar este comportamento através do que sabe sobre os beduínos, algo que faz de forma bastante didática<sup>139</sup>. Outro exemplo, talvez até mais interessante, seja o da história de Scecedin, um sarraceno, nomeado cavaleiro por Frederico II:

“Scecedin, que lhe indiquei anteriormente como chefe dos turcos, era o mais querido e apreciado dentre todos os pagãos. Ele trazia em seus estandartes as armas do Imperador, que lhe fez cavaleiro. Os estandartes eram enfaixados ; em uma das faixas estavam as armas do Imperador, que lhe fez cavaleiro ; em outra as armas do sultão de Aleppo ; em outra faixa estavam as do sultão da Babilônia<sup>140>>141</sup>

Aqui vemos, claramente, a forma sutil como Joinville expõe a complicada situação da região. Por mais que possa parecer certa falta de intimidade com a escrita, ao repetir que Scecedin foi nomeado cavaleiro pelo Imperador, no caso Frederico II, isto indica uma ênfase que Joinville dá a este episódio. Frederico II, como veremos outras vezes nesta dissertação, é, para Joinville, um contra-exemplo, um soberano que não possuía nada de ideal, por mais que, segundo René Grousset, não fosse anti-cristianismo, mas sim anti-clerical. O Imperador intelectual, amigo do Islã, certamente não causava uma boa impressão no Joinville cruzado. No Joinville escritor, décadas depois, esta impressão se mantinha. O senescal ainda faz questão de narrar os horrores cometidos por

---

<sup>139</sup> Esta descrição se encontra nos parágrafos §249-250.

<sup>140</sup> Cairo

<sup>141</sup> “Scecedins, que je vous ai devant nommé, le chievetaïn des Turs, se estoit le plus prisé de tout la paennime. En ses banieres portoït les armes l’empereur qui l’avoit fait Chevalier. Sa baniere estoit bandee ; en une des bandes estoient les armes l’empereur qui l’avoit fait chevalier ; en l’autre estoient les armes le soudanc de Halape ; en l’autre bande estoient les au soudanc de Babiloine.” JOINVILLE §198

este cavaleiro, o que recai ainda mais sobre Frederico II por tê-lo feito cavaleiro em Cristo.

É importante notar que, por mais díspares que tenham sido os exemplos nesta análise, nenhum destes movimentos internos da obra de Joinville teriam sido possíveis sem que o próprio fosse dotado de grandes conhecimentos, ou que no mínimo tivesse a curiosidade aguçada. Possivelmente sua educação e sua posição de senescal lhe permitiram isso. E esta faceta intelectual, por mais que seja pequena perto das outras, é responsável pela dimensão que a obra possui, tornando o relato do senescal uma rara janela para a mente e para os acontecimentos do séc. XIII. E, com esta base, ele certamente consegue construir de forma mais efetiva a imagem do Rei-Santo, e um modelo de rei.

Temos, então, as três facetas necessárias, que nos fornecem a chave para compreendermos a *Vie de Saint Louis*. Devemos ter sempre em mente que há diversos outros aspectos da figura de Joinville, mas que, de uma forma ou de outra, ficam em segundo plano perto destes outros aspectos. Tendo dito isto, poderemos prosseguir para uma exposição da organização da obra, a partir da figura de Joinville.

### Capítulo 3: *A Autoria em Ascensão*

#### As palavras de Joinville:

Joinville, ao iniciar seus escritos, afirma que o faz a pedido de Jeanne de Navarre, para que seu filho Luís X, herdeiro de Felipe, o Belo e de Luís IX, pudesse saber as formas de bem agir de um soberano. Como mencionamos no primeiro capítulo, de cara sabemos que se trata de um *speculum princeps*. O senescal, então, prossegue falando sobre como organizou sua obra, afirmando que na primeira parte, irá tratar das palavras edificantes de São Luís, enquanto na segunda, irá tratar de seus feitos.

Vemos, nesta divisão, uma peça-chave de um bom cavaleiro e de um bom cristão, a ideia de prudência, como a maior das quatro virtudes cardeais. Isto é importante para os dois modelos pois, apesar de se manifestar de uma forma diferente para o santo e para o rei, possui a mesma centralidade, de ser a virtude da qual todas as outras tem a sua origem<sup>142</sup>. As palavras edificantes mostram a sabedoria, a *sagesse*, de São Luís, algo essencial para um *prud'homme*<sup>143</sup>. A prudência necessita da sabedoria, pois somente através dela alguém é capaz de tomar uma decisão, ponderando todos os resultados possíveis, e escolhendo o melhor caminho a se seguir.

A segunda parte, dos atos de São Luís, mostra um lado desta virtude frequentemente ignorado por especialistas no tema, como Robert Hariman, que em seu texto *Theory Without Modernity*<sup>144</sup>, afirma a desimportância do componente prático da prudência, em tempos medievais. Ele chega a este resultado comparando a prudência de Tomás de Aquino, apresentada na *Summa Theologica*, com as propostas de Cícero, mais especificamente no *De Officiis* e no *De Oratoria*. Para o Romano, um componente essencial do homem prudente é a capacidade retórica, pois é a aplicação prática da virtude. O orador é, essencialmente, prudente, pois pela sua fala, deve ser capaz de mostrar o caminho certo para os outros.

A figura do orador e a importância da oratória de fato perdem importância na Idade Média<sup>145</sup>, mas, ao longo desta pesquisa, observamos um dado curioso acerca disso.

---

<sup>142</sup> Não trataremos, nesta dissertação, desta diferença entre a prudência de um rei e a prudência de um santo, mesmo porque, na figura de São Luís, podemos estar observando, possivelmente, uma complexa articulação entre os dois modelos. Para maior aprofundamento desta questão, recomendo a leitura de *Héros du Moyen Âge: le Saint et le Roi*, de Jacques Le Goff (LE GOFF, 2010).

<sup>143</sup> PIEPER, 1965: 3-22/LAZZERI, 1995: 88-89.

<sup>144</sup> HARIMAN, 2003: 1-34.

<sup>145</sup> Não é possível afirmar, porém, que tenham desaparecido.

A figura do conselheiro e o ato de *aconselhar*, descritos por Dom Duarte, rei de Portugal, em seu livro, *O Leal Conselheiro*, talvez o mais célebre *specula princeps* Ibérico. É necessário reconhecer a distância temporal entre a obra de Dom Duarte e a obra de Joinville, escrita quase dois séculos antes, lembrando ao leitor que a intenção não consiste em igualar estas duas obras, de épocas distintas, mas sim observar, dentro de outro *speculum princeps*, a função do conselho. Quanto a isto, o rei afirma o seguinte:

*“...porque, ainda que me nom atreva certificar que da em todo boos conselhos, sey que lealmente he todo scripto quanto meu pequeno saber, embargado em todo geeral regimento de justiça, conselhos e todas outras proveenças de meus reynos e Senhorio, pode percalçar pera poer tal obra assi brevemente em scripto porque alguas cousas se podem bem razoar que nom som taaes pera screver. §16 E filhayo por huu ABC de lealdade ca he feicto principalmente pera senhores e gente de suas casas que na theorica de taaes feictos em respeito dos sabedores por moços devemos seer contados, pera os quaaes ABC he sua propria ensinança.”<sup>146</sup>*

Fica clara, então, a função do conselho. Ele, assim como o discurso do orador, mostra o caminho correto, o que é por si só, um indicativo da prudência prática. Vale lembrar que as palavras edificantes de São Luís podem muito bem ser vistas como conselho também. Os atos do rei, portanto, são prudentes. Tudo aquilo que ele faz é norteado pelo seu ser, descrito por Joinville, prudente.

E é esta virtude o ponto de conexão das três facetas de Joinville descritas neste capítulo. É o que explica a conexão de todos estes aspectos, do cavaleiro, do intelectual e do cristão e vemos, através disso, tudo isto também em São Luís. Podemos até cogitar que esta articulação pela prudência cause um dos estranhamentos que levaram ao debate biografia x autobiografia, pois tem-se a impressão de que Joinville se projeta na sua descrição do rei.

Vemos, então, que esta divisão de Joinville, na realidade, apenas separa dois catetos de uma mesma hipotenusa. Tanto as palavras quanto os atos tratam de São Luís na prática. A prudência, ao menos para Joinville, é algo que deve ser sempre praticado, a vida é pautada por ela, o que ao longo da narrativa vai separando o rei-santo dos demais. Além de mostrar as palavras, na primeira parte, Joinville mostra os hábitos e, por vezes,

---

<sup>146</sup> DUARTE. *Leal Conselheiro* Cap. I § 15-16

até mesmo as idiossincrasias do rei, enquanto na segunda parte, além dos atos, há um grande número de palavras edificantes que trazem o mesmo simbolismo e ensinamento das que estão na primeira parte.

Sendo assim, esta divisão da obra de Joinville é uma mera formalidade por parte do senescal, separando discursos do rei, no sentido de serem ensinamentos, da aplicação prática destes, em especial na Cruzada. Há, portanto, outras divisões que podem ser feitas na obra, principalmente pelo pano de fundo para a narrativa de Joinville. Identificamos, na leitura, quatro grandes movimentos. O primeiro, é justamente o das palavras, que forma um todo coeso, enquanto a segunda parte podemos dividir em três: a Cruzada, a estadia no Acre e o caminho para o martírio de São Luís.

Começamos pelas palavras do rei. Esta talvez seja a parte mais fácil de ser analisada ou compreendida. Consiste em uma seleção de historietas do rei-santo, se deparando com situações das mais variadas. De encontros com a sua corte, à festividades religiosas. De decisões de guerra à sua relação com seus filhos. De seus gostos até mesmo a forma como realiza suas refeições.

Joinville não faz um sequenciamento cronológico, preferindo seguir uma seleção temática que, mesmo assim, não é muito lógica para nossos padrões. Ele flutua de ensinamentos dos tipos mais variados, em estágios diversos da vida do rei, sem se preocupar em dar um estofamento narrativo. Cada uma destas “palavras” podem ser retiradas de contexto, e farão total sentido por conta própria. A impressão que temos é de uma coleção de sermões, com toda a impessoalidade esperada. Joinville<sup>147</sup> se isenta delas, visto que a grande maioria são eventos que não observou, mas ouviu. Escreve no discurso indireto, como narrador observador, algo interessante pois, como nos mostra Michèle Perret<sup>148</sup>, é um primeiro estágio da sua obra, que, posteriormente, enveredará cada vez mais para a personalidade, borrando a linha da história do sujeito e do autor, confundindo São Luís com Joinville<sup>149</sup>.

Para os objetivos propostos neste trabalho, a primeira parte acaba sendo a menos interessante, pois por mais que possua uma enorme carga simbólica e encerre em si, uma

---

<sup>147</sup> Salvo em histórias que ele fez parte, como por exemplo seus embates com Robert de Sorbon, mediados pelo rei (§27) e os momentos em que São Luís mostra a Joinville a importância de se seguir a lei cristã, dando sua própria visão de mundo desta forma (§43-44)

<sup>148</sup> PERRET, 2005

<sup>149</sup> Esta mudança no discurso se liga, de acordo com Perret, à criação mimética de São Luís e, por consequência, do próprio Joinville.

série de ensinamentos que poderiam tipicamente cair na categoria de *specula princeps*, não apresenta a riqueza narrativa e o desafio posto pelas partes subsequentes. Porém, tudo que é exposto nesta parte irá ser reprisado nas partes subsequentes, tornando as palavras do rei relevantes em todos os momentos da *Vie de Saint Louis*. Podemos interpretar isto como uma escolha de Joinville, para manter a coerência de sua obra ou para facilitar a leitura e a compreensão do leitor, no turbilhão de eventos, nomes, lugares, etc. que vêm a seguir. Buscar a coerência, o esclarecimento e a facilidade da compreensão dos eventos, são indicativos de uma preocupação não só de um escritor, mas de um erudito, como há evidências, expostas neste capítulo, de que Joinville fosse.

A segunda parte, segundo Joinville consiste nos atos do rei. Mas, como já mencionamos anteriormente, é difícil compreender a maior parte do livro como apenas uma parte. Falta a coesão necessária para tal. Uma das razões é justamente o discurso de Joinville, que vai gradualmente se modificando, até que ele se insira de uma vez no curso da narrativa. Dadas estas diferenças, podemos separá-la em três.

A primeira é justamente a porção da Cruzada. Há uma espécie de prelúdio, que consiste justamente nos primeiros anos do reinado de São Luís, especialmente na sua querela com Henrique III, da Inglaterra, e os barões franceses. Aqui não participa diretamente, mas seleciona os eventos de forma a mostrar o quão superior, ou melhor dizendo o quanto Luís IX se sobrepunha. A narrativa toma um contorno religioso, no momento que o rei decide partir em Cruzada, para depois passar a ser uma exploração dos sentimentos do próprio Joinville, da decisão de seguir o rei até sua partida, emocionada. Fora o episódio em que o rei pega a cruz, é uma narrativa do bom cavaleiro.

A narrativa da cruzada em si mostra todos os elementos de cristandade, intelectualidade e da cavalaria de forma bem explícita, que nos levou a trata-la de forma exclusiva neste capítulo, mesmo porque, ainda está de forma bastante compartimentalizada, facilitando a análise. Como foi mostrado, há momentos claros em que Joinville trata de seu lado (e de São Luís) cavalheiresco, cristão, e explora seu próprio conhecimento, sua própria maneira de pensar. Estas duas vidas, porém, ainda estão separadas, até mesmo por questões geográficas<sup>150</sup>, e Joinville, para tornar a narrativa ainda mais exemplar, lança mão do artifício – já mencionado – de narrar um grande evento, para depois contar uma historieta da qual pode se extrair algum exemplo,

---

<sup>150</sup> Na maior parte do tempo, Joinville não se encontra no mesmo local que o rei.

historietas remanescentes de seu estilo na primeira parte, mas desta vez, mais pessoal e mais direta<sup>151</sup>, posto que já era um actante a maior parte do tempo.

O estilo e a separação das facetas vão se modificando conforme os caminhos de Joinville e Luís IX vão se cruzando. As breves lições, *codas* para eventos maiores, passam para dentro destes eventos, como no episódio dos emires. Joinville já se preocupa em narrar os grandes movimentos de forma minuciosa, sem se preocupar em voltar para adicionar detalhes que sirvam como uma síntese ou como um *exemplum*. Tudo começa a se acelerar.

Na prisão de Damieta, a Cruzada encontra o seu fim. O rei está preso, sua vida por um fio, negociada a peso de ouro. E Joinville, um dos poucos sobreviventes também se encontra lá, e é neste momento que, de acordo com a obra de Jacques Monfrin<sup>152</sup>, que o senescal de fato estabelece uma amizade com o rei. Após a libertação deste e de seus homens - realizada após Joinville obter um empréstimo dos templários, a mando do rei, que seguia seu conselho<sup>153</sup> - seus cavaleiros lhe rogam para regressar à França, mas um deles, Joinville, não acredita que seja uma boa ideia, sugerindo ao rei que se encaminhasse ao Reino do Acre principal praça cristã no Levante, e que de lá reorganizasse a presença cristã, para evitar novas perdas territoriais e mais baixas.

Neste momento, há uma interessante junção das três facetas. Joinville aparece com um conselho, típico de um cavaleiro leal, uma motivação bastante cristã e, ainda, com uma visão bastante estratégica de como prosseguir, marca de um cavaleiro bom, muito apto intelectualmente. A partir daqui, estas três se juntam. O rei decide, para desespero dos outros cavaleiros, seguir o conselho de Joinville, e parte para o Acre, iniciando, assim, a parte seguinte da obra, a estadia do rei no Levante.

Durante sua estadia, São Luís tem, em Joinville, seu confidente mais próximo, e acaba por mantê-lo ao seu lado até à discordância referente à segunda partida do rei em Cruzada. Joinville narra os eventos que participa ativamente, de negociações com sarracenos e tártaros, a uma tentativa falhada de enviar um embaixador para os mongóis e às ações de São Luís para reorganizar os domínios cristãos da região. É uma sequência

---

<sup>151</sup> No sentido de ter maior uso do discurso direto. Ver PERRET, 2005.

<sup>152</sup> Ver MONFRIN, 1979.

<sup>153</sup> JOINVILLE §381-383.

bem encadeada de eventos que se sucedem e criam um verdadeiro mosaico dos quatro anos que o rei passou em São João do Acre.

A estadia do rei, narrada por Joinville, é uma dádiva para a análise da dinâmica do levante no século XIII, e nos últimos momentos da era das Cruzadas. Historiadores tradicionais das Cruzadas, como Steven Runciman<sup>154</sup> e René Grousset<sup>155</sup>, além de autores mais modernos, como Daisy Delogu<sup>156</sup>, apontam, cada um à sua maneira, a importância da presença de São Luís no Levante. Grousset vai mais à fundo, e mostra que, como monarca mais respeitado de sua época, foi capaz de manter o fino equilíbrio entre a presença cristã e as forças muçulmanas, negociando com todos os povos que constituíam ameaças, tecendo acordos diplomáticos e resolvendo querelas entre os inúmeros senhores cristãos da região. Desta forma, deu uma sobrevida a estes domínios, que se encontravam em franca decadência, dando a esperança de que seria possível sua sobrevivência em meio aos reinos e povos muçulmanos. O rei estava perto de negociar uma parte de Jerusalém para a cristandade<sup>157</sup>, quando foi forçado a regressar à França<sup>158</sup>.

O testemunho de Joinville é muito valioso, portanto, pois oferece um olhar de alguém que presenciou cada um destes atos. Jean Phillippe Genet, em *Saint Louis: le roi politique*<sup>159</sup>, trata justamente disso, com fins de averiguar se São Luís, por seus atos descritos por Joinville, pode ser considerado um precursor de reis modernos. Podemos até ter a impressão de que seja uma parte inteiramente voltada às ações de São Luís como rei, mas, é na relação de São Luís com Joinville, e como este último vê as ações do primeiro e como acaba se inserindo nelas que o panorama se torna mais amplo. Tudo aquilo discutido neste capítulo e na exposição destas partes do texto estão trabalhando juntos, criando o rei ideal em São Luís e expondo o pensamento de Joinville. É uma configuração bastante interessante, uma troca entre o rei e o senescal, que é mantida até o final da *Vie de Saint Louis*.

A última parte começa a partir da morte de Branca de Castela, mãe de Luís IX e a regente durante a ausência do rei. A ameaça de rebeliões senhoriais e de tentativas de

---

<sup>154</sup> RUNCIMANN, 2003

<sup>155</sup> GROUSSET, 1998: 247-262.

<sup>156</sup> DELOGU, 2008: 11-34.

<sup>157</sup> Algo que Frederico II conseguira anteriormente, conquista perdida pelas inúmeras querelas entre os próprios cristãos presentes ali e partidos italianos. GROUSSET, 1998: 218-243.

<sup>158</sup> GROUSSET, 1998: 247-262

<sup>159</sup> GENET, 1998.

usurpar o trono do rei, fora a possível quebra da estabilidade do reino levam o rei a tomar a dura decisão de voltar, encerrando de vez a Cruzada. São Luís regressa à França em 1254, e a narrativa se encaminha cada vez mais para o lado emocional de Joinville e para as ações do rei como cristão, que o levam a um isolamento cada vez maior e a um afastamento de questões mundanas, trazendo problemas para ele mesmo e seu reinado.

Aqui o santo aparece de forma mais intensa, revertendo seu papel secundário até então. As preocupações do rei com os pecados das cidades, com a evangelização de seu povo, com mantê-los no correto caminho da fé e sua reclusão cada vez maior, o levam a se distanciar até mesmo de Joinville que, admite, não abertamente, não compreender as ações nem o isolamento do rei. Como foi mencionado no primeiro capítulo, São Luís se aproxima do Reino de Deus, o que culminará em seu martírio.

A narrativa de Joinville, tão dinâmica, se torna lânguida e sofrida. Ele se choca com o rei e não compreende a decisão deste de partir em mais uma Cruzada, o que leva ao rompimento dos dois<sup>160</sup>. A partir deste rompimento, Joinville deixa seus sentimentos aflorarem, e narra todos os eventos pelo que estava sentindo, chegando ao clímax de sua própria personagem na narrativa, a aparição de São Luís que o leva a construir e sagrar uma capela, a primeira ao Rei-santo<sup>161</sup>.

Ao final da leitura da obra, foi possível observar que a *prudentia* não só possui um papel central na criação da figura de São Luís, como também é o norte de toda a obra. As facetas de Joinville, descritas neste capítulo, compõem as principais características de um *prud'homme*, e as variações narrativas, descritas acima, ao longo das várias partes da obra, que denotam diferentes estágios na vida de São Luís, de Joinville e da relação de ambos, são a perpétua articulação das ações de dois homens prudentes, uma verdadeira janela para a concepção de mundo e das relações sociais e políticas no século que leva o nome do rei-santo.

Desta relação estabelecida entre dois *prud'hommes*, e da subsequente construção das duas figuras, podemos observar que há algo além, trazido pela concepção de prudência, e pela forma como aparece. Estamos vendo, aqui, a construção de dois indivíduos, não no sentido biográfico ou autobiográfico, ou no sentido de um cultivo de uma vida interior, como visto no primeiro capítulo desta dissertação. Trata-se,

---

<sup>160</sup> JOINVILLE, §730-738.

<sup>161</sup> Idem, §766.

possivelmente, da construção de uma ideia de indivíduo na Idade Média, diferente do indivíduo pós-Montaigne, mas um cuja análise pode ampliar os horizontes acerca deste período, cercado de preconceitos, até mesmo dos próprios historiadores.

Neste terceiro e último capítulo trataremos desta questão, visto que é o objetivo principal deste trabalho. Vimos, aqui, as bases pelas quais este indivíduo é construído, e veremos a possibilidade de sua existência em Joinville e no que ele consiste, utilizando-nos das outras partes da obra, que não foram trabalhadas neste capítulo, em especial as duas últimas, da estadia no Acre e da vida tardia de São Luís.

### **3.1 Indivíduo no Medieval?**

Tratamos desta questão ainda no primeiro capítulo desta dissertação, de forma bastante superficial. Como adiantamos, foi uma questão central para a pesquisa e também o é para o trabalho como um todo, pois é, talvez, o principal problema posto por Joinville em *Vie de Saint Louis*. Dada a exposição sobre o problema hermenêutico no capítulo anterior, é necessário que saíamos dos lugares comuns em relação não só a esta questão, mas nas possibilidades que a escrita do senescal oferece, indo além daquilo que é imanente e adentrando questões que nem mesmo o próprio Joinville imaginava que estava tocando.

O primeiro motivo para isso é que para Joinville, a ideia de um indivíduo, como nós temos, imaginamos e mimeticamente representamos hoje, não fosse relevante. A ele importa o bom exercício de sua função de senescal, conselheiro ou cavaleiro, que desempenha ao longo de sua jornada ao lado do rei. E importa mais ainda, pelo menos no campo do discurso, as ações e palavras que destacam São Luís transformando-o em rei ideal e, porque não, cristão ideal também. O segundo motivo consiste em nossa própria expectativa de não haver o conceito de indivíduo na Idade Média, trabalhando com um ideal de que é impossível separar cada pessoa do suposto corpo social a que pertence, onde exerce sua função.

É uma curiosa situação, a fuga de um anacronismo incide diretamente em outro. Luiz Costa Lima<sup>162</sup> convencionou que não é possível trabalhar com a concepção de indivíduo no campo intelectual antes de Montaigne. Georges Duby<sup>163</sup> e Jacques Le

---

<sup>162</sup> COSTA LIMA, 1993: 15-28

<sup>163</sup> DUBY, 1990

Goff<sup>164</sup> também não admitem a existência deste indivíduo, com o segundo tendo uma postura menos radical, admitindo certa individualidade<sup>165</sup> nos relatos sobre as vidas de santos e reis, levando, por exemplo, aos seus artigos sobre a percebida amizade entre São Luís e Joinville<sup>166</sup>, e à terceira parte de sua própria biografia sobre o rei-santo<sup>167</sup>. É, decerto, anacrônico tentar encontrar ou trabalhar com uma concepção moderna de indivíduo. Mas é também um anacronismo desconsiderar outras concepções individuais justamente por estar calcado em uma ideia de um indivíduo que existe para além da sociedade, que possui uma essência e uma autoconsciência que lhe permite reconhecer como algo único.

Por isso mesmo, todos os historiadores mencionados estão corretos em não reconhecer a existência do conceito na Idade Média, mas pecam por não considerar outras possibilidades de reconhecimento de entes individualizados. Le Goff aponta para um caminho em *L'homme médiéval*, melhor explicitado por Aaron Gourevitch em *Les Categories de la Culture Medievale* e no verbete *Indivíduo*, no *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. O intelectual franco-soviético vê fortes indícios de uma individualidade no período, mas não interior, notando uma divisão entre “individação morfológica” e “individação orgânica”. Em suas palavras:

“Paradoxalmente, a originalidade da personalidade afirmava-se por sua negação. É sem dúvida o que Georg Misch tinha em vista quando evocava o caráter ‘centrífugo’ da personalidade medieval, que se construíra segundo ele de acordo com o princípio da ‘individação morfológica’ (as manifestações decisivas da personalidade referem-se às representações e às formas preestabelecidas que lhe parecem exteriores), contrariamente à personalidade ‘centrípeta’ dos tempos modernos, que contém seu próprio centro (‘individação orgânica’)”<sup>168</sup>

A vida interior consiste na relação da alma com Deus, e no bom provimento desta, com toda a espiritualidade, no reconhecimento dos pecados e da penitência. Neste ponto, pouco muda fora aquilo que é pontual, entre uma pessoa ou outra, entre um rei e um

---

<sup>164</sup> LE GOFF, 2008.

<sup>165</sup> Num sentido de excepcionalidade, ou seja, se destacando e formando um *exempla* que, posteriormente, será imitado e reverenciado por aqueles que ocupam ou almejam a mesma posição. LE GOFF, 2001: 469-477

<sup>166</sup> Idem

<sup>167</sup> LE GOFF, 1999.

<sup>168</sup> GOUREVITCH, 2006: 623

camponês, entre um clérigo e um mercador, entre um homem e uma mulher. Mas externamente é onde ocorre uma diferenciação.

Um rei não se define apenas por ser um rei. Luís IX e Felipe Augusto certamente possuíram a mesma função no corpo social, mas eram cabeças que pensavam e funcionavam de maneira completamente diferente. Foram personalidades diferentes e estas influíram diretamente no exercício da função real. Um se torna um *exempla* e outro um rei temido, mas malquisto, justamente porque agiam de forma diferente. Isto não implica em uma personalidade interior, em um estudo psicológico destas figuras. Para um cronista medieval, como Joinville, a personalidade influi na ação e é esta a que importa. Em outras palavras, a individualidade é reconhecida na ação, dentro daquilo que é esperado do lugar social específico que o sujeito ocupa.

A pergunta correta a ser formulada, então, seria qual era a concepção de indivíduo no medievo? Como uma pessoa na Idade Média enxergava o “eu”? Decerto era algo muito mais subliminar, não uma preocupação central para o homem medieval, que habitava e vivia em algum nódulo do corpo social da cidade dos homens. Não necessariamente isto configurava uma negação do eu, mas talvez uma relegação à segundo plano. Mas não constar como uma prioridade intelectual, não significa que não existisse ou, simplesmente, não era considerado um problema, algo passível de ser posto em discussão, pois talvez já fosse uma concepção imanente. Aaron Gourevitch elucida muito bem esta questão em seu verbete *Indivíduo*, publicado no Dicionário Temático do Ocidente Medieval, de Jean-Claude Schmitt e Jacques Le Goff, o autor franco-russo resume as ideias contidas em sua obra divisora de águas sobre a questão do indivíduo na Idade Média, *La Naissance d'Individu à Moyen Âge*. Nela, e neste pequeno verbete, Gourevitch localiza a origem do indivíduo moderno em tempos medievais, argumentando que há uma certa “explosão” de consciência a partir das confissões e autobiografias a partir do séc. XII, como as de Guiberto de Nogent, Heloísa, Suger, Abelardo, Sverre e até mesmo Dante. Mas esta tomada de consciência do eu era barrada, nos escritos, pelas próprias limitações que a cultura e a sociedade da época ofereciam, especialmente no campo da criação literária e também no campo religioso: “*A pessoa busca meios para se exprimir, mas aqueles que a cultura põe à sua disposição são frequentemente, ou quase sempre, obstáculos para o conhecimento de si mesmo*”.<sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> GOUREVITCH, 2006: 622.

Essa afirmativa demonstra que os escritos de Elias não só se aplicam aos tempos modernos, mas também ao medievo, pela forma como a sociedade muda o indivíduo e a própria concepção do “eu”. E no caso da Idade Média, este “eu”, na construção literária, fica escondido pelas regras poéticas, pelos *topoi*, mas, principalmente, pela necessidade de negação da autoria, que descamba na negação do indivíduo interior, na busca constante pela aprovação dos antigos ou do religioso. Caímos aqui no problema dos *exempla*. Cada função social na Idade Média, inclusive a de escritor, era moldada com base em princípios que formavam espécies de leis, que validavam a posição, o bom exercício da função, etc. Logo, mesmo nos momentos mais íntimos, como é o caso de Guibert de Nogent e sua *Autobiografia*, o abade realiza uma imitação, quase literal, das *Confissões*, de Santo Agostinho, da organização e chegando ao ponto da adaptação da figura de sua própria mãe para que possua o mesmo papel – e função literária – que a mãe do velho filósofo<sup>170</sup>.

O caso de Guibert pode parecer um pouco extremo, mas isto é visto também em Abelardo, em Suger e em diversos outros, segundo Gourevitch. Mas isto não quer dizer que diferenças fundamentais sejam postas entre cada um deles, mesmo que a *imitatio* prevaleça. Guibert imita Agostinho todo o tempo, mas especialmente no âmbito literário. Sua vida pouco tem a ver com a do Santo, mas, para validar suas memórias, constrói sua obra com a mesma tópica e as mesmas funções literárias. Isso por si só já nos diz uma possível profunda admiração por Agostinho, o que já é uma característica pessoal, por assim dizer, do abade.

Para além da *imitatio* e dos *exempla*, temos também o problema do orgulho, um dos pecados capitais. Boa parte destes escritores eram religiosos, e temiam que se pudessem se sobrepor aquilo que estava escrito, se identificando como autores ou, principalmente, criadores das ideias ali presentes, poderiam cair neste pecado capital. Gregório de Tours parece se desculpar na *História dos Francos*, por ser ele a escrever, Abelardo idem, enquanto Suger abusava de citações da Antiguidade para validar suas próprias ideias. Vale lembrar que este último, fundador da abadia de Saint Denis, e um dos principais arquitetos franceses, acabou por se ejectar e formar uma simbiose com a abadia da necrópole real, mesmo que nos escritos se disfarçasse<sup>171</sup>.

---

<sup>170</sup> Idem

<sup>171</sup> GOUREVITCH, 2006: 623-624.

Gourevitch expõe um caso deveras curioso, no qual há um verdadeiro jorro de consciência, o de Opicínio de Canistris, um clérigo de Avignon no séc. XIV, de pouca importância na hierarquia do clero que, após ter uma experiência de quase morte e perder o movimento na mão direita, aprende a desenhar com a esquerda e conta a sua vida por meio de desenhos, ano a ano, de uma forma extremamente complexa e confessional. Mas, ao contrário de Guibert, Abelardo e Suger, de fato faz um estudo de si próprio, mas não um estudo como se esperaria de um indivíduo pós-Montaigne. Tudo gira em torno do pecado, o pecado está no centro, e é o mote da vida de todo ser humano. Como São Paulo, a vida interior é uma relação direta com Deus, que é expressa pelos pecados, o que, segundo Gourevitch, é a maior forma de expressão de individualidade na Idade Média, e em nenhum outro lugar foi expressa com tamanha clareza e visceralidade, quanto em Opicínio. Este faz um círculo acompanhado de um desenho para cada ano de sua vida, de seu nascimento até sua idade atual, perfazendo um total de quarenta. Em cada um, revela seus pensamentos acerca do que havia acontecido e dos erros cometidos, e traça previsões para seu futuro, baseado em sua natureza pecadora.<sup>172</sup>

O pecado, o arrependimento, a penitência, e a forma como cada um lida com isso, para superá-las e se aproximar a Deus, são as marcas maiores de individualidade. Obviamente, nenhum dos outros autores e personagens citados aqui chegam perto de Opicínio, mas acabam se expressando também por esta chave de leitura. Temos daí, também, a importância da metodologia hermenêutica para o estudo da questão do indivíduo na Idade Média, pois somente uma leitura interpretativa, minuciosamente baseada no contexto histórico, pode esclarecer aquilo que está escrito, mas não se lê de imediato<sup>173</sup>.

Gourevitch não sai, porém, das figuras e das obras de religiosos, por isto mesmo voltaremos agora, a fundo, com Joinville. Como a obra do senescal pode nos elucidar este indivíduo, obra que também é extremamente importante para esta questão. Como um leigo tratava estas questões? Como um leigo se enxergava neste período?

Dominique Iogna-Prat em *L'individu au Moyen Âge*<sup>174</sup>, expande o proposto por Gourevitch, considerando um tipo de individualidade observado nas “autobiografias”, crônicas, canções, etc. que têm o *eu* como objeto, o que pode indicar um interesse, em

---

<sup>172</sup> GOUREVITCH, 2006: 624-629.

<sup>173</sup> JAUSS: 1979.

<sup>174</sup> IOGNA-PRAT, 2005

especial no século XII pela questão do *eu*, pelo viés dos pecados e da alma, o que a torna relevante na perspectiva de religiosos. Xavier Mercier-Méthé, partindo de Iogna-Prat, estuda a *Vida* de Guibert de Nogent, pelo viés da vida monástica e da função das escrituras na formação da mentalidade medieval. Assim, ele traça um *percurso do sujeito cristão*, na obra de Nogent, que perfaz uma vida por meio do ciclo de pecado e confissão<sup>175</sup>. Permanece uma visão escatológica, a vida como uma preparação para a salvação, sendo que a auto-análise, como feita por Guibert de Nogent é uma forma de conhecer seu próprio caminho para a salvação.

Por esta perspectiva, o que chamamos de indivíduo, em tempos medievais, cai novamente na busca medieval pelos *exempla*, o conhecimento do pessoal consiste, então, na busca pela modelo de humano perfeito, como salienta Jacques Le Goff em *L'Homme Médiévale*, ao afirmar que, para além de modelos ligados ao modelo trifuncional, como o modelo de rei ideal, havia uma busca por um modelo ideal do ser humano<sup>176</sup>, algo não visto, ao menos não com esta intensidade, períodos posteriores. Tudo isto nos leva a crer que há, de fato, um indivíduo na Idade Média, mas ao que nos aparenta, restrito a meios monásticos e a descrições modelares objetivas, o que pode não ser o caso de Joinville, como analisaremos neste capítulo. Mas devemos ter em mente, também, o nosso conceito de indivíduo, que exploraremos agora, pois segundo Méthé, é um dos pontos centrais que atravessam e transformam o medievo em modernidade, a partir do século XVI<sup>177</sup>.

Podemos, a partir disso, nos debruçar sobre o estudo de Norbert Elias, em *A Sociedade dos Indivíduos*<sup>178</sup>, obra em que explora a relação entre indivíduo e sociedade. De uma perspectiva sociológica, Elias observa, no século XX, um problema de definição dos conceitos de indivíduo e de sociedade, problema causado em grande parte por ideologias que prezam um em desfavor do outro.

Certamente, uma sociedade é formada por indivíduos, mas qual é a influência deste último em relação à primeira, e vice-versa? Elias acha insatisfatória qualquer explicação que generalize, tratando o indivíduo como meio para a formação da sociedade ou esta como um meio onde indivíduos se desenvolvem.

---

<sup>175</sup> METHÉ, 2009: 20-33

<sup>176</sup> LE GOFF, 1994: 9

<sup>177</sup> Falamos em século XVI por conta de Montaigne, Méthé afirma ser em Rousseau esta mudança. METHÉ, 2009: 1-19.

<sup>178</sup> ELIAS:

*“Somente ao deixarmos os lemas para trás e superarmos a necessidade de proclamar diante de todos o que deveria ser a relação entre indivíduo e sociedade, se nossa vontade prevalecesse, só então é que começaremos a nos dar conta da questão mais fundamental de saber o que realmente é, em todo o mundo, a relação entre indivíduo e sociedade.”<sup>179</sup>*

É possível perceber que Elias rechaça estes tipos específicos de interpretar a sociedade e o indivíduo como errôneas, e procede com uma série de comparativos para comprovar o quão falha isto é, como a metáfora das pedras e da casa. Uma casa, por exemplo, é um conjunto de pedras, mas uma pedra sozinha não define uma casa e nem uma casa se define sem o arranjo das pedras que a compõe. É a união das pedras que viabiliza uma estrutura ser uma casa, assim como o arranjo de indivíduos forma uma sociedade, mas, efetivamente, cada um tomado em separado pouco ou em nada influi no destino desta sociedade, ocupando nela um lugar essencialmente histórico e também funcional, ao mesmo tempo que é extremamente fluido, visto que o “todo” social se apresenta em um estado constante de mutações.

A ideologia do individualismo prevê um indivíduo actante e capaz de modificar aquilo ao seu redor e cujas relações com os outros formam aquilo que é convencionalizado como a sociedade. Mas há uma ilusão de controle do indivíduo criticada por Elias, criada na modernidade que talvez seja a discrepância que leva ao não reconhecimento do conceito de indivíduo na Idade Média. Há que se separar a ideologia do conceito, e mesmo esta ideologia se esvai, de acordo com o sociólogo alemão, a partir do momento no qual mesmo que um indivíduo se reconheça como tal, como algo separado dos outros e com pensamento próprio, ele ainda possui um papel a cumprir na sociedade, seja grande ou pequeno. Sua formação está sujeitada à sociedade em que vive e suas escolhas se apresentam, na maioria das vezes, limitadas pela mesma sociedade que ajudou a formar, mesmo que não possua controle direto sobre ela:

“Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela com o seu caráter pessoal. E aí reside o verdadeiro problema: em cada associação de seres humanos, esse contexto funcional tem uma estrutura muito específica. Numa tribo de criadores nômades de gado, ela é diferente da que existe

---

<sup>179</sup> ELIAS: 16-17

numa tribo de lavradores; numa sociedade feudal de guerreiros, é diferente da existente na sociedade industrial de nossos dias e, acima disso tudo, é diferente nas diferentes comunidades nacionais da própria sociedade industrial.<sup>180</sup>

A diferença talvez consista no fato do indivíduo ter ganho consciência de tal. Do eu ter se interiorizado, e de ter até mesmo virado objeto de estudo científico (vide o advento da psicanálise). Mas, dada esta exposição de Elias, podemos realizar uma comparação, *grosso modo*, ao papel do indivíduo na sociedade medieval e na sociedade moderna, e constataremos que o argumento de que não existia indivíduo na Idade Média pelo simples fato de existirem papéis a serem cumpridos, ou que cada um era reconhecido apenas por sua função, muitas vezes dependentes de *exempla* para serem definidas, não é válido.

Isto derrubaria também o indivíduo moderno pois, apesar da individuação, da criação de uma ideologia individualista e de todas as consequências disto em nossa mentalidade, cada um de nós, atualmente, possui um papel a cumprir e exerce uma função específica, e acaba se definindo por esta função e pelo lugar social que ocupa. Continuamos sendo dispostos em uma hierarquia, divididos e subdivididos nas cadeias de produção em massa. Sim, é um mundo mais móvel, mas há certo determinismo, vindo de nossa própria criação que determina quem nós somos. O que cada indivíduo é, segundo Elias, é um reflexo de práticas anteriores, de seus antepassados, do local de nascimento, do local de estudo, da formação, da absorção de determinados saberes. Não há, portanto, um indivíduo inteiramente independente, livre e separado da sociedade, em uma ontologia perfeita. Há uma consciência individual mediada pela relação do “eu” com aquilo que nos rodeia. Reforçamos com as palavras de Elias:

*“Mesmo dentro de um mesmo grupo, as relações conferidas a duas pessoas e suas histórias individuais nunca são exatamente idênticas. Cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte. Mas as diferenças entre os rumos seguidos por diferentes indivíduos, entre as situações e funções porque eles passam no curso de sua vida, são menos numerosas nas sociedades mais simples do que nas complexas. E o grau de individualização dos adultos nestas últimas sociedades é consoantemente maior. Por paradoxal que pareça, no estágio atual do desenvolvimento dos hábitos mentais, não apenas a individualidade e a inter-relação social das pessoas não são antitéticas como também a moldagem e a diferenciação especiais das funções mentais a que*

---

<sup>180</sup> ELIAS: 19

*nos referimos como “individualidade” só são possíveis para a pessoa que cresce num grupo, numa sociedade.*”<sup>181</sup>

Aqui, Elias estabelece uma relação clara entre a concepção de individualidade e a sociedade. Ela só é possível de ser criada dentro de um grupo, cujas redes relacionais formam a sociedade. Quanto mais complexa, maiores são as interações possíveis entre pessoas e grupos específicos, gerando um maior número de singularidades, as quais chamamos de individualidade. Evidentemente, a sociedade medieval oferecia uma gama menor destas singularidades, dada sua maior simplicidade<sup>182</sup>, mas, pensando nestes termos, uma obra como a de Joinville, ou a confessional autobiografia de Guibert de Nogent, não parecem mais completamente deslocadas. Ambas eram perfeitamente viáveis. O indivíduo era perfeitamente viável.

Mas, como já alertei, não podemos projetar nossa concepção de indivíduo e sociedade na Idade Média. Estas considerações de Elias servem como um enquadramento, um meio pelo qual podemos reconhecer que sim, havia um indivíduo na Idade Média, pois amplia os horizontes deste conceito justamente na relação que tem com a sociedade.

### **3.2 Joinville e a construção do “eu”**

Este subtítulo pode parecer um pouco gongórico e ambicioso. Mas o objetivo aqui não é realizar uma preleção sobre o eu na Idade Média, mas sim, como Joinville se enxergava, e como ele criou a imagem do rei. Estamos lidando, portanto, com a representação que ele faz de si mesmo e de São Luís. Vimos, no capítulo anterior, as facetas do senescal, o cristão, o cavaleiro e o intelectual. O entrelaçamento destas na obra, como mostramos anteriormente, nos diz muito o modo de ser e de pensar desta personagem, e nos fornece diversas chaves de leitura para adentrarmos no microcosmo da *Vie de Saint Louis*.

Mas esta foi uma leitura *post-factum*, feita de frente para trás, com base em nosso conhecimento histórico. Devemos agora fazer o movimento reverso, para esclarecer aquilo que Joinville enxergava, criava e pode ter dito sem nem imaginar que estava

---

<sup>181</sup> ELIAS, 22-23

<sup>182</sup> Faço questão de frisar que não ignoramos, em nenhum momento, a enorme complexidade e pluralidade do medievo, apenas queremos dizer que era um mundo mais restrito, onde esta inter-relação, proposta por Elias, era mais limitada do que hoje, ou na primeira metade do século XX, quando Elias escreveu.

dizendo. Veremos, assim, um indivíduo aqui semelhante ao que foi descrito no item anterior, mas ao mesmo tempo mais leve, fluido, com maiores possibilidades de aparecer, mesmo que por acidente.

Certamente Joinville era cristão, mas estava muito distante de ser um clérigo. Mesmo considerando seus comentários sobre o *Credo*, isso era apenas marca de um nobre extremamente bem versado nas letras, e com um intelecto talvez fora do comum, mas não de um religioso<sup>183</sup>. Os autores citados acima, todos eram do clero, portanto, todos possuíam o peso institucional da Igreja em seus ombros, peso que os levava, por vezes, como no caso de Opicínio de Canistris, a uma auto-representação patológica. No campo do discurso literário, não havia espaço possível para a realização da consciência.

Este peso não cabia a Joinville suportar. Evidentemente, a ele não seria possível escapar de seu próprio tempo, da sociedade que o criou e na qual cresceu e desenvolveu suas faculdades mentais. Todo o seu léxico de representações, símbolos, termos, modos literários é de seu próprio tempo, mas estar longe do ambiente clerical, estar longe das escolas, deu ao senescal uma visão mais amena disso tudo. Ao que tudo indica, o pecado do orgulho, uma das principais motivações para a negação do eu, nas autobiografias clericais, logo uma das principais preocupações do autor monaquista, não era tão importante para Joinville.

O pecado do orgulho, não se sobrepunha aos outros na hora da escrita do senescal, possivelmente porque ele apresenta uma visão religiosa, do eu pecador, muito mais simples do que Abelardo, ou Suger, ou o ensandecido Opicínio. Para ele, a preocupação era com todos os pecados. E, assim, se insere perfeitamente na questão do “eu” interior formado pelo pecado, num jogo vivido de pecados, penitências e perdões. Sua visão é simples ao ponto dele não problematizar estas questões. Não cabe a ele isto, ele simplesmente aceita, da mesma forma que aceita sua natureza de pecador e assume seus erros ao longo da *Vie de Saint Louis*, espelhando-se no rei-santo e em Cristo para ser mais virtuoso e encontrar o perdão através da redenção.

Suas preocupações religiosas são mundanas. Observa e valoriza os ritos, guia seus atos baseado naquilo que é correto, baseado nas escrituras e nos teólogos, mas, curiosamente, nada disso o impede de, não só identificar-se como autor de seu texto, mas

---

<sup>183</sup> Uma pesquisa sobre os comentários de Joinville poderia ser muito esclarecedora em termos da visão religiosa que um leigo possuía nesta época. Infelizmente, não poderemos tratar deste assunto aqui.

de não se valer de nenhuma *glosa*, de se apresentar como conselheiro e amigo do rei, de mostrar suas atitudes corretas, dizer quando está certo e, até mesmo, mostrar o quanto outros estavam errados ou o quanto era melhor do que outras pessoas.<sup>184</sup>

Por mais que tente, passando sua voz de narrador para outros personagens, uma forma engenhosa de dar credibilidade aos seus escritos, é incapaz de fugir de seu próprio ponto de vista. Isto não era possível, também, a Suger ou a Gregório de Tours, mas estes tentavam ocultá-lo em seus respectivos textos.<sup>185</sup> Joinville não faz isso, mesmo porque, poderia sequer perceber a forma com a qual deixava transparecer o que pensava, mas ele não conseguiu se blindar nas amarras<sup>186</sup> de uma crônica, mesmo que não tenha saído inteiramente deste estilo.

Assim, Joinville cria uma imagem própria do rei, típica de uma construção literária. Tratamos, aqui, de uma *mimesis*, e, para prosseguirmos a análise, devemos nos pautar em três possíveis tipos de representação do indivíduo, típicas do medievo, a criatura, a figura e, de forma mais complexa, o *retrato*.

A *mimesis*, ou em outros termos, a representação, possui, como função de criação literária, certas regras de funcionamento. Destacamos aqui, como Luis Costa Lima em *Mimesis: Desafio ao Pensamento*<sup>187</sup>, a questão da verossimilhança. Segundo o intelectual brasileiro, para uma representação funcionar, ela deve ter um mínimo de conexão, ou um ponto de conexão, com a realidade daqueles que irão ler e compor a recepção a uma determinada obra artística. Ou seja, deve existir algo de relação com a realidade, caso contrário, não há a possibilidade de ocorrer uma identificação. A representação, neste caso, falha, pois não irá gerar no receptor o efeito desejado. Logo, temos então que, ao escrever uma obra, e ao se valer de representações, o autor deve, obrigatoriamente, conhecer o seu público-alvo, para que a recepção seja bem sucedida e a mensagem relativa aquilo que está sendo representado seja compreendida, e não estranhada.

Evidentemente que são processos nem sempre intencionais, e dependem muito do meio de produção e, evidentemente, da própria influência que uma determinada cultura tem na formação de um determinado autor. Esta é uma reconstrução que deve ser feita

---

<sup>184</sup> Suas críticas arrasadoras à Robert de Sorbon e Robert de Artois são exemplos disso, e à uma miríade de outros personagens ao longo da narrativa.

<sup>185</sup> GOUREVITCH In: SCHMITT, LE GOFF, 2006: 623

<sup>186</sup> Dentre as limitações do gênero está o próprio fato de que deve ser uma narrativa isenta, que narra os fatos como eles ocorreram.

<sup>187</sup> COSTA LIMA, 2005: PP

hermeneuticamente, para que possamos ter um melhor entendimento das formas de se representar e de seus significados. No caso da representação de indivíduos, ou, melhor dizendo, da individualidade, mencionamos a perspectiva da *figura* e da *criatura*, que foram formas notáveis desta representação, na hora em que ocorre o “despertar” do indivíduo no medievo, nas palavras de Gourevitch<sup>188</sup>.

Tomando como base a seminal obra de Erich Auerbach, *Mimesis*, em que narra a História da civilização ocidental através das formas de representação da realidade na literatura, ele identifica, em Dante Alighieri, a representação de indivíduos como *figuras*<sup>189</sup>. Na *Divina Comédia*, ao chegar no círculo do inferno, o narrador encontra dois personagens, analisados por Auerbach, Farinata e Cavalcante. Não discorreremos aqui sobre a história de cada um, mas é possível perceber, na narrativa, algo muito claro. Mesmo mortos, o orgulhoso político e militar Farinata e o arrependido comerciante Cavalcante, mantêm suas características de vivos, sendo que o primeiro chega ao ponto de ignorar que está morto, expressando sua preocupação sobre como está o seu partido, nas intrigas políticas da Península Itálica. O segundo carrega o peso de seus pecados e de seu filho em vida ainda mesmo na morte, sendo uma figura de aspecto fragilizado, sem confiança.

Ambos levaram suas características para o túmulo, e lá estas serão, possivelmente, eternizadas, e isto revela, segundo Auerbach, a natureza da concepção individual de Dante. O indivíduo é algo que possui uma essência imutável, tanto que se torna uma figura de si mesmo, que não existe sozinha, sendo sempre um reflexo de modelos já estabelecidos. É uma essência ontológica, que transcende a vida e fornece características que tornam determinados personagens imediatamente identificáveis. O indivíduo como *figura* é, portanto, muito próximo da ideia de *exempla*, que também vê, em certas personagens particularmente notáveis, uma essência que, além de poder ser facilmente identificável, é possível de ser imitada, e narrada de forma linear, petrificando o exemplo para a posteridade.

Na contramão, temos a concepção da *criatura*, expressa nas peças ecumênicas de Antoine de La Sale<sup>190</sup>. Diferentemente da figura, cujas características mutáveis, como as ações cotidianas e a própria aparência desaparecem perante a essência que a identifica, a

---

<sup>188</sup> GOUREVITCH, 2006: 621.

<sup>189</sup> AUERBACH, 2013: 174-202

<sup>190</sup> AUERBACH, 2013: 232-261

*criatura*, típica destas peças feitas, majoritariamente, para uma população mais rústica, é reduzida às suas funções básicas e é passivo frente aos surtos emocionais. Incapaz de controlar seus sentimentos e suas funções corpóreas, o indivíduo *criatura*, está inteiramente sujeito ao mundo. É reduzido a uma condição escatológica, num turbilhão de pequenas querelas e de funções corporais representadas, por La Sale de forma nem um pouco comedida.

A *criatura* revela um indivíduo completamente impotente frente aos estímulos externos, à natureza e aos instintos, que devem ser domados, para que se evite o pecado. Não é de se espantar que esta forma de representação tenha sido usado em peças ecumênicas cujo objetivo principal era evangelizar as massas rústicas do campesinato medieval. Tanto La Sale quanto Dante escreveram no mesmo século, o XIV, e representaram dois tipos substancialmente diferentes de individualidade, mostrando as diferentes possíveis recepções desta questão em tempos medievais. Novamente, como no caso de Dom Duarte, utilizamos estes dois exemplos como chaves de leitura, reconhecendo a distância temporal, mesmo porque, Dante e La Sale criam representações individuais que podem tornar nossa compreensão acerca de Joinville melhor.

Há um terceiro tipo, que fica evidente no período do barroco, e que é descrito por João Adolfo Hansen, em *A Sátira e o Engenho*, o que, de certa forma, pode nos ajudar a compreender as noções de individualidade do próprio Joinville, visto que pode ser uma consequência direta deste despertar do “eu” na baixa Idade Média. Esta é o *retrato*. Classificada por Hansen como um gênero literário, expresso em biografias, o *retrato* consiste em um gênero de louvor, ou encomiástico. Nas palavras de Hansen:

*“Como retrato, o texto desenvolve-se por aplicação de tópicos do gênero demonstrativo ou epidítico da oratória, no subgênero “encômio” ou “louvor”, apresentando elementos de individuação e elementos caracteriais e tipificadores.”*

O texto ao qual Hansen se refere, é a “*Vida do Excelente Poeta Lírico, o Doutor Gregório de Matos e Guerra*”, de Manuel Pereira Rabelo, a primeira ‘vida’ escrita sobre o célebre poeta satírico baiano do século XVII. Dificilmente poderíamos classificar este texto como uma obra de *exempla*, dada a análise de Hansen, visto que nesta época, o gênero biografia já estava, ao que tudo indica, bem estabelecido<sup>191</sup>. Mas, ainda assim, se

---

<sup>191</sup> Me refiro aqui à análise de João Adolfo Hansen da obra de Rabelo, cuja descrição se assemelha ao descrito por Luis Costa Lima em *Limites da Voz*.

trata de uma obra de louvor, e as regras da construção encomiástica em muito se assemelham às regras da escrita de *exempla*, descritas no primeiro capítulo desta dissertação.

O indivíduo, na perspectiva do *retrato*, consiste, portanto, em algo cuja excepcionalidade o torna passível de ser retratado. É construído em cima de suas virtudes, perspectiva apoiada no fato de que Rabelo, ao descrever Gregório de Matos, deliberadamente ignora os trejeitos e hábitos de sua personalidade que não agradavam e seriam mau vistos pela sociedade da época. Como a *figura*, o *retrato* apresenta uma essência, imutável e ontológica, mas, enquanto a perspectiva figural de Dante enfatiza, às vezes, características negativas, como o frágil e perturbado Cavalcanti, a essência do *retrato* é por si só virtuosa, onde não há espaço para contra-exemplos.

Todas estas formas de representar o indivíduo são posteriores à Joinville, porém, apresentam um ponto de apoio para compreendermos a representação de São Luís e do próprio Joinville, na *Vie de Saint Louis*. Veremos, agora, a manifestação desta representação na obra de Joinville.

### **3.2.1 Joinville em Acre:**

Com o fracasso da Cruzada, o rei após todas as tribulações, que incluíram diversas ameaças de morte, diversos momentos em que acordos de paz foram quase rompidos, negociações para a libertação dos cristãos e até mesmo a necessidade de um empréstimo com os Templários - episódio em que Joinville teve participação direta, visto que foi sua iniciativa<sup>192</sup> - o rei acaba por conseguir garantir sua liberdade e a dos seus outros homens, e parte para o Acre, onde é recebido com festividades.

Joinville narra estes acontecimentos com impressionante tensão. A impressão que temos é a de que, a qualquer momento, tudo poderá dar errado. São Luís consegue, ao negociar com os sarracenos, a libertação mediante pagamento de resgate, o que era um problema sério, considerando que a expedição não mais possuía fundos e trazer da França estaria fora de questão. O senescal, tendo seus próprios contatos, age por conta própria e obtém um empréstimo dos templários, se inserindo de vez como um actante em sua narrativa.

---

<sup>192</sup> JOINVILLE §383-386.

Por conta desta mudança, explicitada no início deste capítulo, esta talvez seja a parte mais indicada para tratar deste indivíduo contido na narrativa do senescal. E, resolvidos os problemas e as tribulações referentes ao resgate, há dois trechos bastante significativos para esta análise. No primeiro, temos o conselho de Joinville, para que o rei se instale em definitivo em Acre. No segundo, temos o senescal descrevendo as suas instalações e alguns de seus hábitos. Vejamos o primeiro. Inicialmente, o senescal expõe algo que considera um dever seu, o de ficar na Terra Santa até que os cristãos não sejam mais oprimidos por Sarracenos:

*“Ao longo de oito dias, o representante vinha a mim e me dizia que não compreendia como o rei considerava a possibilidade de uma estadia, e me pedia assiduamente para que aceitasse regressar em sua nau. E respondi que não havia possibilidade, pois não possuía nada, pois como sabia, havia perdido tudo em água quando estava preso. E se respondi desta maneira, não era pelo motivo de não ter afinidade com ele, mas por palavras proferidas pelo meu senhor Bollainmont, meu primo germano, que Deus o tenha piedade, quando parti para o além-mar. ‘Vais para o além-ar – disse – agora resguarde o seu regresso, pois nenhum cavaleiro, não importa se pobre ou rico, pode retornar coberto de honra se deixar entre mãos Sarracenas o povo minuto de Nosso Senhor, na companhia do qual andas.’ O enviado se irritou comigo e me disse que não deveria ter recusado.”<sup>193</sup>*

O interessante a ser notado aqui é a forma como o diálogo se desenrola. Joinville narra de forma simples e direta, sem perder seu hábito de citar outros para tornar seu ponto ou sua visão válida do ponto de vista da *autoridade* na literatura medieval<sup>194</sup>. Com uma diferença fundamental, ele não cita algum autor antigo ou algum dos grandes teólogos cristãos, mas um primo seu. A primeira conclusão, a mais aparente, é a de que havia um *ethos* cavalheiresco em questão aqui, possivelmente muito impregnado, o que

---

<sup>193</sup> “Dedans ses VIII jours vint le légat a moy et me dit ainsi que il n’entendoit mie comment li roys eust pooir de deourer, et me proia moult a certes que je m’en vousisse revenir en sa nef. Et je li respondi que je n’em avoie pooir, car je n’avoie riens, ainsi comme il le savoit, pour ce que j’avoie tout perdu em l’yaue la ou j’avoie esté pris. Et ceste response ne li fis je pas pour ce que je ne deusse moult volontiers alé avec li, mez que pour une parole que monseigneur de Bollainmont, mon cousin Germain, que Diex absoille, me dit quant je m’em alai outre mer: ‘Vous en alez outre mer, fist il. Or vous prenés garde au revenir que il ne soit honni se il lesse em la main des Sarrazins le peuple menu Nostre Seigneur em la quel compaignie il est alé’. Le legat se courouça a moy et me dit que je ne le deusse pas avoir refuse.”

JOINVILLE §420-421.

<sup>194</sup> Ver GOUREVITCH, 2006

dava ao senescal, um homem pouco acostumado à guerra, um forte senso de dever, dentro de sua função de protetor da cristandade.

A segunda conclusão possível, que habita as entrelinhas, é a de que Joinville possuía seus próprios referenciais. Ou seja, era capaz de expressar, literariamente, sua própria experiência, selecionando aquilo que lhe era de maior valor, e que orienta suas ações. Há uma individualidade em questão aqui. Retomando Elias, o indivíduo se constrói com base em seus referenciais, e, Joinville, como cavaleiro tem no seu primo um ente de formador de personalidade. Ao menos de uma decisão. Simultaneamente, o senescal suprime um pouco de sua personalidade, ao dar menos importância à Bollainmont do que, por exemplo, a Joceran de Bracion<sup>195</sup>, cavaleiro cuja história de vida foi contada em pormenores, para servir de *exemplum*. Podemos especular que Joinville não se punha como exemplo para o leitor intencional<sup>196</sup>, já que o que estava em questão era algo pessoal para o senescal da Campanha. Seu referencial não era de tanta importância, quanto um bom cavaleiro que se torna *exemplum*.

Mas, há uma importância em termos de construção narrativa, visto que estes dois parágrafos supracitados, e especificamente a fala de Bollainmont, iniciam a construção do conselho que Joinville dá ao rei, que configura um ponto nevrálgico na narrativa. Vemos o *engenho* da *Vie de Saint Louis* em ação, e no centro disto está o próprio Joinville, cujo aprendizado define os rumos de São Luís. Algo que podemos arriscar ser raro dentro de uma narrativa medieval, uma ação baseada na experiência individual influenciar o texto de forma tão expressiva. Vejamos, agora, alguns trechos da tribulada decisão de São Luís, através do conselho de Joinville:

*“O enviado perguntou ao conde Jean de Jaffa, que estava a sua frente, que juízo fazia desta questão. O conde de Jaffa requisitou renunciar à esta indagação, ‘pois, veja, meu castelo é na zona de fronteira; e se aconselhar o rei a permanecer, pensação que será para meu benefício.’ Então, o rei lhe indagou, com toda a firmeza que podia, sobre o que achava da questão. E o conde lhe disse que, se pudesse fazer algo tão grande para que ele mantivesse a campanha por um ano, seria uma grande honra se ele ficasse... Eu era o décimo quarto sentado à frente do enviado. Ele me perguntou o que achava; e respondi que estava bem de acordo com o conde de Jaffa. O enviado me disse, em cólera, como isto poderia ser feito, que o rei poderia manter a campanha com tão poucos homens que dispunha. E respondi também irritado, que pois me parece que me fez uma provocação: ‘Senhor, lhe direi, pois é*

---

<sup>195</sup> Cujo lugar na narrativa foi visto no capítulo anterior.

<sup>196</sup> Luís X.

*de seu agrado. Nos dizem, senhor – Não sei se é verídico -, que o rei ainda não despendeu seu dinheiro, mas somente o dinheiro do clero. Que o rei faça uso de seu dinheiro e que o rei convoque os cavaleiros em Morée e do outro lado do mar. E quando se depararem com a notícia que o rei recompensa bem e grandemente, os cavaleiro virão a ele de todas as partes, que o permitirão manter a campanha por um ano, à benção de Deus; e, de resto, ele irá libertar os pobres prisioneiros que foram feitos assim a serviço de Deus e que nunca sairiam se o rei se for.”<sup>197</sup>*

A tensão aqui é muito alta. Após tudo que a expedição passou, havia chegado o momento de decidir pela permanência ou a saída do rei da Terra Santa. Assim, São Luís e o clero (representado pelo anônimo enviado), convocam um conselho para decidir. Mediado pelo enviado, cada um dos principais cavaleiros da expedição cruzada dão sua opinião acerca desta questão. O primeiro, Jean de Jaffa, não quer emitir sua opinião, visto que aparentaria querer tirar vantagem da situação. O rei, porém, insiste, e ele dá um parecer favorável à estadia do rei. Todos os outros cavaleiros<sup>198</sup> são contrários à estadia, sendo que apenas Joinville afirma ser favorável.

A troca de farpas entre Joinville e o enviado é notável, pois mostra, pela primeira vez na narrativa, um Joinville confrontante com os próprios cristãos. Sim, ele já havia tecido diversas críticas a diversos personagens ao longo da narrativa, mas não se inserindo

---

<sup>197</sup> “Le légat demanda au comte Jehan de Japha, qui était assis auprès d’eux, ce qu’il lui semblait de cette affaire. Le comte de Jaffa le pria de renoncer à cette demande, ‘parce que, fit-il, mon chateau est dans la zone frontiere; et si je consellais au roi de rester, on penserait que ce soit pour mon profit. Alors ler roi lui demanda, avec tout la fermeté qu’il put, de dire ce qu’il lui en semblait. Et le comte lui dit que, s’il pouvait tant faire qu’il pût tenir la campagne pendant un an, il se ferait grand honneur s’il restait. J’étais bien le quatorzième assis em face du légat. Il me demanda ce qu’il m’en semblait; et je lui répondis que j’étais bien d’accord avec le comte de Japha. Et le légat me dit très en colère, comment pourrait-il se faire que le roi pût tenir la campagne avec aussi peu d’hommes qu’il en avait. Et je lui répondis aussi avec irritation, parce qu’il me semblait qu’il le disait pour me provoquer: ‘Sire, et je vous le dirai, puisqu’il vous plaît. On dit, sire – je e sais si c’est vrai – que le roi n’a encore rien dépensé de son argent, mais seulement l’argent du clergé. Que le roi fasse emploi de son argent et que le roi envoie chercher des chevaliers en Morée et de l’autre côte de la mer. Et quand se répandra a nouvelle que le roi donne bien et largement, des chevaliers viendront à lui de toutes parts, qui lui permettront de tenir la campagne pendant un an, s’il plaît a Dieu; et en restant, il fera libérer les pauvres prisonniers qui ont été pris au service de Dieu ou au sien, qui n’en sortiront jamais si le roi s’en va.”

JOINVILLE §424-427.

<sup>198</sup> JOINVILLE §425

diretamente no contexto. E certamente, surpreende o tamanho de seu cinismo. Primeiramente, ele demonstra irritação com um membro do clero. Em segundo lugar, ele se vale de uma informação que não sabe se é verdade para acusar o clero de desejar acabar com a expedição por questões financeiras.

Temos uma frase valiosa aqui, “*Não sei se é verídico*”, frase que pode demolir tudo aquilo que foi discutido acerca de Joinville como cavaleiro, além de desconstruir a imagem de Joinville como um homem prudente. Dentro da descrição da prudência como virtude cardeal, de Josef Pieper, a mentira, ou distanciamento e distorção da verdade, certamente não são atitudes de um homem prudente. Aliás, podem muito bem configurar um pecado, o que seria um descalabro por parte de Joinville, ainda mais se considerarmos que ele estava fazendo isso para desqualificar um argumento de um membro da Igreja. O número de transgressões é bem alto e, se tratando de uma obra de *exempla*, destoa muito do propósito da obra. Joinville deliberadamente se vale da manipulação de palavras e de fatos para tornar sua opinião válida.

Mas, talvez devêssemos olhar este aparente absurdo com outra ótica. O senescal possuía uma ideia, um propósito ao fazer isso. Retomando o trecho exposto anteriormente, o bem-estar dos cristãos na região em muito preocupava Joinville, tanto que, após este evento, ele confessa que se o rei fosse regressar, ele iria oferecer seus serviços ao príncipe de Antioquia<sup>199</sup>, para que pudesse seguir o conselho do senhor de Bollainmont. Considerava, então, o regresso à França errado ao ponto de quebrar o seu juramento com o rei e oferece-lo a outro senhor. E esta convicção impressiona, pois é justamente ela que o leva à dissimulação no conselho.

Ainda assim, isto não seria uma justificativa satisfatória para sua ação, tornando, necessário, a lembrança de um conceito anterior de prudência, o da prudência do orador, essencialmente retórica, e ciceroniana<sup>200</sup>, como vista no capítulo 1 desta dissertação. Sabendo que estava com a razão, Joinville se valeu da retórica para conseguir seu objetivo que era, em essência, prudente, criando uma dissimulação para desvalidar o discurso do enviado, fazendo com que ao menos o rei considerasse seu ponto de vista.

---

<sup>199</sup> “...et pensoie que se le roy s’en venoit en France, que je m’em iroie vers le prince d’Antioche, qui me tenoit pour parent et qui m’avoit envoié querre, jusques a tant que une autre ale me venist ou paÿs, par quoy les prisonniers feussent delivre, selonc le conseil que le sire de Bollainmont m’avoit donné.” JOINVILLE §431.

<sup>200</sup> HARIMAN, 2006.

E São Luís considera, tanto que decide pela permanência. Joinville, então, aparece como um cavaleiro que pensa e age de forma independente, e que apresenta recursos que vêm de sua própria experiência e de sua personalidade, para, com bravo cinismo, levar o rei a agir da maneira que achava correta. Um protagonismo desta forma talvez seja único na crônica medieval. Neste trecho, vemos um indivíduo.

Após o descrito, há uma verdadeira campanha contra Joinville, descrita por ele em pormenores entre os parágrafos §427-435, algo que atribui especificamente à aproximação do rei a ele, marcada, dentre outras coisas, pelo fato dele realizar um banquete com seus cavaleiros, com Joinville sentado imediatamente ao seu lado. Neste intere, há um encontro bastante pessoal entre os dois, que inclui até mesmo certas idiossincrasias por parte do próprio São Luís:

*“Enquanto o rei ouvia as graças, me dirigi a uma janela com barras de ferro, que estava em um recuo ao lado da cabeceira da cama do rei, e passei meus braços pelas barras da janela...Quando estava lá, o rei veio e se apoiou nas minhas costas, e botou as duas mãos em minha cabeça; e pensei que fosse meu senhor Philippe de Nemours, que me fez isto à exaustão naquele dia, por causa do conselho que havia dado ao rei, e disse da seguinte maneira: ‘Me deixe em paz, meu senhor Philippe’ Por infortúnio, no movimento que fiz para me virar, a mão do rei se fixou em meu olhar, e reconheci que era do rei por uma esmeralda que portava em seu dedo. E ele me disse: ‘Esteja tranqüilo, pois desejo lhe perguntar como você fez tamanha audácia, você que é um jovem homem, ousar aconselhar-me de ficar, contra todos os homens do alto escalão e os sábios de França, que aconselharam a partida.’ ‘Senhor, lhe disse, se tivesse algum mal em meu coração, não o aconselharia a chegar perto de fazê-lo. – Me diga, disse, farei uma má ação se partir?’ ‘Que Deus me ajude, senhor, sim’ E me disse: ‘Se ficar, ficarás também?’ E lhe disse que sim, ‘se puder com meus recursos ou com de outros. – Deveis continuar tranqüilo, disse, pois você me disse este conselho da melhor forma, mas não o fez a mais ninguém.’”<sup>201</sup>*

---

<sup>201</sup> “Tandis que le roy oÿ ses graces, je alai a une fenestre ferree qui estoit en une reculee devers le chevet du lit le roy, et tenoie mēs bras par mi les fers de la fenestre...En ce point que je estoie illec, le roy se vint apuir a mēs espaulles et me tint ses deux mains sur la teste ; et je cuidai que ce feust mon seigneur Phelippe d’Anemos, qui trop d’enniu m’avoit fait le jour pour le conseil que je li avoie donné, et dis ainsi: ‘Lessiés moy en pez, mon seigneur Phelippe!’ . Par mal aventure, au tourner que je fiz ma teste, la main lê roy me cheï parmi le visage, et cognu que c’estoit lê roy a une esmeraude que il avoit en son doÿ. Et il me dit: ‘Tenez vous tout quoy; car je vous weil demander comment vous feustes si hardi que vous, que estes un joennes hons, m’osastes loer ma demouree encontre touz les grans hommes et les sages de France, qui me looient m’alée. – Sire, fis je, se je avoie la mauvestié en mon cuer, si ne vous loeroie je a nul fuer que

Joinville e Luís IX deixam de ser, momentaneamente, um senescal e o rei-santo. Evidentemente, não perdem suas funções, reais ou literárias, mas num breve momento, agem de forma separada destas. O local onde se desenrola a ação é bastante íntimo, nos aposentos de São Luís, que, aparentemente, não eram separados do local onde ocorreu o banquete. Joinville circula livremente e, preocupado com sua situação atual, busca um pequeno refúgio, uma janela com grades de ferro, fortificada possivelmente pela presença do rei. Podemos até cogitar que há uma metáfora intencional aí, apesar de bem subjetiva. Joinville assume uma postura de prisioneiro, ao contemplar a vista em grades de ferro. Está preso a aquele local, preso pelo seu próprio juramento, pela sua própria convicção e, descrente que o rei acataria seu conselho, cogita oferecer seus serviços ao príncipe de Antioquia<sup>202</sup>. Seu desejo, talvez, não seja o de estar ali, mas sim de regressar à sua terra, mas o suprime, deixa-o de lado, pela sua memória e pelo seu dever de cavaleiro.

Eis que surge a figura do rei, desprovida de grandes descrições, de sua aura sábia e santa, de suas aparições que o elevam deste mundo para um superior, e sem nenhuma ação milagrosa, ou de prudência extrema, ou de indômita bravura. Surge um rei calmo e brincalhão. Benevolente e solidário ao ver o desconforto do jovem senescal da Campanha, que havia lhe dado conselho tão estapafúrdio aos olhos dos outros membros de sua *entourage*. Estapafúrdio pois levou outro cavaleiro a atazanar Joinville todo o dia, com certa infantilidade. Não parece ter sido uma boa ideia do rei se aproximar do jovem em tormenta com a mesma brincadeira, vide a agressiva – mas ainda assim formal – reação deste. É impossível saber a intenção do rei ao fazer isso, mas é tentador especular que ou ele pensou que iria fazer o senescal rir e se aliviar, hipótese baseada no fato de Joinville explicar de antemão o que o fez ter uma reação tão explosiva, ou que o rei queria justamente brincar com o senescal. De qualquer forma, um momento de descontração de São Luís como este não é comum na literatura medieval, ainda mais quando se trata de vidas de reis, apresentados tão gongoricamente como *exempla* magnânicos, ou tiranos a serem evitados.<sup>203</sup>

---

vous la feissiés. – Dites vous, fist il, que je feroie que mauvaiz se je m'en aloie? Si m'aïst demourrez vous?'  
E til me dit: 'Se je demeure, demourrez vous?' Et je lê dis que oÿl, ' se je puis ne du mien ne de l'autrui. –  
Or soiés tout aise, dit il, car je vous sai moult bon gré de ce que vous m'avez loé; mês ne lê dites a nullui'.  
JOINVILLE §431-433.

<sup>202</sup> JOINVILLE §431.

<sup>203</sup> GUENÉE, 1981: 111-134/ DELOGU, 2008: 9-22

Ao espanto de Joinville, se segue um diálogo curto, mas relevante para a relação estabelecida entre estas duas personagens da narrativa. A grande preocupação de São Luís, que já vê no jovem senescal um possível companheiro, é se este irá acompanhá-lo caso fique, após a garantia de que esta ousadia, este desafio lançado aos membros, havia sido feita com a melhor das intenções, já que acreditava estar certo. Era o argumento que faltava ao rei, que, nos dias seguintes a este diálogo, vê a forma como Joinville defende o seu ponto com tamanha veemência<sup>204</sup>, e, por fim, opta por manter a campanha<sup>205</sup>, acabando por ficar em Acre por 4 anos.

O curioso aqui é justamente o peso de Joinville na decisão do rei. É a obstinação e a resolução pessoal deste que fazem o Rei-santo tomar a decisão de ficar, em intercalações muito distantes do formalismo das relações feudo-vassálicas. O conselho de Joinville gradualmente se transforma em uma lição para São Luís, e o convívio e a observação dele para com o senescal mudam a sua visão. O pequeno cavaleiro influencia, de forma pessoal, o rei. Acusações de certa vaidade por parte de Joinville não são de um todo infundadas, apesar de vaidade ser algo um pouco além do que é possível ser dito desta obra. Joinville pode, porém, querer também glorificar os seus próprios atos, o que o distancia tremendamente das memórias de Guiberto de Nogent, ou do patológico Opicínio de Canistris. Talvez fosse a forma com que um cavaleiro se visse, ou se representasse. Uma reflexão do seu papel na história de outro, mesmo que tenha havido alguma inflação nesta participação, algo que nunca saberemos de fato.

Há um outro elemento neste diálogo que chama a atenção. Ao longo de sua narrativa, Joinville se mostra um escritor bastante capaz de reproduzir diálogos, seja ele um participante ou não. Mas, diferentemente do diálogo do conselho, ou do caso do ex-cristão<sup>206</sup>, o senescal apresenta grandes dificuldades para representar esta troca entre ele mesmo e o rei. Não é possível saber o quanto Natallis de Wailly entrevistou no texto para melhorá-lo do ponto de vista cosmético, porém, continua bastante confuso. O texto de Joinville não flui. Não decide se as intervenções narrativas vem por meio de aspas, apostos ou de bruscas interrupções, para indicar qual dos dois estava com a voz. Isto tornou a tradução deste trecho especialmente difícil, e também denota uma falta de costume por parte de Joinville de relatar um diálogo tão íntimo e pessoal. Ele muda a

---

<sup>204</sup> JOINVILLE §434-436. Este é um longo desenvolvimento, cuja inclusão foi preterida por não ser tão significativa para os objetivos deste capítulo quanto os trechos expostos anteriormente.

<sup>205</sup> JOINVILLE §437.

<sup>206</sup> JOINVILLE §394-396.

forma de tratamento, de formal para informal e vice-versa, e não consegue demonstrar a velocidade mais rápida que um diálogo desta natureza teria.

Isto pode nos mostrar uma dificuldade de auto-reflexão, ou seja, o de pensar a si mesmo como algo não definido apenas pela função social. Em todos os momentos que Joinville ou o rei desempenham seus respectivos papéis, a narrativa é fluida e constante, sem as interrupções ou dificuldades de expressão contidas neste trecho. Quando despidas destas, a dificuldade da individuação é evidente, algo que o próprio Joinville jamais percebeu, assim como, possivelmente, não percebia sua própria individualidade, como autor e personagem, contidas em sua obra.

Há uma outra passagem, no meio desta reviravolta, na qual Joinville descreve como era sua vida em Acre, sem ter nenhum outro motivo aparente fora o de relatar sua vida<sup>207</sup>, o que nos dá uma janela para seus hábitos diários. Ele começa descrevendo seus aposentos:

*“Minha cama foi posta em minha tenda de forma que nenhuma pessoa pudesse entrar em seu interior sem que me visse deitado nela ; e fiz isso para descartar qualquer suspeita sobre mulheres”.*<sup>208</sup>

Talvez este trecho consista em uma orientação para Luís X, que não parte de São Luís, mas de um simples gesto de arrumação de Joinville. Para evitar atos de má fé e de dissimulação em relação à sua figura, Joinville teve sua cama posta de forma a ninguém suspeitar, ou poder inventar, que ele esteja com outras mulheres. Casado e com a esposa a milhares de léguas de distância, o senescal se mantinha fiel ao sacramento do matrimônio. Há aqui um ato relacionado a um dever, cortês e também religioso, mas também de temperança, para que se evite situações indesejáveis. É interessante a forma como Joinville não explicita claramente quando é a vida dele que fornece um modelo, como faz em todos os outros casos que descreve.

---

<sup>207</sup> “Ci après vous dirai comment je ordenai et atirai mon affere em quatre ans que je y demourai puis que les freres le roy en furent vênus.” JOINVILLE §501.

<sup>208</sup> “Mon lit estoit fait en mon paveillon en tel maniere que nul ne pooit entrer ens que il ne me veist gesir en mon lit; et ce fesoie je pour oster toutes mescreances de femmes.” JOINVILLE §502

Após, Joinville narra como tratava os seus cavaleiros e aqueles emprestados<sup>209</sup> pelo rei<sup>210</sup>, e na sequencia, conta as tribulações iniciais de São Luís em Acre. Inicialmente, há o problema das alianças que ele deveria formar com fins de proteger e garantir a existência dos domínios cristãos na Terra Santa. Ele se aproveita do ódio do herdeiro do sultão de Damasco, morto pelos sarracenos, e propõe uma aliança para derrotar os Emires, algo que acaba por falhar dada a péssima relação dos Templários com Damasco, levando à quebra da aliança antes mesmo que ela pudesse dar frutos.<sup>211</sup>

O rei manda fortificar diversas cidades, principalmente Cesaréia, e mostrando ser um hábil negociador, consegue um acordo com os emires do Egito, inimigos de Damasco, devolvendo Jaffa e obtendo Jerusalém para os cristãos, o que deixou, segundo Joinville, o senhor Jean de Jaffa extremamente apreensivo<sup>212</sup>. O que se segue é um balé diplomático entre São Luís, os senhores cristãos, os emires do Egito e o sultão de Damasco, tudo isto tendo como pano de fundo a ameaça dos tártaros, que poderiam potencialmente mudar toda a configuração da região.<sup>213</sup>

O acordo para a entrega de Jerusalém se torna inviável quando, para piorar, os persas entram na querela invadindo Gaza e tomando tanto domínios cristãos quanto muçulmanos ao redor da cidade. O resultado, é que os emires se juntam à Damasco, inviabilizando o acordo. Os cristãos nunca mais conseguiriam se aproximar tanto de reobter Jerusalém.<sup>214</sup> O curioso a se notar aqui é que após a Primeira Cruzada, as únicas vezes que cristãos conseguiram ao menos se aproximar de uma devolução foi por meio de acordos, e não de guerras.<sup>215</sup>

Por conta destes eventos, o que deveria ser uma estadia de um ano se estendeu por quatro. Durante toda ela, Joinville apresenta um São Luís que é uma presença, que instiga e inspira todos os seus subordinados, inclusive o próprio senescal. Além disso, consegue unir os diversos cristãos da região, como os templários e hospitalários, sempre antagonicos. Joinville narra os eventos de forma semelhante a como narrou a Cruzada,

---

<sup>209</sup> Joinville havia perdido diversos dos seus, e necessitava, como vimos algumas páginas acima, de reforços para poder permanecer em campanha com São Luís.

<sup>210</sup> JOINVILLE §504

<sup>211</sup> JOINVILLE §512-514.

<sup>212</sup> JOINVILLE §515-516.

<sup>213</sup> JOINVILLE §517-522.

<sup>214</sup> JOINVILLE §527-539.

<sup>215</sup> Além de São Luís, Frederico II também travou um acordo desta natureza, inviabilizado pela ameaça dos hunos e da falta de apoio por parte do papado, como foi visto no primeiro capítulo desta dissertação.

mas, desta vez, nas diversas historietas, ele se inclui, ou inclui o próprio rei. Apresenta, também, uma visão que vai além de sua própria vida ou do rei, mas inclui eventos externos e como estes influenciam o que está acontecendo.

As três facetas expostas no capítulo anterior estão expressas de forma clara em todo este período do Acre, mas é importante notar que a narrativa toma um contorno cada vez mais pessoal. Como mostramos algumas páginas acima, um indivíduo em Joinville e outro em São Luís florescem nesta sequência, mas, em boa parte dela Joinville ainda está preso aos limites da crônica, com uma ocasional escapadela pelo desconhecido território da personalidade e, porque não, da individualidade. Ele se envolve e pondera os acontecimentos. Toma parte, por exemplo, de uma decisão do conselho de São Luís, não recomendando a ida de São Luís a Jerusalém, para selar um acordo de paz com o sultão de Damasco. Ele explica que o rei só deveria ir se pudesse devolvê-la aos cristãos, caso contrário, seria uma ofensa. Como sempre, conta uma história, um *exemplum*, no caso de Hugo da Borgonha, que se recusa a olhar para Jerusalém em uma viagem pela Terra Santa, pois não podia, naquele momento toma-la.<sup>216</sup> Nesta sequência específica, demasiado longa para ser reproduzida em sua integridade, Joinville dá o melhor exemplo do seu estilo de escrita, visto já diversas vezes nesta dissertação, mas de uma forma mais pessoal.

### **3.2.2 A Morte da Rainha-Mãe:**

E ele seguirá desta forma até o final do livro, se voltando e se fechando no universo que o rodeia. Ele começa pela morte de Branca de Castela, evento que faz São Luís regressar à França, e marca o início da última, e mais bela, sequência do livro. Não faltam referências religiosas e um grande peso das próprias crenças de Joinville nesta sequência. E não faltam também indícios e caminhos que levam diretamente à mente do autor, ao que pensava, aos seus anseios e inseguranças, tudo em retrospecto. Começemos pela morte da Rainha Branca:

*“Em Sayette, chegou ao rei a notícia que sua mãe estava morta. Tão grande dor o acometeu, que por dois dias não pude me dirigir a ele. Após, ele enviou um mensageiro para me procurar. Quando estive perante ele em seus aposentos, onde ele estava sozinho, ele se aproximou, estendeu seus braços e me disse ‘Ah senescal, eu perdi a minha mãe’. E eu o respondi: ‘Senhor, eu não me surpreendo, falei, pois foi necessário que ela morresse. Mas me surpreende que vós, que és sábio, tenha manifestado tamanha dor. Pois sabes que o Sábio diz que o sofrimento que o homem pode ter no coração, não deve*

---

<sup>216</sup> §554-556.

*turvar a sua vista ; pois aquele que o deixa transparecer, deixa seus inimigos em festa e entristece seus amigos.*”<sup>217</sup>

Para nossos padrões atuais, criticar a dor de uma pessoa que perdeu um ente querido tão próximo como a própria mãe, seria de uma indelicadeza tremenda. E, também, parece bastante controverso um senescal criticar o seu rei desta forma. Mas, devemos considerar que isto não é uma crítica por si só, mas um conselho, e aconselhar o rei é uma das prerrogativas de Joinville que, a esta altura, já era o homem mais próximo de Luís IX. Joinville mostra, nesta cena, a vulnerabilidade do rei. Como se possuísse dois corpos, o autor-personagem lhe lembra da sua função real. Ele estava entre inimigos, em território inimigo, não poderia deixar sua vulnerabilidade transparecer. Este momento de vulnerabilidade mostra um traço pessoal de São Luís, que independe de sua função como rei, que é sua profunda e extrema devoção à sua mãe, que faz mesmo um homem sábio, como diz Joinville, deixar seu coração esmiuçar em lamúrias.

Simultaneamente a demonstrar traços pessoais de São Luís, como homem e não rei, Joinville mostra, aqui, ter claramente problemas com isso. Isto afeta sua ação como rei, entristece seus amigos e alegra seus inimigos. O desconforto gramatical, permanente neste tipo de diálogo tem, neste, um motivo, o incômodo que o senescal sente com estes arroubos interiores. Ao irromper da consciência, o texto se torna truncado e, neste caso, Joinville rapidamente intervém, tentando dar ordem e trazer Luís IX de volta para sua função. O que isto nos indica, como leitores oito séculos tardios, é que uma ideia tão radical quanto a consciência de si, a individualidade, era percebida, ainda que não necessariamente conhecida, mas indesejável, especialmente no caso do rei.<sup>218</sup>

---

<sup>217</sup> “A Sayette, vindrent les nouvelles au roy que sa mere estoit morte. Si grant deul en mena que de deux jours em ne pot onques parler a li. Après ce m’envoia querre par un vallet de sa chambre. Quant je ving devant li en sa chambre la ou il estoit tout seul et il me vit, et estandi ses bras et me dit: ‘A seneschal, j’ai pardue ma mere’ Et je luy respondi: ‘Sire, je ne m’en merveille pas, fis je, que a mourir avoit elle. Mes je me merveille que vous, qui estes un sage home, avez mené si grant deul. Car vous savez que le Sage dit que mesaise que l’omme ait ou cuer ne li doit paroir ou visage ; car cil qui le fet en fet liez ses ennemis et en mesaise ses amis.”

JOINVILLE §603-604.

<sup>218</sup> Como vimos neste capítulo, quando se tratou do próprio Joinville, não houve uma tentativa de pôr isto em ordem, mas acreditamos que se deve ao fato de que, naquele caso em específico do conselho por manter a campanha na Terra Santa, a experiência pessoal de Joinville contribuía para sua função de cavaleiro, e não configurava um rompante emocional que o distanciasse de sua função e, como ele mesmo diz, turvasse a sua visão.

O rei prova ser incapaz disso e, deixando seu trabalho na Terra Santa incompleto, decide regressar à França<sup>219</sup>. Antes disso, porém, Joinville ainda desenvolve a relação de Luís IX com sua mãe, através dos problemas sofridos pela Rainha Margarida, mostrando os problemas familiares do casal real. O senescal, ao narrar estes problemas, transforma a figura de São Luís do Rei Luís IX para um santo, através da descrição de atitudes pessoais do rei. É este São Luís que aparece até o fim do livro:

*“As durezas que a rainha Branca fez à rainha Margarida foram as seguintes: a rainha Branca não desejava ou suportava, tanto quanto podia, que seu filho estivesse em companhia de sua mulher, ainda que fosse à noite quando ele iria se deitar com ela. A residência que mais lhe aprazia pernoitar era Pontoise, e aprazia mais o rei do que a rainha, pois os aposentos do rei estavam acima, e o da rainha abaixo... Uma vez, o rei estava ao lado da rainha, sua esposa, e ela estava com grande risco de morte, pois estava ferida por conta de um filho que lhe havia dado. Veio a rainha Branca, e pegou seu filho pela mão e lhe disse: ‘Venha, não tens nada para fazer aqui’.”<sup>220</sup>*

Joinville expõe essas questões após se surpreender com a vinda da Rainha Margarida para consolar o rei, e pelo luto que ela estava sentindo. Ao senescal surpreendeu esta reação da rainha, tão maltratada pela rainha-mãe.<sup>221</sup> O senescal aparenta tomar partido de Margarida, solidário dada a forma com que narra os aparentes malfeitos de Branca de Castela, ficando impressionado com a sua recusa em aceitar que o filho dormisse com sua legítima esposa. O rei pode parecer bastante passivo em relação a esta questão, mas, há algo aqui que pode facilmente escapar nas entrelinhas, motivo pelo qual este trecho foi selecionado.

Na continuação fica possível perceber que o rei se divide entre sua mãe e sua esposa, mas tende a pender para o lado de sua mãe. Sua devoção é tamanha que sua única,

---

<sup>219</sup> JOINVILLE §610.

<sup>220</sup> “Les durtez que la royne Blanché fist a la royne Marguerite furent tiex que la royne Blanche ne vouloit souffrir a son pooir que son filz feust em la compaignie as femme ne mez que le soir quanti l aloit coucher avec li. Les hostiex la ou il plesoit miex a demourer, c’estoit a Pontoise, entre le roy et la royne, pour ce que la chambre le roy estoit desus et la chambre la royne estoit desous...Une foiz estoit le roy decoste la royne sa femme, et estoit en trop grant peril de mort pour ce qu’elle estoit bleciee d’un enfant qu’elle avoit eu. La vint la royne Blanche, et prist son filz par la main et li dit: “Venés vous en, vous ne fetes rien ici.”

JOINVILLE §606;608.

<sup>221</sup> JOINVILLE§605.

e verdadeira mulher é Branca de Castela, enquanto Margarida seria apenas aquela que lhe geraria herdeiros. Possivelmente, foi o motivo que o fez querer ficar ao seu lado para lhe oferecer apoio, quando ficou doente após o parto. Nem nestas circunstâncias Branca de Castela aceitou seu filho ao lado da rainha.

O que pode parecer um extremo ciúme na realidade configura em algo cuja indicação será dada nos últimos parágrafos da obra, na descrição que o senescal faz da morte do rei. Neste, que será analisado posteriormente, Joinville compara a morte de São Luís com a morte de Jesus Cristo. Em termos da narrativa, como veremos, isto conclui uma movimentação iniciada com a volta de São Luís à França, na qual, gradualmente, São Luís se remove do mundo terreno e passa a se preocupar com questões relacionadas à espiritualidade, deixando o governo de seu reino para seus conselheiros.

### **3.3 O Nascimento do Autor:**

Jacques Le Goff, em sua biografia sobre o rei, afirma que Joinville, como era tendência na época, equipara São Luís a um rei bíblico, no caso, o Rei Josias, que, segundo a tradição, devolveu a fé ao seu povo<sup>222</sup>. O rei vê, na França, uma crise religiosa, e toma para si a luta contra as heresias, especialmente na cidade, transferindo também responsabilidades para nobres menores e para os *maîtres*, de cada vila em seu domínio<sup>223</sup>. Através de sua fé, engendra a criação de um reino unificado em termos legais, iniciada por seu avô, Felipe Augusto.

Se torna um rei abrasivo e violento quando ofensas são proferidas à Deus, Seu filho ou Sua mãe, e, por último, parte para o martírio. Seus últimos anos, são dedicados, portanto, à fé, mas nem sempre a Igreja o que, considerando os problemas de Joinville com a instituição<sup>224</sup>, é admirado pelo senescal.

Portanto, por dedicar a sua vida à fé cristã, a Deus, São Luís constrói seu martírio, em passagens belamente construídas por Joinville. Ao equipará-lo a Jesus, sua devoção à Branca de Castela pode ser vista, portanto, como uma comparação à relação de Jesus com sua própria mãe. Representa o amor puro, e não tingido pelo pecado, mesmo que dentro do matrimônio. Quanto mais Joinville se aproxima da vida interior de São Luís, mais o aproxima de algo santo, quando não do próprio Deus encarnado.

---

<sup>222</sup> LE GOFF, 1999: 345-356.

<sup>223</sup> Todas estas ordens são reproduzidas por Joinville. §694-714.

<sup>224</sup> Voltaremos a este ponto,

Quanto à Joinville, nesta última sequência, temos um autor que não teme expor suas próprias ideias, expressas principalmente em críticas, pasmem, à Igreja<sup>225</sup>, chegando ao ponto de ser excomungado, e ao próprio rei. Ênfase especial deve ser dada ao momento em que rompe com São Luís, ao acreditar que ele estava errado ao partir novamente em Cruzada. Joinville, aqui, não esconde seus sentimentos, gerando as mais belas passagens de toda a obra. Aqui, Joinville se diferencia substancialmente daquilo que se espera de um *autor* na Idade Média. A autoria vêm da *auctoritas*, ou seja, o uso daquilo que é uma autoridade, no caso, os Antigos e a Bíblia.<sup>226</sup> Joinville segue os seus próprios parâmetros, borrando a linha entre narrador e personagem, realizando uma simbiose bastante interessante.

O senescal lamenta, todo o tempo, a decisão do rei. Seus escritos alternam entre momentos de contemplação, de tristeza e, também, de raiva. Ataca diretamente todos os conselheiros favoráveis à Cruzada<sup>227</sup>, afirmando que cometeram pecado mortal, sendo responsáveis por uma piora da França após a expedição e por serem hipócritas ao aconselhar um rei doente a partir, sendo que muitos deles não podiam sequer cavalgar. Joinville para de citar muitos nomes, para de contar suas habituais histórias exemplares. Realiza uma catarse ao escrever, catarse esta que culmina com a afirmação de que não contaria nada sobre o acontecido ao longo da viagem<sup>228</sup>, apenas a morte do rei:

*“Da expedição que fez à Túnis, não desejo contar nem falar nada sobre, pois não participei, graças a Deus, e não desejo dizer e nem pôr em meu livro aquilo do qual não tenho certeza. Somente falarei de nosso rei, e nada mais”*

Joinville já não mais possui insegurança ou desconforto ao falar de assuntos pessoais. A decisão de não falar nada sobre a VIII Cruzada, somente aquilo que diz respeito ao rei, é profundamente pessoal. Não ter participado de quaisquer evento não o impediu de falar e de fazer preleções sobre até aqui. Sua irritação e sua tristeza são o que o impedem de contar qualquer evento da Cruzada. Sua história já havia se entrelaçado com a do rei. Não falava de seu senhor, de alguém que admirava, mas de alguém próximo,

---

<sup>225</sup> i.e. JOINVILLE §611 §672

<sup>226</sup> GOUREVITCH, 2006: 622

<sup>227</sup> Je entendi que touz ceulz firent peché mortel qui li loerent l’alee, pour ce que ou point que il estoit em France, tout le royaume estoit en bone pez en li meismes et a touz ses voisins, ne onques puis que il em parti l’estat du royaume ne fist que empirer... a la grant flebesce la ou son cors estoit, car il ne pooit souffrir ne le charier ne le chevaucher.

<sup>228</sup> De la voie que il fist a Thunes, ne weil je riens conter ne dire, pour ce que je n’i fu pas, la merci Dieu, ne je ne weil chose dire ne mettre en mon livre de quoy je ne soie certain. Si parlerons de nostre saint roy, sanz plus... JOINVILLE §738.

algo notado nesta última sequência da obra. E, algo ainda mais curioso e indicativo da personalidade da obra e, em especial, da porção final do texto, é, justamente, Joinville indicar a *Vie de Saint Louis* como *seu* livro. Finalmente, apesar dos disfarces recorrentes na obra, o senescal se identifica abertamente como autor.

Após a morte do rei na Cruzada, Joinville fala sobre os ensinamentos deste para seus filhos, e, para concluir, conta um sonho que teve, em que vê São Luís, anos após sua morte, que o inspira a construir um altar em honra de Deus e do agora Rei-Santo. No sonho, São Luís, que aparece em frente à capela de Joinville, afirma que ficaria extremamente feliz de ficar naquele lugar e nunca mais partir. Sela-se, assim, uma bela amizade e uma das mais importantes, curiosas e, certamente, bonitas obras do medievo.

### **Considerações finais:**

Devo reiterar o que foi dito no início do último capítulo. Não tratamos, aqui, da concepção de indivíduo a que estamos acostumados, pós-Montaigne. A obra de Joinville não consiste em preleções sobre a individualidade, seu objetivo não é contar a vida do rei como pessoa, mas sim sua vida exemplar, como rei, para que sirva de guia para seus descendentes.

Mas é na forma de exposição, organização e da própria escrita de Joinville que vemos uma espécie de individualidade em sua obra. Ele intercala momentos de uma narrativa crônica típica do medievo - com personagens monolíticos utilizados como recursos retóricos que criam exemplos ou contra-exemplos – com momentos em que deixa transparecer os anseios de um rei dividido entre seus afazeres reais e sua fé, e rompantes de consciência de si mesmo, que chega ao ponto de se identificar como autor e clamar sua obra para si mesmo, seja em suas considerações, ou em demonstrações claras de emoções referentes aos eventos que presenciou, que não presenciou e que gostaria que não tivessem ocorridos.

Certamente, não há nenhuma representação individual que se assemelhe à *criatura*, de Antoine de la Sale. O que vemos são *figuras*, mas figuras mais móveis do que as de Dante, e uma espécie de *retrato* de São Luís, como o *exemplum* que paira em todos os acontecimentos narrados. Mas representações menos presas às suas funções e mais agarradas às suas crenças e às suas experiências, especialmente no caso do próprio Joinville. E percebemos, também, uma certa dificuldade de se compreender estas manifestações de individualidade, pela dificuldade de narrá-las, além de um desconforto, nos momentos em que as *pessoas* Joinville e Luís IX acabam esquecendo de seus papéis, dadas suas funções de senescal e de rei.

Foi possível observar, na análise de Joinville e sua *Vie de Saint Louis*, um homem bastante preocupado com o seu papel de cavaleiro e com as questões do espírito, como cristão. Também vimos, em Joinville, um homem de muitos conhecimentos, cuja visão se expande para além do horizonte europeu, mostrando certa fluência acerca de outros povos, culturas e até mesmo religiões, letrado porém não muito íntimo do ofício da escrita, algo observável nas suas diversas mudanças de estilo e em uma estrutura por vezes confusa. Joinville era excepcional justamente por não ser excepcional. Não era rei, não era nenhum nobre de alto ranque, não era intelectual por ofício e nem um membro de alta

estatura do clero. Se não fosse por esta obra, possivelmente jamais sua figura teria chegado até nós. Porém, por ter escrito a Vida de São Luís, abriu, inadvertidamente, uma janela para sua mente e seus feitos. Tornou-se conhecido, mesmo que eternamente atrelado à figura do Rei-Santo, que tanto prezava como senhor e amigo.

Conhecê-lo, através de sua obra, é decerto interessante para um medievalista, ou qualquer historiador independente da área de especialização. É uma das poucas oportunidades que se tem, ao estudar o medievo, de observar a mente de um homem ordinário da Idade Média funcionando<sup>229</sup> e se expressando através da escrita. Evidentemente, Guibert de Nogent acaba por fazê-lo, porém, sua intelectualidade de certa forma o impedia de escrever da forma com que Joinville o fez, e Opicínio de Canistris, outro membro mais “ordinário” da sociedade medieval, se expressou primariamente por imagens<sup>230</sup>.

Porém, como foi possível observar ao longo desta dissertação, os escritos de Joinville se provam insuficientes para afirmar a existência de um indivíduo “orgânico” – para utilizar a expressão de Georg Misch<sup>231</sup> – em tempos medievais. Joinville certamente não se via como tal, a ele faltavam as estruturas mentais necessárias para compreender este tipo de individuação, descrita no capítulo derradeiro desta dissertação, que define o indivíduo moderno. Somente através da análise do texto podemos depreender como ele manifesta seu *eu*, especialmente na forma com que descreve e pondera os eventos da vida de São Luís, de uma forma que nenhum outro hagiógrafo conseguiu.

Decerto, a descrição que Joinville faz de São Luís confirma os mais recentes estudos historiográficos acerca da questão do indivíduo em tempos medievais. A imagem que cria do Rei-Santo é inteiramente pautada em suas virtudes que o tornam modelar para o ofício real e, porque não, humano? Jacques Le Goff afirma a obsessão medieval, pautada em preceitos cristãos, pela criação de modelos humanos. Aaron Gourevitch vê uma individuação interior pautada na questão dos pecados e no conhecimento de si como forma de exercer uma vida ideal. Dominique Iogna-Prat e Xavier Mercier-Méthé, ao continuarem o proposto por Gourevitch, inserem o indivíduo no contexto de uma sociedade corporativa, onde cada um possui um papel a cumprir. Descrições e

---

<sup>229</sup> Devemos admitir que isto é o mais próximo que chegaremos de alguém ordinário no medievo, visto que as expressões de camponeses individuais não nos foram legadas.

<sup>230</sup> GOUREVITCH, 2006: 625-630.

<sup>231</sup> MISCH apud GOUREVITCH, 2006: 625-630.

representações individuais são amplamente baseadas em modelos, cuja variedade de fato impressiona, e Joinville não é diferente.

A diferença fundamental entre o senescal da Campanha e Guiberto de Nogent reside em sua escrita e, como pôde ser percebido, no eixo central da criação da figura de São Luís e também da sua preocupação com seus próprios atos. No caso de Nogent, assim como de Opicínio de Canistris, o eixo descritivo destas “autobiografias” era justamente o pecado. A diferenciação era feita pelos pecados da alma, que formaram a base da busca pelo autoconhecimento, de ambas personagens históricas. No caso de Joinville, talvez por não ser um religioso e sim um cavaleiro, o eixo descritivo, que cria a figura modelar, é a virtude da *prudência*. É ela que separa o bom do mal cavaleiro e diferencia indivíduos separados por suas ações e como esta virtude em especial é manifestada.

Esta nova perspectiva nos gera uma compreensão muito grande acerca da vida e do pensamento de um cavaleiro na Idade Média, e isso, por si só, já seria algo notável na *Vie de Saint Louis*. Mas, como já afirmamos, existe um algo a mais revelado na peculiar forma de escrita de Joinville. Foi possível, ao longo desta dissertação, determinar quem foi Joinville, não o cavaleiro, mas o indivíduo. Fomos capazes de descobrir seus anseios, seus gostos, suas curiosidades, suas amizades e inimizades, ou seja, tudo aquilo que compõe um ser humano. O descobrimos fora de seu papel em uma sociedade corporativa, o que certamente enriquece a visão acerca do medievo.

Porém, ao final desta dissertação, fica claro que a concepção acerca da individualidade como nós conhecemos não está presente no medievo. Podemos, através da literatura e da análise interpretativa dos textos, descobrir muito acerca da vida neste período, dos anseios e comportamento de homens e mulheres na Idade Média, e Joinville é um excelente exemplo disso. Ele age com *autoridade* dentro de seu próprio texto, e assim acaba se revelando para o leitor atual, mas não exprime, desta forma, nenhuma concepção acerca desta questão individual inteiramente nova. Podemos também aventar a possibilidade disto ocorrer pois sua maneira de escrever, que incide sobre sua forma de se apresentar ao mundo, seja mais legível para nós, historiadores de uma época moderna, do que o exposto em outros autores medievais que, ao contrário de Joinville, deliberadamente contaram as suas vidas.

Porém, podemos afirmar, ao término da análise da *Vie de Saint Louis*, que havia uma individualidade latente, escondida e subjetiva no medievo, que vai além do que

normalmente se trata como indivíduo na Idade Média, vazios fora de seu papel na sociedade estamentária. Joinville pode ser indicativo de que as mudanças ocorridas na sociedade do medievo a partir do ano Mil tenham levado ao início do “despertar” do indivíduo moderno. E se este for o caso, a obra do senescal da Campanha abre um interessante caminho para medievalistas e historiadores em geral.

## Referências bibliográficas

### Documentação textual:

DUARTE, *Leal* *Conselheiro*. In: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt.LealConsel> (Recolhido em: 06/05/2016)

JOINVILLE, Jean de. *Vie de Saint Louis*. Paris: Le Livre de Poche. 2010.

NOGENT, Guibert de. *Vie de Guibert de Nogent, par lui même*. In: <http://remacle.org/bloodwolf/historiens/guibertdenogent/vie1.htm> (recolhido em: 17/01/2016.)

SALISBURY, J. *Policraticus, Books I, II, III and selections from Books VII and VIII*. New York: Octagon Books, 1938

### Bibliografia:

ANKERSMIT, F. *Truth in History and Literature*. In: *Narrative*, Volume 18, Number 1, Columbus: Ohio State University Press pp. 29-50, 2010

ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

ARMSTRONG, K. *Holy War*. Nova Iorque: Anchor Books, 2010.

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Ed. Perspectiva, 1998.

AUERBACH, E. *Mimesis: the representation of reality in western literature*. New Jersey: Princeton Classics, 2013.

BASTIDE, M.. *Joinville et Saint Louis sémanticiens*. In: *L'Information Grammaticale*, N. 75, 1997. pp. 46-48.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil, 2006.

BRANCO, M. *Os modelos de realeza em São Luís, segundo Joinville*. São Paulo: USP, 2011.

- CAMPBELL, J. *The Hero With a Thousand Faces*. New Jersey: Princeton University Press, 2003.
- CARDOSO, C. *A Análise de Textos*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAROLUS-BARRÉ, L. *Le Procès de canonisation de Saint Louis (1272-1297). Essai de reconstitution*. Rome : École Française de Rome, 1994, 328 p. (Publications de l'École française de Rome, 195)
- CHARBEL, F. *Timoneiros*. Campinas: Editora UNICAMP, 2010.
- CHIFFOLEAU, J. *Saint Louis, Frédéric II et les constructions institutionnelles du XIII siècle*. In: *Médiévales* Vol. 17 N. 34, 1998. Pp. 13-23.
- COSTA LIMA, L. *Limites da Voz: Montaigne, Schlegel*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993
- \_\_\_\_\_. *Mimesis: Desafio ao Pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CURTIUS, E.R. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.
- DELABORDE, H.F. *Jean de Joinville et les seigneurs de Joinville*. Paris: Imprimerie Nationale, 1894.
- DELOGU, D. *Theorizing the Ideal Sovereign: The Rise of the French Royal Vernacular Royal Biography*.
- DUBY, G. *A Idade Média na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Tempo das Catedrais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- \_\_\_\_\_. (org.) *História da Vida Privada Vol. 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Portugal: Estampa, 1994.
- ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FRANCO JR., H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

- \_\_\_\_\_. *As Cruzadas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- GADAMER, H. G. *Truth and Method*. Nova Iorque: Continuum, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da História e Linguagem: Uma réplica de Hans-Georg Gadamer*. In: KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- GAJANO, S. B. *Santidade* In: LE GOFF, J. e SCHMITT, J. C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval, vol. II*. Bauru: EDUSC, 2006.
- GENET, J.P. *Saint Louis : le roi politique*. In: *Médiévales*, N°34, 1998. pp. 25-34.
- GOUREVICH, A. *Au Moyen Âge : conscience individuelle et image de l'au-delà*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 37e année, N. 2, 1982. pp. 255-275.
- \_\_\_\_\_. *Indivíduo* In: LE GOFF, J. e SCHMITT, J. C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval, vol. II*. Bauru: EDUSC, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Catégories de la Culture Médiévale*. Paris: Éditions Gallimard, 1983.
- GRONDIN, J. *Introdução à Hermenêutica Filosófica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.
- GROUSSET, R. *A Epopéia das Cruzadas*. Portugal: Fórum da História, 1998.
- GUENÉÉ, B. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV*. São Paulo: EDUSP, 1981.
- HANSEN, J.A. *A Sátira e o Engenho*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.
- HARIMAN, R. *Theory Without Modernity*. In: HARIMAN, R. (org.) *Prudence: Classical Virtue, Postmodern Practice*. Filadélfia: Penn State University Press, 2006.
- HUIZINGA, J. *Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosacnaify, 2011.
- IOGNA-PRAT, D. BEDOS-REZAK, B.M. *L'Individu au Moyen Âge: Individuation et Individualisation avant la Modernité*. Paris: Aubier, 2005.
- JAUSS, H.R. *The Alterity and Modernity of Medieval Literature*. In: *New Literary History*, Vol. 10, No. 2. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979. Pp. 181-229.
- JAUSS, H. R. *Pour une Herméneutique Littéraire*. Paris : Éditions Gallimard, 1988.
- KANTOROWICZ, E. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 pp. 17-71.
- KARAWEJCZYK, M. *Indivíduo na Idade Média? Um estudo de caso: a obra 'O Espelho de Cristina', de Cristina de Pisan*.

- KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da História e Hermenêutica*. In: KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LAZZERI, C. *Prudence, Éthique et Politique de Thomas d'Aquin à Machiavel*. In: *De La Prudence des Anciens Comparée à Celle des Modernes* (org. TOSEL, A.). Paris: Les Belles Lettres, 1995.
- LE GOFF, J. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Héros du Moyen Âge, le Saint et le Roi*. Paris: Quarto Gallimard, 2010.
- \_\_\_\_\_. *As Raízes Medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes Ed., 2007.
- \_\_\_\_\_. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* Lisboa: Edições 70, 1985
- \_\_\_\_\_. *Uma Longa Idade Média*. Civilização Brasileira, 2008
- \_\_\_\_\_. *Cidade* In: LE GOFF, J. e SCHMITT, J. C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval, vol. I*. Bauru: EDUSC, 2006
- \_\_\_\_\_. *História e Memória* Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Mon ami le saint roi : Joinville et Saint Louis (réponse)*. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56e année, N. 2, 2001. pp. 469-477.
- LITTLE, L. *Monges e religiosos* In: LE GOFF, J. e SCHMITT, J. C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval, vol. II*. Bauru: EDUSC, 2006.
- LUCKEN, C. *L'Évangile du roi : Joinville, témoin et auteur de la Vie de Saint Louis*. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 56e année, N. 2, 2001. pp. 445-467.
- MAALOUF, A. *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MERCIER-MÉTHÉ, X. *L'Individu, le Monastère et l'Église: Représentations de la progression spirituelle dans les Monodiae de Guibert de Nogent au XIIe siècle*. Québec: Université Laval, 2009.
- MONFRIN, J. *Joinville et la prise de Damiette (1249)*. In: *Comptes-rendus des séances de l'année - Académie des inscriptions et belles-lettres*, 120e année, N. 2, 1976. pp. 268-285.

\_\_\_\_\_. *Introduction*. In : JOINVILLE, Jean de. *Vie de Saint Louis*. Paris: Le Livre de Poche. 2010.

PERRET, M. *Mimesis et Vérite. Le Discours Direct dans la 'Vie de Saint Louis' de Joinville*. Linx[En ligne], 52 | 2005, mis en ligne le 27 janvier 2011, consulté le 14 octobre 2012. URL: <http://linx.revues.org/199>

PIEPER, J. *The Four Cardinal Virtues*. Nova Iórque: Harcourt, Brace & World Inc., 1965.

RUNCIMAN, S. *História das Cruzadas volume I: A Primeira Cruzada e a Fundação do Reino de Jerusalém*. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 2003

\_\_\_\_\_. *História das Cruzadas volume III: O Reino de Acre e as Últimas Cruzadas*. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 2003.

SCHELER, M. *Formalism in Ethics and Non-formal Ethics of Value*. Northwestern University Press, 1973.

STRAYER, J. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1988.

VITORI, V. *Realeza* In: *Enciclopédia Einaudi Vol. 14 – Estado e Guerra*. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

WAILLY, N. *Examen critique de la vie de Saint Louis, par Geoffroi de Beaulieu*. Bibliotheque de l'école de chartes. Vol. 5 n° 5, pp. 205-231.

WARD, J.O. *The Medieval and Early Renaissance Study of Cicero's De Inventione and the Rhetorica ad Herennium: Commentaries and Contexts*. In: *The Rhetoric of Cicero in its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition* (org. COX, V.;WARD, J.O.). Boston: Brill's Companions to the Christian Tradition, 2006.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

ZYNK, M. *Literatura* In: LE GOFF, J. e SCHMITT, J. C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval, vol. II*. Bauru: EDUSC, 2006